

TERESA ARANHA
(Seleção e Organização)

18º LIVRO DAS SECAS

Edição especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria



**Banco do
Nordeste**



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

SECA: PRONUNCIAMENTOS LEGISLATIVOS

Outros documentos:

Câmara Federal

Responsável

Orçamento do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras
Públicas (Discussão)

Data

27, junho de 1877

Fichário

Teresa

O Sr. Alencar Araripe: – Sr. Presidente, tomando a palavra na discussão do orçamento do ministério da agricultura, comércio e obras públicas, é meu intento ocupar-me especialmente com a matéria da emenda, que com o meu ilustre amigo, digno representante de minha província, o Sr. Dr. Paulino Nogueira, apresentei ao mesmo orçamento, autorizando o governo imperial a proceder a certas providências que indeclinavelmente reclamarão o melhoramento de uma grande região do Império, e os sofrimentos de uma população já numerosa, e tão dotada de ânimo e valor para o trabalho, com que se enobrece e com que procura progredir, aproveitando a uberdade do solo e a salubridade do clima, que uma calamidade quase periódica vem contra-



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

riar para trazer a fome e a morte, onde a abundância e o prazer consorciar-se-ão para a ventura geral que se prognosticava duradoura.

Procurarei ser breve, como costume ser quando venho a esta tribuna; por persuadir-me que ela deve ter mais extensamente aproveitada por aqueles, que falando, sabem desempenhar o preceito do grande lírico latino, isto é, discorrem *delcciando pariterque nonendo*.

Antes, porém, Sr. Presidente, de tratar do assunto da emenda, seja-me permitido dizer poucas palavras acerca do discurso do nobre orador, que me precedeu; o que faço em contemplação e deferência ao ilustre deputado por Minas.

Desse discurso resumirão duas idéias capitais; pois ele pode resumir-se a dois pontos.

Segundo o nobre deputado, a presente situação política é uma posição artificial, e o governo dessa situação – um pródiogo, esbanjador da fortuna pública.

Ao nobre ministro da agricultura foi argüida a culpa de haver com o seu nome no atual ministério concorrido para a criação desse artifício político, do que o orador só deduz males ao país.

Serão, porém, verdadeiras as asserções do ilustre preopinante? Não de certo.

Para que afirmações tão graves pudessem ser consideradas valiosas, cumpria que o seu autor as fortalecesse com provas mui robustas. Não vemos essas provas.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

A atual situação política é filha de fatos legítimos e a consagração do voto popular. Ela estriba-se em ato manifesto da soberania nacional, e sustenta-se pelos resultados benéficos de uma política de respeito aos direitos do cidadão, e esforços pelo desenvolvimento do progresso material do país.

Enquanto a essa situação política, que o nobre deputado chama artificial, vejamos o que os grandes fatos nacionais têm sancionado.

Sr. Presidente, um ministério conservador, o de 16 de julho de 1868, recebera de seus adversários o poder, transmitindo-o a outro que, perpassando ligeiramente na cena política, deu lugar ao de 7 de Março de 1871, que, por sua vez, teve de ceder lugar ao atual gabinete de 25 de julho de 1875.

Estes ministérios desempenharão-se para com o país, prestando-lhe serviços reais e mui relevantes, e durante o tempo da sua gestação, por três vezes se há enunciado a vontade nacional; e por todas essas três vezes essa mesma vontade nacional há proferido juízo favorável à situação conservadora.

Ainda recentemente o país acaba de ser consultado em uma eleição por um sistema novo, e o voto soberano da nação, mais uma vez legitimou a presente situação.

A última eleição, Sr. Presidente, deu a mais esplêndida manifestação da vontade nacional em prol das idéias que a situação conservadora sustenta e desenvolve.

Reformou-se a lei eleitoral, fraqueando-se da maneira a mais plena o aparecimento da opinião menos preponderante, pela concessão do terço dos votos à minoria; o governo imperial



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

desempenhou a sua palavra de honra, fazendo o país presenciar uma eleição libérrima; no entanto qual foi o êxito desse grande ato nacional?

O voto popular mostrou a força pujante do partido conservador, trazendo a este recinto uma grande maioria sustentadora da situação presente, e o que ainda é de maior alcance, fazendo ver que na máxima parte das províncias do Império, nem no terço da população acham apoio às idéias do atual partido liberal.

E como, Sr. Presidente depois de fatos tão solenes, depois de tão repetidas provas de adesão do país à atual situação conservadora, há quem convencidamente venha assegurar que essa situação é uma ficção, uma artimanha?

Não, Sr. Presidente, a presente situação política não é artificial; é sim a condição real do país.

Uma situação política que findou a guerra do Paraguai com honra do país; uma situação política que eliminou o elemento servil da sociedade brasileira com a lei da emancipação do ventre escravo; uma situação política, que aliviou o cidadão do serviço da guarda nacional militarizada restituindo-o aos cuidados da família, e aos seus trabalhos e negócios particulares; uma situação política, que livrou o brasileiro da ação arbitrária da política, fácil e danoso instrumento sob a ação de qualquer governo opressor e corrompido; uma situação política, que aumentou as rendas públicas, abolindo imposto; uma situação política, que se tem empenhado pelo bem material e moral do povo procurando meios de instruí-lo, e empregando as forças vivas do



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

país no crescimento das nossas vias-férreas, – essa situação, senhores, não pode ser uma situação artificial (Apoiados); e o nobre ministro da agricultura, contribuindo para ela com seu nome, com suas luzes, e com seus esforços não há praticado senão um ato de benemerência. (Apoiados).

Se o ilustre deputado mineiro claudicou na primeira apreciação levantada contra os seus adversários, nem por isso foi mais bem sucedido na segunda, quando lançou sobre eles a pecha de esbanjadores dos dinheiros públicos.

Disse-nos ele que o ilustrado Barão de Cotegipe declarara a presente situação política ré confessa de desperdício das rendas nacionais, quando aqui afirmará que haviam se feito despesas excessivas.

Sr. presidente, o nobre representante de Minas não quis compreender o ilustre ministro da fazenda. O que ele disse foi que havíamos avançado muito no empreendimento de alguns melhoramentos, e que cumpria por ora retardar um pouco, e não acelerar a marcha deles, afim de que pudéssemos de pronto restabelecer o equilíbrio da receita e da despesa geral, que parecia ameaçado.

Bem longe está esse pensamento de uma confissão de malbarato dos cofres públicos: ele significa somente que a prosperidade das rendas do Estado animou um ministério patriótico a empreender serviços certamente úteis e de reconhecida vantagem, mas que agora que essas rendas parecem oscilar para menos, convinha moderar as despesas.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Isto, Sr. Presidente, só inculca com quanta prudência e cautela procede um ministro, que zela os interesses nacionais.

Recear o futuro, não é condenar o passado: se por ora como que fazemos pausa, é para mais seguros prosseguirmos nos melhoramentos encantados sem ricos de contratempos.

Tentou o nobre preopinante mostrar, que muito se há gastado, e pouco conseguido em bem dos melhoramentos materiais do país. A sua demonstração, porém, cede diante dos fatos patentes e notórios.

As vias férreas adiantam-se, o telégrafo continua a sua rede pela costa, e pelo interior do país, todos os serviços públicos são regularmente satisfeitos; e essas vantagens não se conseguem sem dispêndios consideráveis. Esses dispêndios constam de cifras infláveis, que se não desproporcionam dos resultados obtidos.

As condições de prosperidade do país, se não são quais deseja o patriotismo brasileiro, são ao menos aquelas que um governo patriótico e prudente pode alcançar.

A contemplação dos fatos políticos e econômicos do país não desfavorecem o partido conservador no período por que tem passado de 1868 cá: e o que significam esses fatos senão a força e a vitalidade do partido, que mantém e sustenta a presente situação? (Apoiados da maioria).

Deixando, Sr. Presidente, estas considerações, que, como disse, julguei dever fazer em atenção ao nobre deputado por Minas, porquanto meu fim, vindo à tribuna era justificar a emenda, a que me tenho referido, passarei a tratar dela, assim como tocarei em dois pontos referentes aos serviços, que correm pelo ministério da



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

agricultura. Esses dois pontos são o da catequese e o da colonização.

Sr. Presidente, o país é testemunha da calamidade, que infelizmente devasta, não uma província, mas uma grande região do Império brasileiro: quero falar da região que abrange os sertões das quatro províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

O governo imperial e a filantropia do povo brasileiro, não só desta corte, como também das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Pará e outras se têm levantado em socorro das vítimas da grande catástrofe.

A espontaneidade com que os sentimentos humanitários e fraternais das províncias amigas se há manifesto, impõe-me o rigoroso dever de não deixar passar este momento sem explícita declaração dos gratos sentimentos do coração de um cearense, que vê a graciosidade e o desvelo, com que beneméritos cidadãos de todas as condições sociais, e o mesmo belo sexo, sempre tão sensível à dor alheia, e por isso tão respeitável, erguem-se para alívio de tanta miséria e aflição.

E creio ser-me lícito assumir aqui o papel de intérprete de toda a população cearense para consignar o voto solene de sua constante gratidão, e a declaração formal do reconhecimento de uma dívida, que a Providência jamais ministre ocasião de ser solvida. Fique o Ceará perpétuo devedor; mas nunca tenha monção de pagar esse débito, que nas recordações de suas presentes dores será um lenitivo a tanta mágoa.

Vozes: – Muito bem!



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
COLEÇÃO
MS
SEM

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

O Sr. Alencar Araripe: – Sei que, apenas os representantes do Ceará, convencidos de que a seca nessa província era uma triste e medonha realidade, dirigiram-se ao governo imperial, este foi solícito em prover, como lhe era possível, para remediar os males da província.

O honrado Sr. ministro do império expediu logo viveres e mandou um transporte de guerra para ficar à disposição do presidente da província afim de habilitá-lo a acudir a qualquer emergência da pública calamidade.

Sei que o honrado presidente de minha província, o Sr. desembargador Caetano Estellita, tem mostrado a maior diligência em aliviar os males de uma inevitável calamidade, abrindo crédito para socorro das vítimas da seca, e aplicando-o da maneira a mais conveniente, não só em alívio da miséria, como em vantagem do bem público, dando aos válidos trabalho e salário em vez de esmolas e ócio. (Apoiados).

Sei que a caridade pública vai com o seu óbolo generoso mitigando a desgraça dos necessitados, que padecem penúria.

Sei de tudo isto, Sr. presidente, e confio que a solicitude dos altos poderes públicos, e a filantropia do povo brasileiro obviarão, quanto possível for, a presente calamidade.

Mas será isto porventura quanto baste fazermos? Resolutamente respondo: Não.

Nos fins do século passado sucedeu a bem conhecida catástrofe do terremoto de Lisboa, que derrocando os edifícios, suplantou em suas ruínas grande número de vitimas. No momento da suprema angústia perguntava o monarca ao seu grande



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
COLEÇÃO
MS
EM
MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

ministro, que o mundo aplaudirá sempre por sua energia e alto critério, o que convinha fazer, e o ministro, revelando o seu grande ânimo, respondeu com estas singelas palavras: cuidar dos vivos, e depois enterrar os mortos.

Com efeito, Sr. presidente, as vítimas, sob o influxo do egrégio Marquês de Pombal, tiveram auxílio pronto: mas porventura contentou-se esse assinalado varão com cuidar dos vivos e enterrar os mortos? Certamente não. As suas vistas alongar-se-ão ao futuro; e Lisboa ressurgiu de suas ruínas mais formosa, capaz de resistir a novos terremotos, pela solidez da construção de novos edifícios.

Sim; temos a presente calamidade dos sertões do norte: acudimos as vítimas da fome; mas devemos lembrar-nos que a causa das desgraças atuais está nas condições da região, onde elas realizam-se, e que, portanto, cumpre empregar meios para modificar essas condições.

Será isso possível? Eis a questão, que procurarei elucidar.

A emenda oferecida ao orçamento, que discutimos, consigna três autorizações ao governo imperial, no intuito de habilitá-lo: 1º a mandar levantar a planta e orçamento de um canal, que abra comunicação do rio S. Francisco com o rio Salgado e rio Jaguaribe, no Ceará, de modo que nestes dois rios estabeleça-se uma corrente perene; 2º a mandar estudar, nos sertões das quatro províncias, atualmente flageladas pela seca, os sítios onde se possam construir açudes, capazes de manter consideráveis massas de água; 3º a encampar a via-férrea de



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

Baturité, no Ceará, ou a emprestar à companhia dessa via-férrea a quantia de 2,500:000\$, com que possa a obra principiada chegar ao seu termo.

Eu acredito que, se estas providências se completarem, conseguindo-se que a canalização se faça, os açudes se levantem, e a estrada de ferro conclua-se e possa desenvolver-se, o Ceará terá conseguido, se não absolutamente livrar-se dos rigorosos efeitos da seca, ao menos se preservar em grande parte dos males que sofre no presente, e que já em outras épocas tem sofrido.

Qual é o mal do Ceará? É a falta d' água e de pronta viação para o interior.

Demos-lhe, pois, estes dois meios, e teremos feito o maior benefício que podem as forças humanas outorgar-lhe.

Esforçando-me para que se canalize o rio S. Francisco e formem-se grandes reservatórios de água na região daqueles sertões, não advogo somente a causa da minha província, mas sim advogo os interesses de quatro províncias brasileiras, que sequiosas pedem chuva e frescor para os seus campos, hoje desolados.

Se conseguirmos que as águas desviadas do rio S. Francisco percorram a província do Ceará de um a outro extremo, e que depósitos permanentes d'água mantenham-se na vasta extensão desses sertões, é fácil de compreender que não é tão somente ao Ceará que se faz o benefício: toda a região, que ora sofre, com ele aproveitará, porquanto sendo a consequência des-



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

se fato o melhoramento da condição climatológica de toda ela, toda ela também aproveitará.

Penso, que se nos sertões houver águas, que possam dar abundante evaporação, estas contribuirão para que as chuvas sejam mais copiosas e regulares. Assim os invernos ali produzi- rão os vantajosos resultados, que a uberidade das terras promete, sem que os venham interromper calamidades como a presente.

É sabido que, onde há águas, há chuvas: façamos água no Ceará, e ali teremos chuvas; e se tivermos chuvas no Ceará, fugirá a penúria e a sua riqueza assumirá as grandes proporções, que a uberidade do solo e a benignidade do clima lhe prometem.

Examinaremos cada uma das providências apontadas.

No Ceará as chuvas são quase sempre poucas, e às ve- zes faltam totalmente, causando a perda dos gados, a falta de lavoura, a depreciação da propriedade, a desorganização do tra- balho, e por fim a fome, a miséria, e a transmigração da popula- ção, que busca abrigo já em lugares da província poupados pelo flagelo, e já fora da mesma província.

Calcule cada um que vexames, que aflições, e quanta lastima não vai por aí em semelhantes ocasiões. É o êxodo de um povo, a quem a fome expele do lar, e força à emigração. Grandes e pequenos, homens e mulheres, válidos e doentes, rico ou pobre, tudo emigra para não perecer à fome e à sede.

Eis o clamor, a que cumpre acudir com providências que previnam o futuro.

No Ceará regularmente as chuvas, constituindo o que ali chamamos inverno, começam em Janeiro ou Fevereiro, fin-



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

dam em Maio ou Junho. Três meses de chuvas bastam para fertilizar o solo, manter o gado, criar a lavoura, e produzir a abundância.

Ali as chuvas são alimentadas pelos vapores terrestres, que são poucos, por isso que as águas da superfície do solo são parcas, e pelos vapores que, vindo do mar, misturam-se com as emanções da terra.

Quando os ventos de leste, que ali constantemente reinam, são brandos, dão tempo a que haja uma certa incorporação dos vapores da terra e dos vapores do mar, e então os invernos são suficientes para dar-nos abundância.

Quando, porém, na estação invernososa esses ventos sopram rijos e fortes, impelem com rapidez os vapores aquosos, que assim transpõem o solo cearense, e só vão demorar-se, e cair em profusas chuvas, depois que esses mesmos ventos são detidos pelas altas serras do nosso sistema orológico central e sobretudo pelos empinados píncaros dos Andes, cujas fraldas regam, formando as origens dos caudalosos rios, que vão ter, para o norte, na bacia do Amazonas, e para sul, na bacia do Prata.

Tão verdadeiro é este fenômeno que, quando vemos constantes e copiosas chuvas do lado oriental dos Andes, sabemos que do lado ocidental não chove. No Peru, entre os Andes e a costa do Pacífico, apenas cai densa neblina, com que se refrigeram as suas terras.

Quem atende para a configuração geológica do Ceará, facilmente reconhece a causa porque lhe faltam os grandes rios e os extensos lagos.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

A região do Ceará é quase circundada por serras, que começam na costa no norte, formando a cordilheira da Ibiapaba, seguindo-se no Sul a do Araripe, e terminando do lado de leste nas serras do Câmara e Seridó, de maneira que essa região fica como que defendida e protegida por esses baluartes naturais, que a separam das províncias limítrofes.

Sendo assim, sucede que no território cearense não é possível penetrar por qualquer lado da terra senão subindo às eminências desses montes ou passando pelas depressões, que eles em alguns pontos oferecem.

Daqui procede que nenhum dos grandes rios, originados nas extensas e altas montanhas centrais do Brasil, atravessa o solo cearense.

Os rios nascidos dos contrafortes dos Andes buscam as duas bacias já indicadas; os rios derivados das montanhas do nosso sistema orográfico central desviam-se para um e outro lado, e jamais regam o solo contido nesse anfiteatro formado pelas serras do Ceará, cujo território configura-se em um triângulo irregular, um de cujos lados é o oceano Atlântico.

Olhando-se para o mapa geográfico do Brasil, vê-se que os dois grandes rios que poderiam chegar ao solo cearense são o S. Francisco e o Parnaíba.

Este refresca o Piauí e vai cair ao mar pelo ocidente, junto à serra da Ibiapaba, mas fora da parte interior desse anfiteatro, a que me tenho referido: aquele que partindo das proximidades de Ouro Preto, na província de Minas, encaminha-se em direção de sul a norte, de repente varia de rumo, quando parecia



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

querer levar o tributo de suas águas em benefício de um solo tão necessitado delas e vai abrir foz entre as províncias de Pernambuco e Alagoas, porque encontrou diferença de nível, que não pode vencer.

Eis, Sr. Presidente, porque o Ceará não abunda em águas pois nenhum grande rio refresca as suas terras, tão escasas de umidade.

Mas, se a natureza não nos prodigalizou esse bem, nem por isso tira-nos a esperança de possuí-lo.

Parece que a Providência, aproximando de nós o benefício, quis estimular-nos a consegui-lo pelo perseverante esforço da indústria. Reparemos, pois, o erro da natureza, e transportemos as águas do rio S. Francisco para o Ceará, abrindo um canal de comunicação de suas águas com as do rio Salgado, principal origem do rio Jaguaribe.

Se assim o fizermos teremos criado uma corrente peregrina neste rio, suficiente para alimentar e aumentar a pouca evaporação ora existente na província, pela ausência de abundantes águas na superfície do seu solo.

É exequível a obra de canalização? Eu o creio. As condições do terreno por onde se tem de derivar o canal admitem razoável crença dessa probabilidade.

Já nos tempos coloniais cogitou-se desse trabalho. No governo d'el-Rei D. João VI ordenaram-se estudos para o reconhecimento do terreno, vantagem e possibilidade da canalização.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Não foi só o governo colonial que teve o pensamento da canalização do rio S. Francisco como obra de grande interesse para o Ceará; e naquelas paragens essa idéia é popular.

Nos nossos dias o Dr. Marcos de Macedo, cearense distinto por seu patriotismo, pelo amor às ciências, e por sua constante dedicação aos melhoramentos da sua terra natal...

O Sr. Paulo Nogueira: – Apoiado.

O Sr. Alencar Araripe: – ...consagrou os seus cuidados ao estudo dessa obra, que ele reputava grandemente profícua ao Ceará.

O Dr. Marcos de Macedo, hoje falecido, pessoalmente examinou as localidades, fez orçamentos e levantou a carta topográfica da região examinada, traçando o plano do canal, que poderia ter a extensão de 16 léguas. Ele colocou que para entreter a corrente do canal bastaria que as águas do rio S. Francisco baixassem do seu nível atual duas polegadas.

O rio S. Francisco indo, como já disse, do sul para o norte, descamba rapidamente para leste, na comarca do Boa Vista, da província de Pernambuco; e como na depressão formada entre os extremos orientais da serra do Araripe e os terrenos, que se vão levantando para formar as serras, que como uma quase continuação do seu sistema orográfico dirigem-se para o lado de leste ou nordeste, origina-se o rio Salgado, é possível fazer chegar ali as águas do rio S. Francisco, que, achando caminho natural, descerão para o Jaguaribe.

Há bastantes anos percorri aquelas paragens, e a simples inspeção do terreno mostra, que não serão precisas obras



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

gigantescas para realizar-se um melhoramento de máxima conveniência para um território extenso, assás povoado, e que enfim constitui uma província do Império.

Enquanto os açudes, que é outro meio de dar águas ao solo cearense, são obras de fácil execução, e cujo embaraço será a boa escolha dos sítios apropriados.

A província do Ceará, em toda a sua extensão, oferece para esses elementos de nossa prosperidade posições vantajosíssimas, de maneira que por meio de um paredão em um riacho, ou rio, ou de aterros em gargantas de vales, poderemos formar lagos profundos e extensos, capazes de manter água no intervalo dos invernos, e suprir a atmosfera de abundantes vapores.

Sem estudo especial das localidades, não é possível determinar os pontos desses açudes; porquanto muito importa atender a que com menos despesa consigam-se mais volumosos depósitos.

Só os homens da arte poderão com proveito determinar esses sítios.

Por isso, Sr. Presidente, não designei na emenda apresentada, nenhum local para a construção de açudes: todavia, apontarei como lugares mui idôneos, o boqueirão de Lavras no rio Salgado, e uma posição do rio Tici, um pouco abaixo da povoação de Arneiros.

Tapadas as gargantas por onde passam as águas desses dois rios, obteríamos não simplesmente depósitos consideráveis d' águas, mas lagos de algumas léguas de extensão.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

Julgo que a canalização mencionada, e os açudes são os dois meios de mais notável influência para o fim de modificar as condições meteorológicas do Ceará, pondo na superfície do seu solo águas, que não só refresquem esse mesmo solo, mas, sobretudo, dêem possibilidade de abundante evaporação, que possa trazer-nos chuvas.

Todavia, outro meio há, que pode ser tentado e aproveitado: falo dos poços artesianos, cujo bom êxito em França e na Argélia é bem conhecido.

O terreno do Ceará desde a terra do Araripe até a costa do mar, segundo o naturalista João da Silva Feijó, vai descendo em camadas estratificadas, por entre as quais formam-se correntes subterrâneas d' água.

Em minha província, se a parte superior do solo é escassa de águas, o subsolo o não é. Em qualquer parte do terreno que se aprofunde uma escavação, encontra-se água.

Se nas primeiras camadas terrosas, que chegam até certa espécie da argila, a que ali denominam salão, ou saibro, não se encontra água, esta surge desde que esse saibro ou salão é rompido e perfurado.

Este fato constante na província indica-nos, que os poços ou fontes artesianas darão excelente resultado. Conviria, pois, tentar tamanho melhoramento.

As águas que no espaço de milhares de séculos se não infiltrado naquele terreno e ali se acham depositadas em mananciais mais ou menos extensos e profundos, refluirão à flor da



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

terra, apenas tenham conveniente abertura, que as deixe escapar obedecendo à pressão de mais alto nível.

As fontes artesianas deverão ser assentadas nas partes mais baixas do solo para poder operar-se o fenômeno natural da subida das águas pela procura de nível.

Os fatos autorizam-me a crer na possibilidade dos poços artesianos no Ceará; e embora não seja em profissional para expender razões convincentes.

O Sr. Barão de S. Domingos: – Pois não parece, tem falado como profissional.

O Sr. Alencar Araripe: – ...todavia exhibo fatos patentes, a que os mesmos estranhos à ciência da engenharia podem aplicar o seu raciocínio.

Nos dias da primeira administração do finado senador José Martiniano de Alencar no Ceará...

O Sr. Leão Veloso: – Prestou muito bons serviços ao Ceará. (Apoiados).

O Sr. Alencar Araripe: – ...o governo imperial, por solicitação desse presidente, cidadão sempre votado ao bem de seu país e empenhado seriamente nos melhoramentos de sua província, mandou um engenheiro inglês, com o maquinismo necessário, para tentar o efeito de uma invenção humana, que tão profícua podia ser aquela terra.

Chegados o engenheiro e o aparelho, e começados os trabalhos de experiência, veio novo presidente, que julgou explicável ao Ceará o projetado melhoramento. O Engenheiro veio



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

para esta corte, e as peças do maquinismo enferrujaram-se e perderam-se.

Assim abortou uma tentativa, que tão útil pudera ter sido, se fora levada a efeito.

Duas objeções poder-se-ão apresentar. Dir-me-ão porventura: 1º, que nem as águas do canal, nem as dos açudes, nem as das fontes artesianas serão capazes de alterar as condições climatológicas do Ceará; 2º, que as rendas do Estado não comportam tamanho dispêndio.

Não me assustam os tímidos pensamentos que afastam-nos de grandes e árduos tentamens.

Vejamos quais são os fatos naturais, e deduzamos as conseqüências: vejamos também as nossas condições financeiras, e conheçamos se elas impossibilitam-nos de aspirar ao bem.

Se observarmos o Brasil, vê-lo-emos dividido em três distintas zonas: uma ao norte, compreendendo o vasto território amazônico; outra ao sul, abrangendo as regiões do sul, e outra central, compreendendo os sertões das quatro províncias flageladas pela seca, que estamos presenciando.

A zona do norte é cortada dos maiores rios do mundo e possui numerosos e extensos lagos. A zona do sul é regada por possantes rios perenes, e refrescada por lagos também numerosos e extensos. A zona do centro não tem rios perenes, não tem lagos, e apenas as águas fluviais ali se aglomeram em pequenas bacias, que rapidamente secam.

Dessa diferença de condições o que resulta?



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

No Sul e norte não faltam chuvas freqüentes e abundantes: no centro porém, as chuvas são raras e diminutas.

Isto nos está claramente dizendo que as águas na superfície da terra são necessárias para as chuvas; pois bem sabido é que as águas levantam-se em vapores pelo calor do sol, e depois se precipitam em chuvas e orvalho, sobre o solo, donde sairão.

Logo, onde não há águas abundantes na superfície das terras, cumpre que o homem as chame e as force a deter-se ali, se pretende gozar dessas mesmas terras, auferindo as vantagens, que elas só dão mediante a ação da indispensável umidade.

Na minha própria província já observei o resultado do trabalho do homem, no intento de conseguir acumular águas na superfície do solo.

Em 1832 ou 1833, o conselho de província propôs uma resolução, que pelo poder legislativo geral foi convertida em lei, a qual concedia gratificação a quem fabricasse um açude de certas dimensões.

Abusou-se muito da benéfica disposição dessa lei, porque muitas gratificações indevidas concederam-se, mas enfim mitos açudes construíram-se no espaço de alguns anos. A verdade é que, desde 1845, com o escarmento da seca desse ano, o número dos açudes cresceu, embora a lei da gratificação tivesse sido revogada por causa do abuso dela, e nosso estado climático melhorou, de sorte que o Ceará gozou de seguidos anos de boas chuvas, que permitiram a essa província o adiantamento e prosperidade com que seus filhos enlevavam-se.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

A série de anos favorecidos fez esquecer a necessidade dos açudes, que não foram mais reparados nem aumentados, e ali temos a horrorosa seca que nos vai devastando, e que coincide com a deterioração dos açudes. Já a seca de 1825 veio após a grande destruição das matas da província.

Julgue do fato quem quiser e conclua como lhe parecer.

O estado de crescente prosperidade do Ceará foi tal nesse período de regulares invernos, que, sendo a sua renda de menos de 200:000\$, em 1848, agora já chega a perto de 3.000:000\$, incluídas as arrecadações geral, provincial e municipal.

Nem o fenômeno apontado em relação ao Ceará, quanto ao efeito das águas na superfície da terra, é singular: é ele um fato constante da experiência.

Se olharmos para o Egito, quer antigo quer moderno, acharemos que, à proporção que o homem consegue trazer água à superfície das terras, consegue refrigerá-las com as chuvas; de maneira que podemos dizer que, assim, o mesmo homem vai da terra governar e dirigir os acontecimentos do céu.

O Egito primitivo era seco e não tinha chuvas senão raras. Os seus habitantes, possuindo a torrente no Nilo, canalizaram esse rio em diversas direções, e fabricaram por diferentes maneiras grande série de lagos. A abundância veio à terra dos Faraós, e esse povo subiu à categoria de um dos mais civilizados e prósperos da antiguidade.

Vieram dias infaustos para esse povo: os canais e os lagos desaparecem, e o Nilo recolhe-se ao seu leito, fertilizando



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

apenas a estreita orla das suas margens. As chuvas escassearam de novo no Egito.

Os seus últimos vice-reis, porém, começaram a lembrar-se das antigas eras, renovaram os canais e os lagos, e aí está o Egito com chuvas, podendo já competir conosco na fabricação do açúcar e na produção do algodão.

Quem não sabe que nos istmo de Suez não chovia e que agora já caem ali densos orvalhos, depois que se abriu o canal de comunicação entre os dois mares, que se aproximaram naqueles ardentíssimos areais?

Não encontro um fato mais significativo de que as águas terrestres correspondem-se com as águas superiores para produzirem chuva.

Assim, pôde o homem entrar no domínio dos ares e impor-lhes a sua vontade.

Se, pois, os exemplos de casa e de fora a tanto persuadem-nos, por que hesitaremos em empreender obras que tornem o Ceará um novo Egito, dando-lhe um Nilo, canais e lagos?

A natureza recusou águas abundantes ao Ceará; o homem lhe as dê: e assim conseguirá com o trabalho aquilo com que a mesma natureza o não microseou, mas com que lhe excita a atividade.

Vamos à parte financeira da questão.

Não se trata, Sr. presidente, de pequenos interesses: trata-se de preservar a sorte de uma população de mais de 700.000 almas; trata-se de garantir um capital avultadíssimo espalhado no solo da província do Ceará, e outras, e por, avultados que



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

sejam os gastos, os seus produtos os compensaram com vantagem reconhecida.

O Sr. Paulino nogueira e outros senhores: – Apoiado.

O Sr Alencar Araripe: – Demais, senhores, quando o Brasil consome milhares de contos de réis para chamar população para os seus desertos, por via de colonização estrangeira, seria certamente para deplorar que com o fito de poupar os cofres públicos consentíssemos que uma população numerosa abandonasse terras já beneficiadas com o seu suor, e as deixe com desolação, e na posse das feras, para ir longe carpir as saudades do torrão natal, sempre por nós tão amado e querido. (Apoiados.)

Se um governo colonial lembrou-se de curar da sorte dessas regiões, então bem pouco adiantadas, não posso hesitar em crer que o nobre ministro da agricultura, solícito como se mostra pela prosperidade do seu país (apoiados), tomará sério empenho pelo futuro destino de minha providência.

Quando o Ceará tiver a canalização do rio de S. Francisco, lagos artificiais por meio de açudes, fontes perenes por via dos poços artesianos, o seu porto adaptado às necessidades do comércio, e a sua estrada de ferro até o fértil e ameno vale do Cariri, terá seguro o seu destino, e desafiará as suas irmãs sem temer a competência em forças de produção e vitalidade. (Apoiados).

Convém por certo atender com previsão para uma população crescida, diligente, e amante do trabalho, bem como para um solo fértil e salubre.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

Se as charnecas dessecam-se para habitação do homem, e se não duvidamos aventurar-nos em busca de regiões ainda desconhecidas no clima e uberdade, à custa de gastos onerosos, já empreendendo estradas, já tentando navegações difíceis, não é muito que despendamos para manter a posse de uma região, cuja fertilidade todos proclamam, e cuja salubridade revela-se por incontestados fatos.

O Ceará pode dizer-se que nunca teve imigração direta da Europa; a sua povoação começou e cresceu com minguados povoadores, que ali penetrarão atraídos pela amenidade do clima, e em razão da rápida produção das raças bovinas e cavalares; entretanto, a sua população, que em 1775 era apenas de 34.000 almas, no espaço de um século subiu a quase 800.000, tornando-se assim 20 vezes maior, sem ter para isso senão o progresso natural da procriação da espécie.

Só em clima salubre e fértil poderia esse fato realizar-se; pois sabido é que para que uma população desenvolva-se com vantagem, necessário é que essa população viva em clima doce e saudável, e em terra fértil, para obter os recursos de sua alimentação.

Se o clima convida-nos a esforçar-nos para dar condições permanentes de progresso ao Ceará, vejamos se a sua riqueza já exige sacrifícios em bem da sua conservação e aumento.

O Ceará por algum tempo considerou-se como país criador somente; por isso a sua principal indústria consistiu na criação dos gados grossos e miúdos, vindo por fim a reconhecer



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

que a lavoura também podia constituir um grande elemento da sua riqueza.

Hoje o Ceará cria e lavra.

A sua produção anual, somente em gados vacum e cavalar, ascende a 336.000 cabeças, no valor de perto de 3.000:000\$ havendo para essa produção perto de um milhão de cabeças de gado, que representam um valor menor de 35.000:000\$000.

Em 1854 estavam registradas em minha província, segundo dados oficiais, 4.720 fazendas de criação.

A produção agrícola orça anualmente no Ceará por 15.000:000\$, quer por sua indústria extrativa, quer por sua indústria de lavoura, para a qual contribui capital já assaz considerável.

Daqui vê-se que toda essa produção monta a um valor de perto de 20.000:000\$000.

Não asseguro a exatidão dos algarismos, porque não possuímos estatísticas exatas, mas em todo o caso, eles são aproximados, e é quanto me basta para o nosso argumento.

Ora, Sr. Presidente, quando as secas aparecem no Ceará, essa produção quase que desaparece totalmente, e o capital fica sumamente reduzido, sobretudo em relação aos gados, que perecem pela fome e sede nos campos, onde há pouco ele encontrava boas aguadas e succulentos pastos.

Se, pois, trata-se de dar segurança a valores tão subidos, preservando produção e capital que tão vantajosamente crescem,



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

não é lícito recuar das obras apontadas, somente em contemplação à maior ou menor importância das despesas.

O Ceará já contribuiu para os cofres gerais com a crescente soma de mais de 1.600.000\$ por ano, conforme demonstra o último relatório do ministério da fazenda, sendo a sétima província na ordem dos algarismos da receita do Império.

Sendo assim, não é demasiado penoso ao tesouro nacional concorrer com os gastos para trabalhos que importam a vida e o progresso daquela província. (Apoiados).

Além disso, Sr. Presidente, não é exagerada exigência pedir igualdade.

Quando em algumas províncias do sul gastam-se dos cofres gerais milhares de contos de réis para a sua colonização, cujo imediato proveito elas auferem, é racional que peçamos para uma província do norte a dispensação de favor equivalentes, cujo grande escopo é salvar uma numerosa população de calamidades, que podemos reputar periódicas, visto a série desses fatos com intervalos quase iguais.

Passarei agora a falar da estrada de ferro do Ceará.

Organizou-se naquela província uma companhia no intuito louvável de dotá-la com uma via férrea.

O Sr. Leão Veloso: – O que honra muito a iniciativa individual dos Cearenses.

O Sr. Alencar Araripe: – Embora possa dizer-se que foi um cometimento arrojado, em face dos próprios recursos da província, ousou assegurar que foi um ato louvável, e que, como diz o nobre representante da Bahia, honra o espírito empreende-



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

dor dos meus comprovicianos, demonstrando que eles não recuam diante de árduos sacrifícios para conseguir os melhoramentos a que a nossa pátria tem jus. (Apoiados).

A companhia tem gosto com as obras realizadas 1.500:000\$, ou pouco menos: conseguiu levar a via férrea até a vila da Pacatuba, e fazer um ramal para a cidade de Maranguape; mas diversas circunstâncias, e agora sobretudo a presente calamidade da seca, impossibilitaram a companhia de haver os capitais necessários para a prolongação dos trabalhos até a cidade de Baturité, ponto objetivo atualmente da empresa, que mais tarde terá de ser a cidade do Crato.

O governo imperial já garante os juros do capital empregado; portanto, é interessado imediatamente em que a empresa não pare e fique em ponto de não dar lucros pela pequena extensão da estrada em tráfego. Deve, pois, vir em auxílio da empresa, ou antes em auxílio da província, a cujo progresso prende-se tão importante obra.

Se a obra parar no ponto em que se acha presentemente, nem a companhia pode lucrar, nem o governo imperial; arriscamo-nos, porém, a uma perda completa das obras já feitas, e o que mais é, a um malogro das gratas esperanças da província.

Se a estrada for levada avante, temos não só um meio certo de adiantamento de minha província, mas também um recurso poderoso contra os estragos da seca: e é este o lado porque agora a estou encarando.

Tendo o Ceará uma via de fácil e pronta comunicação, que aproxime a sua capital dos pontos centrais, podem as secas



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

causar estragos, matando o gado, e definhando a lavoura; mas, Sr. Presidente, não veremos a transmigração de populações inteiras, que vão buscar na beirar-mar a alimentação que de todo lhes falta na sede de seus trabalhos.

Essa transmigração é o principal mal das secas no norte. A população agita-se, e transporta-se do seu domicilio, sem meios nem estradas fáceis de transitar, por campos desolados: daí essas cenas de dor, que tantas vezes não sido descritas para mágoas de todos os brasileiros, tão sensíveis e condoídos.

Havendo fácil de transportar gêneros alimentícios e outros socorros, essa transmigração evitar-se-á, se tivermos de assistir ao perecimento dos gados, não assistiremos a morte da criatura humana pela fome. As secas trarão sempre a diminuição da riqueza pública e particular, mas não trarão a perda da população que abandona a terra natal, para ir a outras províncias procurar abrigo.

Quem nos pôde dar esse fácil e pronto transporte é a estrada de ferro de Baturité: faça, pois, o governo imperial essa estrada, já que a companhia cearense a não pôde concluir.

Para isso necessário é, ou encampar a estrada, ou emprestar à mesma companhia o dinheiro preciso para as obras.

Eu penso que é muito preferível o encampamento ou empréstimo.

Encampando a estrada, o governo imperial dar-lhe-á impulso imediato, e fica com obra lucrativa, deixando o Estado de constituir-se credor para depois ter de lidar com um devedor, complicando assim os negócios da estrada.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

O exemplo da vantagem da encampação para o governo imperial está nas estradas férreas, que o mesmo governo tem tomado a si.

As estradas de ferro do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco estão sob a propriedade do Estado, o qual já acha ali uma grossa fonte de renda: compulsando dados oficiais, vejo que ultimamente essa renda subiu a mais de 31.000:000\$000.

Falo da renda líquida, que entra nos cofres nacionais, deduzidos os gastos do custeio.

Tomando o governo imperial à sua conta a via férrea de Baturité, certamente conseguirá vantajoso resultado, sobretudo quando levá-la ao Crato.

Não advogo neste caso os interesses do Ceará somente; a estrada de que falo deve ligar-se ao nosso sistema geral de vias férreas.

O império destina-se a ter uma grande artéria férrea, que, correndo paralelamente à orla marítima, chegue do sul ao norte. Essa grande artéria servirá para que dela se derivem ramais, quer para o lado de leste, buscando os portos de mar, quer para o lado do oeste, demandando cidades importantes que venham levantar-se em Goiás e Mato-Grosso, onde hoje apenas dominam florestas de produção intacta.

Sendo assim, é ato de previsão do governo imperial começar desde agora trabalhos que no futuro deverá fazer, e que circunstância imperiosa manda antecipar.

A estrada que hoje modestamente ambiciona chegar da cidade da Fortaleza a Baturité terá no futuro de por essa capital



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

de província em comunicação direta com pontos remotos do interior do Brasil: o que hoje contamos por metros, contaremos então por miríametros.

A emenda pede autorização para o governo despender com essa estrada até 2.500:000\$. Dir-me-ão que o estado atual dos cofres públicos não comporta tamanho gastos, pois aí está o oneroso déficit clamando por economias.

Responderei primeiramente que, encampada a estrada de Baturité, não terá o governo imperial de despender desde já toda a quantia acima mencionada, visto como as obras executar-se-ão sucessivamente, e precisam de tempo para fazer-se: não é, pois, em um só exercício que os gastos se farão.

Em segundo lugar, afirmarei que esse decantado déficit não tem as proporções com que, no meu conceito, o exageram.

Com efeito, qual é o déficit apresentado?

É de 3 e tantos contos de réis, conforme observo do relatório do ministério da fazenda.

Mas noto que esse déficit pôde considerar-se aniquilado porque as reduções feitas no orçamento geral do império pelas respectivas comissões desta augusta câmara, de acordo com o ministério, sobem a mais de 3.000:000\$. Assim, já não há déficit.

Admitamos, porém, que o haja. Quem estuda os nossos orçamentos desde 1827 até hoje, reconhece que sempre temos tido déficit, sendo mui notável o de 1830. No orçamento desse ano apresentou-se um desequilíbrio da receita com a despesa, na



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

importância de 7,000:000\$, equivalente a dois terços da renda de então. (Apoiados).

Nesse tempo ninguém se aterrou; e os representantes da nação, guiados pelo patriotismo de que tantas provas nos legaram em seus monumentos legislativos, tratarão, não de aterrar o país e abalar o nosso crédito no estrangeiro com a pintura lúgubre de uma desolação completa, mas sim de votar reduções possíveis nas despesas, e sem embargo dos gastos indispensáveis.

A prudência e o critério do governo dessas épocas não nos precipitou; esperemos que hoje aconteça a mesma coisa.

Demais, Sr. Presidente, a comparação da nossa receita orçada e arrecadada desde 1836 até hoje, o que constitui o longo período de 40 anos, demonstra, a não deixar dúvidas, que a arrecadação das rendas públicas excedeu sempre ao computo votado nos orçamentos. Em um dos recentes exercícios, o excesso da receita arrecadada sobre a receita orçada foi de 10,000:000\$000.

E se este fato é constante, porque causa extraordinária ele se não verificará no exercício, cujo orçamento organizamos?

Não o descubro: portanto, sou levado a crer que a arrecadação do imposto neste mesmo exercício subirá além do algarismo representado na lei que votarmos, e teremos assim mais uma compensação do déficit.

Se as condições do país são estas em relação às suas finanças, não devem os terroristas embargar o governo imperial na aceitação da idéia da encampação da estrada de ferro de Baturité, na qual não tem de empregar capitais que venham trans-tornar o equilíbrio do nosso orçamento.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Tocarei agora, Sr. Presidente, nos dois ramos de serviços do ministério da agricultura e obras públicas, aos quais em principio desde discurso fiz referência.

Vejo no orçamento consignada verba para catequese.

Sei que temos, há muitos anos, esta verba nos nossos orçamentos, mas por isso mesmo que ela é antiga, já tem mostrado a sua ineficácia, e a oportunidade da supressão sem inconveniência pública. Não digo que a suprimamos já, mais desejo que o nobre ministro, que administra este serviço, cuide de preparar a sua eliminação

Temos catequese indígena só em nome, as aldeias desaparecem e numero dos indígenas trazidos à civilização não avulta.

Parece que quanto mais se trabalha neste objeto, menos ele progride.

Não ha quem ignore que ainda nas nossas selvas percorrem hordas bravias; mas também não há quem não saiba que elas não entram no grêmio da civilização.

Se fizéssemos progresso neste assunto, veríamos anualmente crescer o número dos aldeamentos, e o censo da população selvagem já domesticada pela catequese. Vemos o contrário: vemos, que as aldeias nem aumentam, e antes se aniquilam, nem os habitantes delas tornam-se numerosos.

Logo a catequese é um serviço inútil, e um dispêndio sem compensação.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

Não duvido, que os capuchinhos hajam formado pequenos, e raros aldeamentos; mas a sua duração é curta, e o seu resultado para a civilização do indígena nenhum.

Os capuchinhos fazem o que fizeram os jesuítas: trazem o selvagem ao aldeamento, mas o selvagem continua nos seus hábitos convenientes dos bosques, e não se sujeita ao trabalho regular e profícuo.

Certo de que nos bosques tem alimento sem fadiga, e prezando sobretudo a independência, o indígena americano, que o jesuíta catequizou, e que o capuchinho hoje congrega em pequenos núcleos, nunca viveu nem vive com o ânimo do trabalho junto aos padres: vem ao aldeamento para assistir às festividades religiosas, ali está enquanto há folgança: apenas porém é compelido ao trabalho, regressa às brenhas conhecidas, e jamais se civiliza. A índole do selvagem americano repugna às condições da vida civilizada.

Sr. Presidente, não nos iludamos; a experiência deve servir-nos de alguma coisa.

O Sr. Gomes de Amaral: – Na minha província, pelo menos, a catequese não tem produzido resultado.

O Sr. Alencar Araripe: – Dizem-nos que cumpre-nos continuar com a catequese do selvagem, porque assim chamaremos ao trabalho braços e à civilização milhares de cooperadores.

Não creiamos, Sr. Presidente, numa utopia. (Apoiados). O indígena da América é refratário à civilização, é não se presta ao hábito do trabalho.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Quatro nações européias, principalmente, colonizaram e povoaram o continente americano. Estas nações foram os Ingleses, os Franceses, os Espanhóis e os Portugueses: as duas primeiras fundaram seus trabalhos na América do Norte e as duas últimas na América do Sul.

Nenhuma delas conseguiu fixar o indígena ao solo pelo trabalho; nenhuma delas o pôde civilizar. O indígena americano retraía-se sempre ao interior dos bosques, à proporção que a raça braça ocupava e civilizava uma região.

Nações de duas origens diferentes, saxônica e latina, usando de diferentes métodos de catequese, empregando ora a brandura ora o rigor, essas nações, Sr. Presidente, em climas diferentes, não puderam obter que o indígena das terras americanas se coadunasse com a vida do homem civilizado, isto é, com o trabalho e a restrição da liberdade.

Ai estão ainda os restos dessa raça, que parece destinada pela providência para ocupar os vastos bosques da América durante a ausência de outra raça mais perfeita qual a caucasiana; aí estão os restos dessa raça avermelhada, que retrai -se diante da civilização, porque prefere o seu aniquilamento nas brenhas incultas ao seu polimento nas cidades enriquecidas pela indústria; prefere sucumbir a deixar a vida meramente animal pelos gozos da civilização, que ele reputa males incomputáveis.

Sei quão argüidos são os Portugueses pelo desumano trato dado aos selvagens que nos precederam nesta terra, que é hoje a nossa querida pátria.

Mas, Sr. Presidente, quão injusta é tal acusação!



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Quem compulsar os arquivos dos tempos idos reconhecerá que o governo português teve sempre na máxima consideração a catequese e civilização do indígena brasileiro; e basta considerar que esse governo necessita de um instrumento útil ao trabalho no Brasil e foi na África buscar braços, que o indígena americano não dava para convencer-nos do empenho com que os Portugueses buscariam tirar o homem das selvas para os proventos da indústria.

Os portugueses não civilizaram os indígenas, porque estes se mostraram desde principio incompatíveis com as leis do trabalho; e se assim não fora eles e os outros povos colonizadores da América não deixaram de converter o índio em instrumento de trabalho, tendo em casa aquilo que iam buscar com riscos de uma longa e então perigosíssima travessia de mar nas costas e sertões da ardente África.

O que os esforços de quatro diversos povos não conseguiram em séculos, nós não o conseguiremos agora; porque o impedimento está no homem, que buscamos polir, mas não nos modos que empregamos.

O governo português foi tão empenhado na civilização do indígena do nosso país, que além dos meios comuns de angariar a vontade desse indígena nobilitou por decretos o casamento entre o indígena vencido e o europeu vencedor; chamou o indígena ao governo das suas próprias aldeias; mas nada operou profícuo resultado.

Convençamo-nos, Sr. Presidente, que os Ingleses nos Estados-Unidos, os Franceses no Canadá, os Espanhóis no Mé-



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

xico, no Peru e no Prata, e os Portugueses no Brasil empregaram meios racionais para trazer o índio à vida civil e não o conseguiram. Isto me basta para crer na impossibilidade de êxito favorável em nossos dias.

Assim, a raça americana destina a aniquilar-se ante a civilização do homem de origem caucasiana, recua à proporção que esta avança: e desconhecer o direito com que assim vamos senhoreando as terras baldias de cultura, seria antepor a barbárie à civilização.

A raça caucasiana por sua inteligência superior, mostra-se predestinada ao domínio exclusivo do mundo.

Na América a raça acobreada vai cedendo o terreno, e perecendo nos bosques pela lei fatal da mingua de subsistência, onde o trabalho regular a não produz; na África, na Ásia e Oceania as raças etiópica e malaia confundir-se-ão pela mescla do sangue para prevalecer a cor e dotes da raça mais perfeita.

No Brasil vemos especimen. Os Africanos vindos em grande número para o nosso país mesclam-se com os brancos; e os pretos visivelmente diminuem. É mais uma lei da humana perfetibilidade.

Enquanto à colonização, são meus votos, que o governo não dependa mais com a imigração contratada. Satisfaça os contratos já celebrados para a introdução de colonos europeus, mas não celebre novos ajustes; e sobretudo assás comprar-me-ei o governo imperial não empregar os dinheiros públicos para trazer ao país qualquer imigração de raça menos perfeita do que a dos imigrantes da Europa.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Entendo que nos convém admitir indivíduos que por seu vigor físico e por sua capacidade intelectual venham ser um elemento de perfeição da nossa população, e não uma causa da sua degeneração e decadência; por isso a introdução do país de colonos chineses e de outras famílias asiáticas obterá o meu voto.

A mistura de raças, que temos tido, debilita a nossa população que só com o tempo e com a admissão de colonização européia, sobretudo de portugueses e alemães por suas qualidades especiais, pode regenerar-se, fortificando-se pela pureza do sangue e qualidades morais.

Temos despendido com a colonização muito mais do que deveríamos ter gastado, se a experiência não devesse custar-nos, como a todos custam empresas novas.

Mas, Sr. Presidente, não obstante isto, penso que o dispêndio tem sido proveitoso. Estive no Rio Grande do Sul, onde a colonização oficial sobe à crescida cifra, talvez de 50.000 indivíduos. Observar o que ali se passa, é reconhecer o proveito do que se há despendido.

Grande extensão de terras povoadas, uma produção agrícola já avultada, começo de indústria fabril, em suma um movimento indicador de próximo melhoramento na condição dos habitantes daquela província.

E não vale trocar tanto bem por alguns centenares ou milhares de contos de réis, que o Estado dentro de alguns anos arrecadará com excessivo juro?



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO **MS
SEM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Para que se apresse, como tanto convém, o adiantamento desses centros de produção, as colônias, cumpre que o governo aplique boa parte da verba votada para colonização na abertura de estradas, que ponham esses centros em fácil comunicação com os lugares de consumo.

Assim, em vez de pagar-se passagem de novos colonos, dê-se aos existentes no país os meios de progredir.

Percorri as principais colônias estabelecidas pelo governo do Rio Grande do Sul, e reconheci, que nenhum maior bem pode fazer-se a essa província no sentido de sua colonização do que abrir-lhe caminhos, por onde o colono traga gêneros ao mercado.

Antes gastar com a colonização existente, de modo que ela tenha proveito certo, do que gastar com o aumento do seu número e do seu pessoal, com risco de ruína do que já temos, e de perda do que vier.

Folgo, Sr. Presidente, de ter ocasião de declarar ao nobre ministro da agricultura, quão valioso auxilio para a administração das colônias da província do Rio Grande do Sul, quando ali estive como presidente dela, encontrei na pessoa do Sr. Carlos Joasen. Com a sua atividade, com o seu zelo, com a sua dedicação ao serviço; de que tão acertadamente foi incumbido, consegui que remessas de colonos ultimamente para ali feitas não perturbassem o estado já pouco satisfatório das colônias pela aglomeração de indivíduos, pela falta de prazos mediados e pela carência de quase tudo, em razão da falta de pontual entre-



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

ga dos dinheiros, que também faltavam na tesouraria de fazenda para as necessidades dessas colônias.

É justo que esse zeloso funcionário, que não tem do Estado retribuição correspondente ao seu trabalho, tenha ao menos aqui essa solene manifestação de quem apreciou os seus serviços sem aliás poder compensá-los.

Vou ser franco, Sr. presidente, expondo um pensamento que tenho, porque devo ao país a verdade, como a entendo.

Os cofres públicos, de há muito, têm estipendiado a colonização nas quatro províncias mais meridionais do Brasil.

Essa colonização traz a essas províncias dois imediatos proveitos: o acréscimo de população e o aumento de riqueza, já pelas quantias ali gastas com os colonos, e já pela produção resultante do trabalho destes.

Sei que tudo isto redundará em benefício geral do Império, que não deve ter seleção de territórios; mas sei também que a desigualdade pode gerar preconceitos.

Ao passo que a população e a riqueza do sul crescem com o emprego dos dinheiros dos cofres nacionais, as províncias do norte ficam privadas de igual benefício.

Daqui um desequilíbrio de forças e o natural reparo; porque se com efeito apenas a uma parte do império dermos meios de prosperidade, ficará a outra parte em condição desigual: levanta-se uma parte com rápido progresso, quando a outra marcha lentamente.

O finado Marquês de Abrantes, em sua memória sobre colonização, escrita em Berlim, quando foi à Alemanha em mis-



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

são especial, e remetida ao governo Brasileiro, aventou a idéia de que devia o Brasil colonizar o sul com colonos europeus, e depois colonizar o norte com os colonos do Sul.

O governo imperial parece que aceitou o pensamento como axioma; e de fato toda a nossa colonização oficial tem ido para o sul.

Tal procedimento não é justo pela desproporção que estabelece para os dois lados do Império; e como tenho por dogma político a integridade do meu país, excita-me desfavor todo o ato tendente a sugerir idéias contrárias a esse grandioso fato da nossa união. (Apoiados).

Já o disse; pode o desequilíbrio de forças entre um e outro lado do Império por meio do concurso direto dos dinheiros públicos contribuir para despertar prevenções.

Assim, por esta razão grandemente política, eu entendo que convém parar um pouco com a imigração oficial, e aplicar o dinheiro votado para a colonização no melhoramento da condição das colônias atuais.

A idéia de que o norte só deve ser colonizado com os recursos do Estado, depois de colonizado o sul, não é justa, porque nada mais significa senão que o norte jamais gozará desse benefício, aliás tão apreciável.

Bem sei que essa idéia funda-se em um erro de apreciação. Presume-se que o norte não tem idoneidade para o colono europeu; e que portanto acomodando-se este no sul do império, seus filhos e netos, já nascidos em nossos climas, poderão ir para o norte.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

O erro é manifesto: 1º, porque o europeu nos tempos primitivos da povoação do Brasil tanto vinha para o sul como para o norte, e tanto em outra parte assentou estabelecimentos, que deram-nos o presente estado da nossa população; 2º, porque a ser verdade que o colono que vai para o sul não prospera no norte, será também verdade que os filhos destes não poderão ir para esse mesmo norte, porquanto nascem em clima igual ao da maior parte dos lugares da Europa, de onde nos vêm os imigrantes.

Deste modo, pois, o norte jamais será colonizado com os recursos do Estado.

Quem quiser ter clima europeu no norte do Brasil suba às cordilheiras da Ibiapaba, do Araripe e da Borborema.

A respeito de nossa colonização, penso que ela será numerosa e espontânea, quando tivermos organizado justiça brevemente administrada, e houvermos decretado uma lei de locação de serviços.

O nosso processo civil é ainda regulado pelas antigas leis, que nos deixou a antiga metrópole; não temos ainda justiça organizada, porque ainda não quisemos pautá-la pelo padrão constitucional.

Instituamos os tribunais e os juizes da constituição, dando relações a todas as províncias e limitando as circunscrições judiciárias, onde o juiz perpétuo possa julgar com prontidão, e imediato recurso para os tribunais coletivos, e então teremos feito mais pela colonização do que fazemos pagando passagens a imigrantes, dando-lhes subsídios custosos, e onerando os



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

cofres públicos com grandes verbas, com o sustento de administrações coloniais.

Convença-se o Europeu que no Brasil a justiça é uma realidade, e para nós virá o imigrante como vai para os Estados Unidos; convença-se o Europeu, que no Brasil a liberdade de consciência é um fato sério e não ilusório prometimento, que ele demandará o nosso país como busca outros pontos da América.

Convém desafiar a colonização espontânea; e só conheço procedentes os meios que aponto: justiça para garantir a vida e a propriedade, e liberdade real e efetiva para todos os direitos.

Reputo a imigração oficial um obstáculo à imigração espontânea; porque enquanto o Estado subsidiar aquela, esta terá por adversários na Europa todos os interessados nos contratos, os quais procurarão embaraçar a vinda do colono à sua própria expensa, despertando-lhe o desejo de vir à custa do Estado.

O colono trazido por contrato vem com idéias de exageradas vantagens suscitadas, se não prometidas, pelos agentes de colonização; e como não encontram a sonhada realidade, desgostam-se, muitas vezes abandonam as colônias, e quase sempre são pregoeiros de más notícias, que mandam para o seu país, onde é péssimo contra nós o efeito delas. Daí segue-se tornarmos mais difícil a colonização. (Apoiados).

Ainda por este lado considero defeituosa a colonização oficial: ela já teve a sua época; agora é tempo de paralisá-la.

O Sr. Barão de S. Domingos: É o que está fazendo o nobre Sr. ministro da Agricultura.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

P Sr. Alencar Araripe: – Sobre locação de serviços, já aqui, com o meu ilustre amigo e colega o Sr. Barão de Anadia, que me ouve, ofereci um projeto na legislatura transata. A idéia desse projeto não foi ainda convertida em lei; forme o projeto na poeira das pastas das comissões.

O Sr. Ministro da Agricultura:– Está no senado.

O Sr. Alencar Araripe: – Bem; então nutro a esperança de que o nobre ministro não deixará sem andamento a idéia, a qual será pelo senado discutida e decidida com aquela sabedoria e critério com que costuma proceder tão respeitável corporação.

Hoje é de absoluta necessidade a lei de locação de serviços, porque o trabalho desorganizou-se com a extinção da escravatura que em época próxima acabará: é preciso substituir por nova ordem de coisas o regime antigo.

No regime da escravidão o senhor manda com absoluto império; portanto não há o que providenciar acerca das relações do senhor e do escravo; mas no domínio do trabalho livre assim não sucede: o trabalho é resultado de um contrato entre o empresário e o operário; os contratantes têm direitos que devem fazer valer; é daí a indispensável necessidade de regras para esses direitos.

Temos a legislação civil, que rege os contratos em geral; mas essa legislação, feita para tempos atrasados, é insuficiente para as atuais necessidades do trabalho quer agrícola, quer industrial, quer doméstico.

Falte um criado ou um operário com os seus ajustes; seja chamado aos tribunais para cumprir as leis gerais do contrato,



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

e ver-se-á até que ponto o ridículo da pretensão do empresário, do lavrador, ou do amo, que tanto pretende. O dispendioso, e demorado processo civil é impedimento real às garantias do locatário contra o locador.

Este assunto desperta outro, qual é o da remissão dos cativos. O nobre ministro, que tanto tem curado da distribuição do fundo de emancipação, conseguindo já liberar 2.400 indivíduos do aviltante jogo da escravidão (apoiados) não deixará de considerar a lei de locação de serviços como poderoso meio de apressar a desejada emancipação.

Satisfeitas as necessidades da indústria e da lavoura por meio de um regime conveniente do trabalho, a opinião facilitará a geral emancipação e esta se operará mais rapidamente em louvor dos sentimentos filantrópicos dos brasileiros, e do ministro que para tanto assim contribuir.

Contra os meus desejos, Sr. Presidente, estendi-me demasiado...

O Sr. Barão de S. Domingos: – Não apoiado; tem sido ouvido com muito prazer.

O Sr. Bitancourt Cotrim: – Tem falado com a proficiência que todos lhe reconhecem.

O Sr. Gusmão Lobo: – Apoiado.

O Sr. Alencar Araripe: – ...contando porém, com a usual benevolência desta ilustre assembléia não me sentarei sem expressar a minha confiança na aceitação das providências propostas, quando tão vantajosas podem ser à minha província e outras porções do Império.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Creio que as considerações por mim expostas removerão do ânimo dos que ponderarem sobre as autorizações pedidas, qualquer pensamento de contrariedade a elas, reconhecendo que nem peço coisas exageradas e irrealizáveis, nem sobre modo penosas ao Estado. (Apoiados).

Se compararmos os grandes benefícios resultantes das obras autorizadas; se entendermos que elas vão garantir interesses máximos, sustentando uma produção avultada, e um capital de milhares de contos de réis, que a província do Ceará, e as demais regiões contíguas perdem, quando ali sobrevêm as grandes secas; convencer-nos-emos, que é dever nosso acudir com providências, que removam tamanhos males.

Espero, que se o parlamento votar essas providências, o governo imperial saberá usar das faculdades concedidas com o devido critério, e assim uma situação política, que por espaço de nove anos recomenda-se por tantos e tão valiosos benefícios à causa pública (apoiados), realizará mais um grande fato, que, preservando futuras e graves calamidades, chamará sobre os seus autores as bênçãos de uma população ativa e generosa. (Muito bem; muito bem. O orador é felicitado).

A discussão fica adiada pela hora.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Foi a imprimir a seguinte redação:

“A assembléia geral resolve”:

“Art. 1º É aprovada a pensão de 1: 200\$ anuais, concedida por decreto de 15 de Dezembro de 1876 à Viscondessa de S. Lourenço, viúva do Visconde do mesmo nome, em atenção aos relevantes serviços por ele prestados ao Estado”.

“Art. 2º Esta pensão será paga da data do respectivo decreto.

“Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

“Sala das comissões, em 27 de junho de 1877 – Menezes Prado – A. Coelho Rodrigues Cunha e Figueiredo Junior”.

O Sr. Presidente dá a seguinte ordem do dia para 28 do corrente:

As matérias designadas para o dia 27, precedendo a discussão para que foram vencidas as urgências requeridas pelos Srs. Afonso Celso e Franklin Doria.

E mais:

Discussão da emenda do senado ao projeto nº 36 A de 1877, autorizando o governo para conceder um ano de licença com os respectivos vencimentos ao coronel Floriano Peixoto, comandante do 3º regimento de artilharia a cavalo.

2ª. dita do projeto nº 85, de 1877, declarando que o meio soldo de que trata o art. 1º do decreto legislativo nº 2.618 de 8 de setembro de 1875 deve ser contado desde a data do falecimento do oficial do exército, cuja viúva e filhos a ele tenham direito.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

1º dita do de nº 82, de 1877, autorizando o governo a conceder melhoramento de reforma ao 1º cadete e alferes honorário do exército Rufino Pacifico.

À uma hora:

Continuação dae 3ª. discussão da proposta do orçamento para 1877 – 1878, na parte respectiva às despesas do ministério da agricultura, comércio e obras públicas.

Levanta-se a sessão às quatro horas e cinquenta minutos da tarde.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MZ** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

1934 – 36

Outros documentos:

Anais de Assembléia Nacional Constituinte

Responsável

Intenificação de Açudagem e Canais de irrigação

Data

9 de dezembro de 1933

Fichário

Teresa

Nº 263

Em vez de 1º do art. 128, como está no anteprojeto, diga-se art. 129. E acrescente-se: parágrafo único: “por intermédio dos ministérios da Viação e Obras Públicas e Agricultura, o Governo da Republica intensificará, ininterruptamente, o serviço de açudagem pública e particular, com os respectivos canais de irrigação, fazendo contar dos orçamentos as verbas suficientes que persistirão enquanto não for debelado o mal nordestino”.

O art. 129 passará a constituir matéria do art. 130, e assim por diante.

Justificação

Parece-nos melhor disposta a matéria da forma como se propõe. A defesa contra as secas deve ser assunto de mais preo-



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

cupação, devendo o seu objetivo constituir um inciso autônomo. O parágrafo como está, ligado e subordinado ao art. 128, não define bem a obrigação do Governo.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1933. – Pontes Vieira, – Fernandes Távora, – José de Borba, – Leão Sampaio, – Silva Leal, – Humberto Moura, – Carlos Reis, Kerginaldo Cavalcanti, – Figueiredo Rodrigues, Levindo de Oliveira, – Waldemar Falcão, Luis Sucupira.

Nº 276

Art. 128, § 1º. Suprima-se.

Depois do art. 128 e seus parágrafos consignem-se artigos assim:

Art. (a). a defesa contra os efeitos das secas no Nordeste será permanente e a União despenderá com as obras e serviços de assistência quantia nunca inferior a quatro por cento (4%) do orçamento total da união.

§1º Do orçamento total da União dois e meio serão gastos em obras normais do plano estabelecido e um e meio farão parte de uma caixa de secas, a fim de serem atendidas com brevidade as populações dos Estados quando forem declarados os flagelos das secas.

§2º o Governo providenciará para que no primeiro semestre de cada ano sejam publicadas minuciosas informações sobre a quantia despendida no ano anterior, as obras terminadas



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

ou em andamento, a importância gasta ou que é preciso se gastar e quanto for consumido com a verba pessoal inclusive técnicos.

Art (b). Os Estados e municípios afetados pelas secas serão obrigados a consignar em seus orçamentos igual quantia de quatro por cento, principalmente para atender a assistência aos flagelados.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 1933. – Irineu Jofily, – Veloso Borges, – Leandro Maciel, – Herectiano Zenaide, – Agenor Monte, – Pires Gayoso, - Rodrigues Moreira, – Lino Machado, – Carlos Reis, – Adolfo Soares, – José Pereira Lira, – Odon Bezerra.



**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO

COLEÇÃO MS MOSSOROENSE



UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Outros documentos: Anais da Câmara dos Deputados
Resp. Serviço permanente – Defesa contra a seca e
esboços Amazônia

Data 19 de dezembro de 1933

Fichário Teresa

Nº 1.052

Art. 128, §1º – Redija-se assim: A União organizará e custeará um serviço permanente de defesa contra a seca e um de colonização e exploração econômica das regiões da Amazônia, principalmente com elementos nacionais.

Justificação

A Amazônia, que por definição compreende todos os territórios da bacia amazônica, isto é, o Acre, o Amazonas, o Pará e a região no norte de Goiás e de Mato Grosso, é um dos pontos do globo de maior riqueza, verdadeiro mundo na extensão e na opulência, tendo sido abandonado pelos poderes públicos nacionais numa incompreensível demonstração de incapacidade.

Acosados pela seca, os nordestinos sobretudo, realizaram naquelas regiões, trabalho ciclópico que bem merecia maior amparo por parte dos governos que permitiram a decadência da Amazônia, aberta e revelada economicamente ao mundo pela energia e espírito de iniciativa de todos os brasileiros.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

A Amazônia olvidada pelos poderes públicos federais, viu abalar toda a sua grandeza e prosperidade até que ruiu, ficando numa situação de verdadeira insolvabilidade e iniciando com o Amazonas para o Brasil a série de Estados mortos.

Não é justo que tão vasto campo de possibilidades seja abandonado pela União, quando outros povos para ali induzem capitais e súditos, como ocorre com os beneméritos serviços organizados pela Empresa Ford e com os trabalhos iniciados pelos japoneses.

É tão grande a importância da Amazônia que uma missão científica norte americana, sabiamente dirigida por Hamilton Rice, trabalhou vários anos estudando-a sob todos os aspectos econômicos e científicos e pesquisando exaustivamente todas as possibilidades de tão tica zona, fazendo o levantamento de vastas regiões por intermédio de hidroaviões.

Há menos de trinta anos os Estados que formam a Amazônia conseguiram desenvolver-se de tal forma, que o valor da sua exportação quase igualou ao resto de todo o país. Por falta de organização e de previdência começaram a decair até chegarem ao estado de abandono em que jaz um dos seus Estados, como se já não pertencesse à própria União, que tem o dever elementar de acudi-los do modo mais eficiente.

James Bryce, o eminente autor do “The American Commonwealth” e “South America, Observations and impressions”, ao visitar a região amazonense, escreveu neste último, em 1914, espantado com as imensas riquezas que ali se concentravam e referindo-se aos brasileiros, ao mesmo tempo que evoca-



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

va os yanques: “que prodígios poderia aqui realizar a energia da gente norte-americana nestas paragens tão opulentas”, afirmação esta vinda mais de um século depois, para confirmar o preceito de Humbolt, ao profetizar que, cedo ou tarde, a civilização do globo deveria concentrar-se ali.

Alguém afirmou que a potência de primeira ordem que se apoderasse da Manchúria, com relativa facilidade se manteria nessa situação durante duzentos anos. Não é exagero afirmar que uma potência de segunda ou terceira ordem, com espírito de organização, talvez se elevasse à primeira categoria caso dispusesse de uma das regiões mais ricas de todo o Universo.

Torna-se necessário que o Governo cogite da elaboração de um projeto de grandes proporções, para ser executado em muitos anos com persistência e com o mesmo espírito norteador, procurando de certa forma dirigir a economia daquelas paragens.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 1933 – Arthur Neiva, – Medeiros Neto, – Leôncio Galvão, – Francisco Rocha, – Arnold Silva, – Clemente Mariani, – Marques dos Reis, – Manoel Novaes, – Arlindo Leoni, – Gileno Amado, – Alfredo Mascarenhas, – Pacheco de Oliveira, – Attila Amaral, – Edgard Sanches, – Paulo Filho, – Louro Passos, – F. Magalhães Neto, – Homero Pires.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

Outros documentos:

Anais da Assembléia Nac. Constituinte

Resp.

“As Secas na Constituinte”

(Vol. II pág. 382, 397)

Data 30 Nov. a 22 Dez. 1933

Fichário Teresa

O Sr. presidente – Tem a palavra, para explicação pessoal, o Sr. Pontes Vieira.

O Sr. Pontes Vieira requer e obtém permissão para falar da bancada.

O Sr. Pontes Vieira (Para explicação pessoal) – Sr. Presidente, tive a honra de apresentar à Assembléia, juntamente com a bancada cearense e mais alguns Deputados do Nordeste, emenda ao projeto da Constituição, sobre o problema das secas

Ontem, foi publicado no Jornal do Comércio um notável trabalho do Dr. Alcides Bezerra, que termina, precisamente, com estas considerações: “De como devem ser redigidos, na Constituição Federal, os dispositivos referentes às secas”.

Trata-se de uma brilhante tese apresentada ao “Primeiro Congresso Brasileiro dos Problemas do Nordeste”, realizado, há pouco, nesta Capital.

Peço permissão para ler à Assembléia esse notável trabalho, afim de que fique constando dos nossos Anais, servindo, ao mesmo tempo, de esclarecimento, de assessor – já que o termo está em voga – à nobre Comissão dos 26, quando estudar a



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

emenda que tivemos a honra de oferecer no sentido de fazer obras mais completas. (Lê)

“AS SECAS NA FUTURA CONSTITUIÇÃO”

Tese apresentada pelo Dr. Alcides Bezerra ao “Primeiro Congresso Brasileiro dos Problemas do Nordeste”, promovido pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio de Janeiro, aprovada em sessão de 12 de dezembro por maioria de congressistas.

- Sumario:**
- I – O problemas das secas: importância e necessidade do seu trabalho na Constituição.
 - II – A Critica dos misoneístas contrários à inclusão das secas na Constituição.
 - III– Medidas de política antropogeográfica.
 - IV – O que deve constar a respeito de secas na futura Constituição.
 - V – As secas no projeto de Constituição enviado à Assembléia Constituinte pelo Governo Provisório.
 - VI – O “conteúdo” das Constituições.
 - VII – Conclusões. De como devem ser redigidas na constituição Federal dos dispositivos referentes às secas.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

I

PROBLEMA DAS SECAS

Importância e necessidade do seu tratamento na Constituição

Pela grande extensão territorial a que afeta, pela grande população a que aflige, a seca é, incontestavelmente, um problema nacional. Quanto a isto não resta dúvida. Os que se têm ocupado do assunto, cientistas, políticos, economistas, todos frizam esse relevante aspecto do problema das secas.

Dado o entrelaçamento das relações econômicas – característico da economia moderna – o fenômeno aludido não interessa somente à área e população do Nordeste brasileiro em que se manifesta, reflete-se em todo o país de norte a sul.

A capacidade produtiva do povo flagelado diminui, baixa a ínfimo grau, isto se repercute na sua capacidade aquisitiva, e destarte, o fenômeno se estende e generaliza, interessando a todo o mercado nacional.

No aspecto moral, dá-se a mesma repercussão; não é possível que a nação assista indiferente e impassível ao inexorável sacrifício de grandes levas de povo, mulheres e crianças, e de fato, nos momentos da tragédia não tem faltado o amparo dos poderes públicos federais, a partir de 1877 e comovido interesse de todos os brasileiros.

Infelizmente a grandeza da tragédia não permite que se note o auxílio da assistência particular, que por maior que seja é como uma gota d'água no oceano. Esse martírio do Nordeste tem sido tema de obras primas de nossas letras, entre as quais



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

avultam “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, livro que focalizou com as tintas mais vivas, talvez o maior problema brasileiro.

Não aludirei à contribuição científica nacional e estrangeira. Já é vasta a bibliografia do assunto. O que nos interessa, particularmente, é o problema jurídico-constitucional que as secas oferecem.

Verdade é que esse problema jurídico só poderia surgir depois que foi estudado o aspecto econômico e científico das secas. Enquanto não se tinha formado o conhecimento positivo do fenômeno da seca, enquanto não se tinham estudado as repercussões econômicas, morais e políticas, não era possível despertar a consciência jurídica da nacionalidade quanto às secas.

Mais uma vez se evidencia que o fenômeno jurídico não tem conteúdo próprio, o seu conteúdo é sempre moral, econômico, religioso, etc.

Sabemos hoje que a seca é uma calamidade rítmica. Isto tem uma grande importância para o seu tratamento jurídico constitucional. Não se trata de acudi-lo com os recursos extraordinários com que se acodem outras calamidades que aparecem raramente, inesperadamente, como as grandes pestes, os terremotos e outros.

Outro caráter que decorre dessa lei rítmica do seu aparecimento é a sua previsibilidade. Podem ser previstas, embora não tão seguramente como os eclipses, a volta dos cometas, e outros fenômenos cósmicos de menor complexidade. Ora, esse aparecimento, por assim dizer, incerto, mas fatal dentro de cer-



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

tos períodos, obriga a contarmos com a seca e a tomarmos medidas que atenuem os seus formidáveis efeitos.

A história das secas nos atesta que em cada século há pelo menos duas grandes secas: isto aconteceu nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. No século XX já tivemos a primeira grande seca, esta que durou de 1928 a 1932. Outras menores ocorrem de dez em dez anos.

A cronologia das secas não nos interessa, no momento apenas queremos frizar a sua periodicidade que ninguém contesta.

É justamente essa periodicidade que deve nos advertir o dever de tomarmos previamente medidas de governo para aguardar o fenômeno.

Por outro lado, as obras necessárias para transformar o aspecto físico e a vida econômica do Nordeste são de tal vulto que só poderão ser levadas a efeito dentro de muitos anos, não sendo exagerado calcular-se para a sua ultimação o período de uma ou duas gerações.

Iniciadas, sistematicamente, em 1909, as obras contra os efeitos das secas ainda se encontram, no seu conjunto, bastante atrasadas. Mesmo assim elas já evitaram a morte de milhares de indivíduos, que teriam sucumbido se não fossem os transportes fáceis, tornados possíveis pelas estradas de ferro e de rodagem nordestinas. A falta de continuidade administrativa tem concorrido para que essas obras não se realizem com a celeridade desejada e até fiquem, às vezes, suspensas, como aconteceu



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

em 1923, com graves prejuízos para o país e para os nordestinos em particular.

Ora, problema de tal relevância não pode ficar à mercê dos interesses da politicalha nem postergado *sine die*. Urge que seja enfrentado, sistemática e continuamente, com recursos certos, acumulados em caixa especial, que guarde ciosamente o tesouro da seca, como se fora um tesouro da guerra.

Não se trata de canalizar para o Nordeste todas as reservas da nação, nem de onerar os cofres públicos nacionais de vultosos empréstimos, para levar a efeito tais obras, mas de, com recursos ordinários cuidadosamente aplicados, conservar as obras feitas, planejar outras, e realizar as mais imprescindíveis, segundo um plano de conjunto. E para tanto, a União gastando anualmente cerca de cem mil contos, dentro de vinte anos teria redimido o Nordeste, valorizado as suas terras, afastado do perigo da morte, pela fome, os seus laboriosos habitantes. E essas despesas não seriam improdutivas conforme a experiência de outros povos, e trariam benefícios à coletividade nacional.

Esse o aspecto econômico do problema, que não é apenas um problema humanitário. Mas, as constituições modernas trazem ao lado das declarações de direito, capítulo indispensável das constituições clássicas, um direito novo, o direito ao trabalho. Figura ele na Constituição alemã de Weimar, na vigente constituição espanhola e em muitas outras. De certo, vai figurar na que estamos elaborando. É um direito subjetivo fundamental. É o maior direito que o homem adquiriu no século XX.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Como garantir esse direito ao brasileiro nordestino, sem se fazerem ali, obras contra os efeitos das secas? Não será uma burla consigná-lo na lei fundamental, sem dar os meios de realizá-lo?

“O Estado moderno (diz Mirkiné Guetézvitch, um dos grandes constitucionalistas contemporâneos) não pode contentar-se com o reconhecimento da independência jurídica do indivíduo; ele deve ao mesmo tempo criar um mínimo de condições jurídicas que permitam assegurar a independência social do indivíduo. Esta transformação da doutrina das liberdades individuais teve estas conseqüências:

1^a, o surgimento da defesa social da pessoa nas novas declarações;

2^a, a limitação, em nome do interesse social, de certos direitos fundamentais inteiramente proclamados e estabelecidos”. (As novas tendências do Direito constitucional, trad., pág. 151)

As novas tendências que se concretizam nas recentes “Declarações do direito” incluem – “a organização da vida econômica” – entre as obrigações do Estado.

A Constituição de Weimar determina, no seu art. 133: “Deve ser dada a todo alemão, a oportunidade de ganhar a vida por meio de um trabalho produtivo. No caso em que se não lhe possa dar uma ocupação conveniente, ser-lhe-ão assegurados os meios de existência necessários. Os pormenores são regulados pelas leis ordinárias do Reich”.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Certamente, dispositivo semelhante figurará no nosso futuro pacto constitucional. Tanto mais, quando o dispositivo da constituição alemã já foi imitado por outras constituições. E nós vivemos dentro da área da cultura européia, e não podemos viver isolados sem sofrer a influência das modernas correntes ideológicas.

Pergunta-se agora: como a União poderá, no Nordeste, no tempo da seca, assegurar aos cidadãos, a “oportunidade de ganhar a vida, por meio de um trabalho produtivo” se não mantiver ali o aparelhamento necessário para obras de vulto?

Cabendo-lhe assegurar “os meios de existência necessários” para que não pereça a população, o que implica despesas não reprodutivas, como as que a Inglaterra faz alimentando pura e simplesmente os sem trabalho, não será melhor assegurar o trabalho, de acordo com um plano sistemático em obras que um dia dispensem a intervenção do Governo?

Não se objete que argumento com direito constituído, que talvez não figure na futura constituição brasileira. Esse direito constituído já é uma realidade nos países mais cultos e nós de certo, os imitaremos.

Mas, sem existir o direito subjetivo do trabalho na Constituição federal de 1891, nem por isso, nas calamidades, se julgou o governo livre da obrigação de socorrer os flagelados das secas e a forma que empregou foi justamente dar trabalho, empregar os famintos e retirantes em obras de utilidade pública, como estradas e barragens.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Das constituições que vimos fazendo, fácil é concluir: se a futura constituição assegurar o direito do trabalho de um modo geral a todos os brasileiros, é preciso incluir no texto as obras contra as secas de modo permanente, se não quiser que esse direito seja uma burla para os nordestinos.

II

A CRÍTICA DOS MISONEISTAS CONTRÁRIOS À INCLUSÃO DAS SECAS NA CONSTITUIÇÃO

A alguns misonelistas parecerá absurda a inclusão de obras contra as secas na Constituição, porque isto não figurava nas constituições antigas, quer brasileiras, quer alienígenas.

Este argumento não procede. As constituições se fazem para disciplinar a vida, variam no tempo e no espaço, de acordo com a vida coletiva. Não há um tipo perfeito, abstrato de constituição a que se deva amoldar as constituições concretas. Cada povo deve prever e regular nas suas constituições aquilo que mais de perto lhe interessa.

Não devemos ter horror ao novo, mas examinar se convém ou não a adoção da novidade. A primeira atitude é dos impenitentes misonelistas, denuncia uma falta de compreensão lamentável. Repetir a novidade, porque é novidade, é pouco mais que toleima. Não se coaduna com a liberdade espiritual, o livre exame, o desejo de melhorar o organizar.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

As coisas antigas um dia foram novas, chocaram, mas findaram se impondo pela sua necessidade. Não convém insistir nesses truísmos.

Aos clássicos de 1824 deve ter chocado a inclusão do poder moderador na constituição brasileira daquele ano, porque era uma novidade da doutrina, saída da cabeça de Benjamin Constant. Entretanto essa novidade deu ótimos resultados, garantiu a paz e a prosperidade do Brasil por meio século e ainda agora é lembrada pelo Sr. Borges de Medeiros, como medida constitucional digna de apreço, no preâmbulo do seu notável projeto de constituição da República.

Mas, infelizmente, não há misonieistas no Brasil. Os nossos patrícios, de uma inteligência pronta e arguta, não temem inovações. Quando foi proposta a inclusão das obras contra as secas na Constituição a novidade da idéia não despertou oposição: os espíritos estavam preparados para recebê-la. Tratou-se logo de bem ajustá-la, de bem enquadrá-la nos moldes constitucionais.

III

MEDIDA DE POLITICA ANTROPOGEOGRÁFICA

A inclusão das obras contra as secas na futura Constituição pode ser considerada uma medida de política antropogeográfica. A um espírito, como de Alberto Torres, que sonhava para o Brasil uma constituição genuinamente nacional, em que se sentisse, por assim dizer, o cheiro da terra brasileira, não apa-



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

receria como novidade, nem sequer como caso isolado. Ele enquadraria logo como corolário do seu sistema. Por isso levada a idéia ao grupo dos seus discípulos e admiradores foi acolhida de pronto, com um entusiasmo digno de nota pelo seu patriotismo. Sem a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres a constituciona- lização das obras contra as secas não seria levada a efeito com tanta facilidade. O seu endosso clarividente desde o primeiro momento garantiu o êxito da idéia.

Mas, ponderando bem, podia incluir-se tal medida mesmo numa constituição de tipo clássico com a nossa de 1891. Essa constituição manda transferir para o planalto central do Brasil a Capital da Republica. Ora, essa transferência é positivamente uma medida da política antropogeográfica. Uma constituição que não tivesse em vista as condições do país, condições geográficas do território e da distribuição da população, não tomaria essa providência. É que a localização da Capital de um país é problema antropogeográfico, e citarei J. Brunhs e C. Val- laux, na sua estimada obra *La Geographie de l' Histoire*.

O mesmo pode dizer-se do problema da seca – proble- ma da geografia das calamidades - incluí-lo na Constituição jus- tifica-se como medida de política antropogeográfica.

O direito, seja constitucional ou não, não tem conteúdo próprio. O seu conteúdo dá-lhe a vida social.

Por isso as Constituições devem refletir o ambiente, cuidar das necessidades prementes do povo, afundar as suas raízes nas realidades sociais. Só assim elas fugirão às ideologias



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

malsãs e irrealizáveis. Só assim corresponderão às necessidades coletivas e adquirirão vitalidade.

Ora, a seca, é uma dolorosa realidade para grande trecho do território nacional. Atormenta-o, desde o primeiro século de nossa história. Se quisermos aprofundar-lhe as origens remotas, iremos até ao começo do quaternário, conforme Branner, o que equivale a dizer a uma distância de tempo de 125.000 anos, tanto quanto é a idade período da era, segundo Marcellin Boule.

Pensar que última seca foi o último elo de uma cadeia, não se coaduna com a mentalidade científica dos nossos dias. Devemos prever outras muitas, cada vez piores e mais terríveis, se não forem tomadas medidas para minorar os seus efeitos.

Com o aumento da população, é cada vez mais difícil socorrer os necessitados no momento do flagelo, se não forem realizadas obras que facilitem os transportes e os auxílios em viveres e até em água.

Entretanto, tem-se notado diminuição da mortalidade em relação à grande seca de 1877. E a que atribuir tão lisonjeiro declínio? Às estradas que cruzam os sertões e aos modernos meios de transporte.

Se o Nordeste, no último período de grande estiagem que experimentou, não estivesse todo cortado de estradas de rodagem e carroçáveis, bem como de algumas vias férreas, o morticínio de gente não seria igual ao de 1877, porque o ultrapassaria, dada a maior densidade de população.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

As obras contra os efeitos das secas, levadas a efeito de modo permanente e sistemático, irão diminuindo as conseqüências da calamidade.

Devem constar da Constituição para que os governos imprevidentes não as abandonem, expondo a grave perigo de vida uma população laboriosa, genuinamente brasileira, em que Euclides da Cunha via a rocha viva da nacionalidade.

Pelo que já levamos dito, pensamos responder afirmativamente à primeira tese proposta pelo Congresso do Nordeste: “Deverão ter as obras contra as secas caráter nacional e permanente?”

– Sim.

IV

O QUE DEVE CONTAR A RESPEITO DE SECAS NA FUTURA CONSTITUIÇÃO

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, por sugestão minha e que mereceu a aprovação dos mais ilustres torreanos, propôs que constassem da futura Constituição, pelo menos, dois dispositivos relativamente ao problema das secas que afligem, em períodos mais ou menos espaçados, mas fatais, o Nordeste brasileiro.

Esses dispositivos são, em síntese, os seguintes:

- 1) - Continuidade das obras contra os efeitos das secas por parte da União.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

- 2) - Obrigação dos Estados da zona flagelada de reservarem, pelo menos, dez por cento das suas rendas nos anos bons, para fazerem face às despesas ordinárias e assistência.

Essas medidas alvitradas representariam para aquela grande região benefício de extraordinário valor.

As secas, obedecendo a ritmos ainda não bem conhecidos, reaparecem de maneira infalível, como todos os fenômenos cósmicos, causando não só o êxodo das populações como a perda dos rebanhos e das lavouras.

Como aquelas terras nordestinas são fertilíssimas, como é numerosa a população que habita os Estados sujeitos ao flagelo, torna-se necessário que o governo tome medidas para debelar o efeito das secas. Tão somente o valor intrínseco das terras assoladas e a numerosa população que nelas vive justificam a inclusão do problema das secas na Constituição Federal, tanto mais quanto compete à União, nos Estados federados, tomar medidas de socorros públicos nas grandes calamidades. Era o que estabelecia a Constituição Federal de 1891, no seu art. 5º: “Incumbe a cada Estado prover a expensas próprias, às necessidades de seu governo e administração; a União, porém, prestará socorros ao Estado que, em caso de calamidade pública, os solicitar”.

O aviso de 22 de março de 1897, do então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, precisou o conceito de calamidade pública. Declara esse aviso, conforme o resumo de Araújo Cas-



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

tro, que por calamidade pública só pode ser considerada, em tese, além das secas prolongadas e devastadoras, dos grandes incêndios e inundações e de outros flagelos semelhantes, a invasão súbita do território de um Estado por moléstia contagiosa ou pestilencial, suscetível de grande expansão epidêmica, de disseminação rápida, de alta letalidade, diversa daquelas que só se desenvolvem na ausência de providências adequadas e em virtude do descuido no emprego dos meios conhecidos de profilaxia usual. Para ter lugar a intervenção, acrescenta o referido aviso, não basta se manifeste e se desenvolva em algum dos Estados um dos flagelos aludidos: torna-se preciso que o respectivo governo previamente demonstre terem sido já tomadas as providências que a situação exigia, e, ainda mais, haverem-se exaurido todos os recursos disponíveis, sem que, entretanto, se conseguisse debelar o mal – (ARAÚJO CASTRO – Manual da Constituição Brasileira, 1918, pág. 35).

Essa interpretação que se deu ao art. 5º da Constituição de 20 de fevereiro, mostra a necessidade de se regular, no futuro, a questão das secas, destacando-se das outras calamidades.

Tornar as providências dependentes da requisição dos Estados, obrigando-os ainda mais a demonstrar a sua falência – é protelar medidas que devem ser urgentes e dar-lhes o caráter de eventuais, quando devem ser constantes.

Ainda mais, as medidas de emergência, porque de outra forma não pode compreender o citado art. 5º, não dão os resultados desejados; se evitam a morte de alguns milhares de indivíduos, não resolvem o problema.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Pelo contrário, trazem a desconfiança de que o mesmo é insolúvel. Não temo repetir considerações que já deixei formuladas noutras partes desta tese: devendo as obras contra as secas obedecer a um plano científico e sistemático, cuja execução exigirá o esforço de duas ou três gerações, é prudente que a lei básica trace as linhas gerais desse plano, ou pelo menos a ele aluda, mandando que seja executado de maneira ininterrupta.

As obras que se fizerem devem visar a racionalização da produção. Só assim produzirão todos os efeitos que delas se esperam. Ora, a racionalização da produção numa vasta região como o Nordeste não poderá ser levada a cabo sem a interferência da União, porque depende de trabalho de proteção à Natureza, como o reflorestamento, de grande irrigação, de excepcionais medidas de crédito, de economia e de direito público e privado, para estabelecer nas partes flageladas um regime *sui generis*.

Convirá, pois, a Constituição reservar os meios financeiros para a execução desse plano. Criar-se-á um regime de exceção por se tratar de fatos de grande magnitude, de um problema de vida e de morte para numerosíssimos cidadãos.

Além, pois, daquelas medidas lembradas, devem figurar na próxima Constituição, dispositivos referentes ao plano sistemático das obras e ao fundo necessário para serem realizadas.

Criada a caixa das secas, a ela deveriam ser recolhidos cinco por cento da receita geral da República, até que as obras fossem ultimadas.

Uma lei ordinária determinaria que se não gastasse anualmente todo o produto dessa contribuição, reservando, pelo



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

menos, trinta por cento para os socorros nos anos da calamidade. Assim, quando o flagelo aparecesse não haveria necessidade de créditos extraordinários, já estaria guardada a quantia necessária para os serviços extraordinários e para assistência aos famintos.

Dispondo também os Estados de suas reservas, poderiam auxiliar eficazmente a União nesse mister e sobretudo ficariam livres do vexame da impontualidade do pagamento dos vencimentos dos funcionários públicos.

Essas leis criariam uma nova mentalidade, fazendo girar em torno da previdência a economia e as finanças dos Estados do Nordeste.

Esses Estados, como os do Sul e do Centro, são mais ou menos perdulários, com raras exceções, se dão a gastos não reprodutivos e até suntuosos, esquecidos daquilo que deveria ser a preocupação contínua, diuturna, de seus homens públicos.

Aliás, a nova mentalidade a ser criada no Nordeste a que há pouco aludi, devia começar a ser formada na própria escola primária; urge que naquela infeliz região tudo gire em torno do problema das secas, que é realmente o seu problema central.

Todos os outros a ele estão mais ou menos ligados, muito embora não se tenha clara consciência da correlação. Todos os fenômenos sociais têm uma infraestrutura econômica, como o demonstrou Karl Marx. Por baixo dos fenômenos econômicos, atuam os fenômenos cósmicos e assim se explica que, no Nordeste, toda a vida coletiva esteja ligada ao fenômeno da seca. A própria literatura regional já vai refletindo essa preponderante influência: a seca é o tema predileto dos autores de ficção.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

V

AS SECAS NO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO ENVIADO À ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE PELO GOVERNO PROVISÓRIO

No projeto da Constituição enviado à Assembléia Constituinte pelo Governo Provisório da República, consta o seguinte dispositivo, que tomou o número 129, subordinado, muito bem ao título IX – Da ordem econômica e social:

“A lei orientará a política rural no sentido da fixação do homem nos campos, a bem do desenvolvimento das forças econômicas do país. Para isto, a lei federal estabelecerá um plano geral de colonização e aproveitamento das terras públicas, sem prejuízo das iniciativas locais, coordenado com as diretrizes da União. Na colonização dessas terras sertão preferidos os trabalhadores nacionais.

§1º A defesa contra a seca será permanente e os respectivos serviços custeados pela União.

§2º Compete à lei federal regular a emigração e a imigração, favorecendo ou limitando as correntes imigratórias úteis ou nocivas aos interesses da Nação.

§3º Os serviços de vigilância sanitária vegetal e animal serão federais, podendo a União proibir, condicionar ou limitar a entrada das espécies prejudiciais, reservadas aos Estados a legislação complementar”.

Ao meu ver a emenda sobre as secas ficou muito bem enquadrada no título XI, que trata da vida econômica e social,



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

estabelecendo, logo de indício (artigo 114) que a ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios de justiça e as necessidades da vida nacional, de modo que assegure a todos um existência digna do homem.

Não se trata, incluindo as secas na Constituição, de autorizar medidas de socorros públicos, mas de organizar a ordem econômica no nordeste, “conforme princípios de justiça e as necessidades da vida nacional”, cogita-se de promover os meios para, no momento oportuno, assegurar-se às populações da zona em que o flagelo se manifesta - o direito do trabalho - direito primordial que nas Constituições modernas deve ser o primeiro a ser assegurado eficazmente.

O projeto da Constituição política da República portuguesa (vide “Jornal do Comércio”, de 10 de julho de 1932), estabelecia no art. 29, que é o primeiro sob o título VIII – Da ordem econômica e social. “A organização econômica da Nação é um elemento da sua organização política, e visa a realizar o máximo de produção e riqueza socialmente útil, e a estabelecer uma vida coletiva de que resultem poderio para o Estado e justiça entre os cidadãos”.

Resolver o problema da seca é resolver o mais importante problema de organização econômica do Nordeste, e como todo problema econômico é elemento de organização política segue-se, daí, que concorre para a resolução do problema político brasileiro.

O Nordeste está tomando consciência de sua individualidade e dos seus direitos e o seu longo passado revolucionário –



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
MS
SEM

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

basta recordar algumas datas, 1710, 1817, 1824, 1848 - mostra que saberá lutar para auferir a organização de que precisa para poder viver tranqüilamente e concorrendo para a grandeza do Brasil.

A não resolução do problema das secas pode tornar-se um motivo constante de queixa de uma numerosa população e formar-se ali um foco de reivindicações proletárias, cuja atuação será enorme, cuja influência nos destinos do Brasil será imensa.

O ambiente universal concorreria para eclosão desse movimento social, que deve ser retardado ou afastado pela organização do trabalho.

É mais um aspecto que tem o problema das secas, sobre o qual não se tem chamado devidamente a atenção.

O flagelado do século XX não tem a mesma mentalidade do flagelado dos séculos anteriores. Já na última seca registrou-se fato quase inédito: a invasão dos retirantes nas cidades das zonas férteis, não para pedir esmolas, para tomar a viva força os alimentos de que precisavam para não morrer de fome.

Demos aos flagelados o direito do trabalho se não quisermos que eles usem do direito do roubo, de que nos falou um doutor medieval e ao qual os tapuias às vezes recorreram os séculos transatos por ocasião dessas calamidades.

Mas, voltemos ao assunto principal desde capítulo – as secas no projeto de Constituição. Vejamos o que se passou na comissão que o organizou. É de notar a simpatia com que foi encarada a matéria e como foi unânime o apoio à proposta afinal aceita com a redação sugerida pelo presidente Mello Franco:



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

“O Sr. Temístocles Cavalcanti declara ter uma emenda para ser incluída na parte financeira. É relativa ao problema das secas”:

“A União manterá no norte do país um serviço permanente de defesa contra a seca, devendo os necessários créditos constar das verbas orçamentárias”.

“Justifica essa emenda o estado de permanente calamidade existente no norte”.

O Sr. João Mangabeira é inteiramente favorável à emenda. Entende que deve figurar no título I da parte “Socorros aos Estados”.

O Sr. presidente reserva a localização do dispositivo para depois.

O Sr. Góis Monteiro vota a favor da emenda, mas entende que se deve declarar: “enquanto for necessário”, porque as secas podem acabar. É uma calamidade periódica.

O Sr. Castro Nunes diz que enquanto for necessário, o serviço será permanente. O Governo fica obrigado a isso. Aceita a emenda.

O Sr. presidente pensa que esse dispositivo deve ficar para as disposições gerais, e propõe que se suprima a palavra “permanente”.

O Sr. Temístocles Cavalcanti acha que deve ficar a palavra permanente, porque não julga as secas fenômenos periódicos. O periodismo decorre da falta de providências, durante os intervalos.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

O Sr. Góis Monteiro observa que, como nós temos as secas, os outros países são vítimas das inundações. São fenômenos que, de um momento para outro, podem ser removidos. Cita o exemplo do Egito, onde há o problema das inundações do Nilo, tornando-se até benéficas. No nordeste do país, pode-se chegar à situação de equilíbrio. Suponha-se que a açudagem e outros meios de irrigação resolvam o problema. Não terá mais necessidade de manter o serviço permanente.

O Sr. João Mangabeira – o governo manterá um serviço permanente, enquanto for necessário.

O Sr. Castro Nunes manteria um serviço permanente contra as secas, nos lugares onde existe essa calamidade. Tiraria também a expressão “no norte” porque o serviço tem sua sede aqui do Rio de Janeiro.

O Sr. presidente entende desnecessária a palavra “permanente”. Bastará dizer- “A União manterá o serviço de defesa contra as secas”.

“O Sr. Castro Nunes indaga se não se poderá entender que é o serviço tal como existe.

O Sr. Themistocles Cavalcanti observa que a sua emenda diz manterá o serviço e não manterá um serviço.

O Sr. Castro Nunes diz que o governo poderá dar orientação de técnica muito diferente, criando um serviço permanente contra as secas, de acordo com as necessidades de cada época.

Mesmo porque não é necessário manter um pessoal vultoso consumindo verbas imensas no intervalo das secas.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Às vezes, há períodos muito longos, em que a seca não tem caráter de calamidade. Mas é preciso mesmo manter o serviço nesses períodos. Por isso é pela palavra “permanente”.

O Sr. Temístocles Cavalcanti objeta ainda que, nos períodos em que a crise não é aguada, o governo federal tem abandonado completamente o serviço.

O Sr. presidente pergunta ao Sr. Castro Nunes se tem alguma modificação a apresentar.

O Sr. Castro Nunes está de acordo em que o serviço seja permanente e regulado de conformidade com as necessidades de cada época. No intervalo das secas, o serviço será menor, mas entende que deve ser permanente, para evitar que um governo, num quadriênio, trate de debelar o mal e o governo que o suceder no quadriênio seguinte, abandone os serviços. É o que se tem visto.

O Sr. Presidente submete à Sub-comissão, a seguinte redação: “A união custeará os serviços contra as secas, devendo as necessárias verbas constar dos orçamentos”.

O Sr. Temístocles Cavalcanti observa, que, assim, fica suprimida a palavra “permanente”.

O Sr. Castro Nunes pensa como o Sr. Temístocles Cavalcanti, que o serviço deve ser permanente. O flagelo não desaparece nunca, embora diminua de intensidade em certas épocas. Varia, mas existe sempre.

O Sr. presidente propõe então que se diga: – “A defesa contra as secas será permanente e os respectivos serviços custe-



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

ados pela União, devendo as necessárias verbas constar dos orçamentos”.

O Sr. Castro Nunes acha a parte final dispensável, porque se o serviço é permanente, é claro que deve constar das verbas orçamentárias. Se, porém, houver uma calamidade, imprevista, serão votados créditos extraordinários.

É aprovada a seguinte redação:

“A defesa contra as secas será permanente e os respectivos serviços serão custeados pela União”. (Ata da 45ª sessão. “D. oficial”, de 19 de maio de 1933).

Continuando a campanha da constitucionalização do problema das secas, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres dirigiu a vários juristas e constitucionalistas uma consulta nesse sentido. O Dr. Castro Nunes, grande cultor do direito constitucional, e que tomou parte naquela sub-comissão que organizou o projeto da Constituição, foi dos primeiros a responder. Da sua resposta destacarei o seguinte trecho que apanha o assunto com elevação e como convém:

Não houve necessidade de maiores explanações. É que estava no pensamento de todos nós que o problema das secas não é de interesse puramente regional.

Pela extensão da calamidade e pelas conseqüências que da sua periodicidade decorrem para a economia do país, é um problema nacional, e como tal deve ser encarado pela futura Constituição. E certamente o será.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

É preciso retomar a questão nos termos em que foi posta magnificamente pelo Sr. Epitácio Pessoa no seu livro “Pela Verdade” (págs. 313 e seguinte).

Não é somente o aspecto econômico, o desequilíbrio no ritmo da produção, a paralisação e o perecimento de milhares de fontes vivas de energia fecunda em um país como o nosso, que se reparte entre o povoado e o deserto, sendo mais o deserto que povoado; é também o problema moral, o dever de assistência comum, o alto sentido político dessa atitude de solidariedade nacional.

Haverá quem diga que bastaria o dispositivo que autoriza o auxílio ou socorro da União em caso de calamidade. Era o que estava no artigo 5º da antiga Constituição e está no anteprojeto como medida de emergência.

Mas a periodicidade das secas, a sua interação prevista, não é um acontecimento eventual. É um fenômeno permanente, ainda que periódico. Tratá-lo somente nas crises agudas, é a medicina das mezinhas e paliativos em que temos vivido.

Não se perca de vista que a defesa contra as secas visa modificar o meio físico, fixar o homem do Nordeste no seu habitat em benefício da obra coletiva da produção. Não pode ser uma providência ocasional, capaz, sem dúvida, de atenuar as conseqüências do flagelo, mas perdida, porque esporádica, economicamente estéril, porque desarticulada de um plano geral de sistematização de medidas, condições da eficiência destas e portanto da produtividade da despesa”.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

VI O CONTEÚDO DAS CONSTITUIÇÕES

À primeira vista, a inclusão do problema das secas na Constituição, chocará a quem só estiver acostumado com as constituições do século XIX. Mas, depois da grande guerra, variou o conteúdo das constituições. As constituições se tornaram muito mais complexas e passaram a refletir diversas modalidades da vida nacional, que de ordinário não mereciam ser mencionadas nas constituições antigas.

Compare-se, por exemplo, a última constituição de Portugal e a vigente, e essa diferença de conteúdo é manifesta. Aliás, isso não poderia escapar aos elaboradores do novo pacto e eles no relatório que fizeram para apresentar o projeto, divulgado entre nós pelo “Jornal do Comércio”, chamaram a atenção para essa diferença de conteúdo.

Compare-se ainda o nosso anteprojeto e a Constituição de 24 de Fevereiro e há de notar-se a esse respeito grande diferença. A crítica maledicente poderia tê-lo chamado de “projeto bonde”, como já o designou de “projeto-mafuá”, mas o certo é que as constituições mais modernas dos países mais cultos, mereceriam os mesmos epítetos. O fenômeno da extensão e de complexidade pode intrigar aos caturras, mas não chocará aos técnicos, nem mesmo ao homem razoável dotado de bom senso.

Se umas tantas medidas de ordem jurídica devem ou não ser tratadas como matéria constitucional, isto depende das



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

conveniências de tal ou qual país, porque não há direitos que sejam constitucionais de uma maneira absoluta.

O critério da inclusão na Constituição só pode ser o da máxima importância do assunto.

Ora, olhando por esse prisma, não há problema brasileiro que sobrepuje ao das secas, que interessa a dez Estados da Federação, a uma área que é a quinta parte da área total da população e indiretamente a toda a nacionalidade.

Esquecer esse problema equivaleria a esquecer o problema do trabalho nas constituições européias. É um problema vital, um problema de valor supremo.

Determinar que seja atacado permanentemente é uma providência fundamental, em face da nossa experiência política, caracterizada pela mais desastrosa descontinuidade administrativa. E no setor das secas, depois de imprevidência, a descontinuidade é o maior mal que se tem que combater, aquele que tem causado os maiores prejuízos e concorrido para a desmoralização dos serviços.

O conteúdo das Constituições forçosamente há de variar com a noção ou teoria que se faça do Estado.

Se no estado liberal não se exigia mais do governo do que ordem, defesa e justiça, no estado moderno, mesmo nos povos mais individualistas e de formação particularista, se exige muito mais, e o estado passou a intervir mais profundamente na vida coletiva, desde que se propôs fim cultural.

Foram as condições da vida moderna que impuseram esse alargamento constante do ambiente de atuação do Estado.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Se isto acontece nos povos de velha civilização, com maior razão se deve dar nos povos jovens da América, onde quase tudo está por fazer e não há outras forças sociais bastante fortes e vivazes que supram as deficiências dos governos.

VII CONCLUSÕES DE COMO DEVEM SER REDIGIDOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DOS DISPOSITIVOS REFERENTES ÀS SECAS

Parece-me que já posso encerrar esta minha tese destinada ao Primeiro Congresso Nacional de Problemas do Nordeste. Os pontos principais foram ventilados, embora mui sinteticamente. As obras contra as secas devem figurar na Constituição Federal que se está elaborando pelos seguintes motivos:

- 1º, porque as secas são uma calamidade rítmica;
- 2º, porque desorganizam a vida social, política e econômica de uma vasta região;
- 3º, porque se não houver continuidade nelas, não será possível por ocasião das calamidades garantir o trabalho a uma grande massa da população;
- 4º, porque os gastos com um plano científico e sistemático são reprodutivos, ao passo que o mero socorro tem o caráter desmoralizante da esmola;



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

5º, porque, juridicamente, se justifica a sua inclusão por ser uma alta medida de política antropogeográfica, semelhante à que manda transferir a Capital do país para o planalto central;

6º, porque, com o aumento da população, é cada vez mais difícil socorrer os necessitados no momento de flagelo, se não forem realizadas obras que facilitem o transporte dos retirantes e dos auxílios para os que ficarem in-loco.

Os artigos da Lei Magna referentes às secas devem ser assim redigidos:

A defesa contra a seca obedecerá a um plano sistemático e será permanente, custeados os respectivos serviços pela União.

Os Estados da zona flagelada ficam obrigados a reservarem, pelo menos, dez por cento de suas rendas, nos anos de bom inverno para fazerem face às suas despesas ordinárias, e à assistência dos flagelados nos de seca.

À caixa das secas serão recolhidos cinco por cento da receita da Republica até que as obras se ultimem”.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem).

O Sr. Carlos Lindenberg – peço a palavra.

O Sr. presidente – Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lindenberg.

O Sr. Carlos Lindenberg (para explicação pessoal) – Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Dando o meu apoio às homenagens que dentro desta casa se vem prestando a brasileiros ilustres, filhos de diferentes



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Estados, não podia esquecer-me de um filho de meu Estado natal, cujo nome, se pronunciado, lembra o Estado do Espírito Santo.

Este homem, que não era apenas um vulto de província, teve o seu nome projetado invulgarmente na política nacional, transpondo as fronteiras do pequenino Estado, tal a fama de estadista, administrador, que o seu dinamismo construtor adquiriu. Foi ele Jerônimo Monteiro. Devia a sua culta inteligência e brilho da sua palavra, que irradiava simpatia, estar, também, hoje, comungando conosco nesta memorável Assembléia, se a morte não o surpreendesse, precisamente, no dia em que o Tribunal Eleitoral Regional lançava o seu nome entre os daqueles que o povo do Espírito Santo elegera como seus representantes legítimos à Constituinte.

Jerônimo Monteiro, filho de Cachoeiro do Itapemirim, de uma das mais antigas e prestigiosas famílias do Estado, estudando no colégio do Caraça, formou-se em Direito pela Faculdade de S. Paulo, onde, de certo, caldeou o seu caráter, os seus sentimentos com o exemplo magnífico do povo bandeirante. Era político de escol, porque era de sangue e, portanto, de tradição.

Eleito Deputado federal aos 22 anos de idade, teve o desassombro de divergir do governo estadual da época, a atitude que lhe custou a depuração logo no 1º pleito seguinte. Voltou para S. Paulo, onde advogou longos anos em Passa Quatro. Em 1908, o povo de sua terra o elegeu Presidente do Estado. O seu governo, ainda hoje, é citado como exemplo de trabalho e de iniciativa.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Foi, realmente, quem descobriu o Espírito Santo. Ali reinava o descrédito do governo. Não se construía; as rendas eram cada vez menores, o desânimo impressionante. Pôs mão à obra. Levantou o crédito do Estado no estrangeiro e, conseguindo um empréstimo, organizou o banco hipotecário, remodelou a capital, infecta até à época, inaugurando ali os serviços de água, esgotos, luz elétrica e bondes; abriu avenidas, construiu jardins, palácio do Governo e do Congresso, Escola Normal e Modelo e muitas outras obras. Fomentou a agricultura, organizou campos de demonstração para o ensino agrícola, colonizou terras, atraiu colonos, importou animais. Voltando-se para o Vale do Itapemirim, instalou usinas elétricas, de açúcar, serrarias e outras para incrementar a iniciativa particular que, animada, progride ainda hoje. Reformou a instrução pública nos moldes da de S. Paulo; cuidou da higiene, da Força Pública, criou o Montepio dos Funcionários; enfim, formou o verdadeiro Estado que progride, que vive, que cuida dos interesses do Governo, visando sempre à coletividade. Conde pela Santa Sé, foi Deputado estadual, presidente do Congresso, Deputado federal, Senador duas vezes, com o maior brilho e segura atuação. Cheio de civismo, tinha o maior entusiasmo pela sua terra, à qual deu o melhor dos seus esforços. A parte que tomou na Reação Republicana custou o seu afastamento do cenário político. Só agora, com a nova lei eleitoral, o povo o elegeu o seu representante, na constituinte, pela oposição. Eu, que fui seu adversário nesta campanha eleitoral de 1933, porque membro de um partido do qual ele se fizera antagonista intransigente, cumpri o meu dever, trabalhando pelo



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

mesmo com todas as forças. Reconhecendo seu valor de capixaba que soube honrar sua terra, não me pejo de, passada a procela política, a luta ingente, ensarilhadas as armas ante a fatalidade do destino, num preito de justiça pura e de homenagem sincera e merecida e de profundo respeito pela memória do adversário ilustre, requer que V. Ex. consulte a Casa no sentido de inserirmos em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento de Jerônimo Monteiro, Deputado eleito a esta Constituinte, o brasileiro cômico de seus deveres, o capixaba benemérito, cuja lembrança faz brilhar lágrimas no olhos de seus amigos e admiradores, de gratidão e saudade. (Muito bem; Muito bem. O orador é abraçado).

O Sr. Presidente – O Sr. deputado Carlos Lindenberg requer seja inserto na ata um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jerônimo Monteiro.

Submeterei à apreciação da casa esse requerimento na próxima sessão.

Vou levantar a sessão, designando para amanhã o seguinte



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
COLEÇÃO
MS
EM
MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

ORDEM DO DIA

Discussão única do requerimento n. 1, de 1933, do Sr. Acúrcio Torres, sobre censura à imprensa.

Está sobre a Mesa, pelo prazo de 20 dias, para receber, emendas de 1ª discussão, o projeto de Constituição (17º dia).

Vêm à Mesa as emendas de nrs. 209 a 273.

Levanta-se a sessão às 17 horas e 30 minutos.

Outros documentos: Anais da Assembléia Nacional Constituinte. Vol V

Data: 23 dez/ 1933 a 11 de janeiro de 1934

Fichário: Teresa

O Sr. Presidente – Vou dar a palavra ao primeiro orador inscrito, na hora do Expediente, o Sr. Agenor Monte.

O Sr. Agenor Monte – Sr. Presidente, filho do Norte, daquele calcinado pelos sóis e varrido pelas secas periódicas, quero que as minhas primeiras palavras na tribuna sejam um preito de justiça e gratidão ao eminente Chefe do Governo Provisório pela obra meritória e altamente patriótica, que, por intermédio do digno e ilustre Ministro da Viação, Dr. José Américo de Almeida, vem realizando naquelas paragens assoladas.

Estou certo de que esta gratidão é a de todo o Nordeste, da qual as minhas palavras são apenas frágil eco dos aplausos



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

uníssonos, dos brasileiros que palmilham e vivem naquela região, e que hoje já sentem desabrochar novas esperanças e surgir outros horizontes.

Não tenho a veleidade de trazer a esta douta Assembléia algo de inédito sobre as secas. Sertanistas eméritos como Euclides da Cunha, no seu livro imortal “Os Sertões”, José Américo de Almeida, nos “Problemas da Paraíba”, e tantos outros escritores, já têm magistralmente descrito as cenas dantescas e a miséria que o flagelo periódico provoca.

Por maiores, entretanto, que sejam os horrores narrados e as misérias apontadas pelos ilustres escritores, a realidade é ainda mais dura e mais compungente.

Quem já assistiu de perto as conseqüências dolorosas provocadas pelas secas no seu ciclo de morte e ruína; quem já viu o desfilar medonho de trapos humanos seguindo pelas caatingas infindas, fugindo à desolação sob os raios dardejantes de um sol inclemente, pisando um solo de fogo que lhes chaga os pés e, muita vez, caindo exaustos e famintos para não mais se levantarem, expirando com os olhos abertos na ampliação do infinito, talvez na esperança derradeira de um milagre dos céus; quem já viu mães aconchegando ao colo as criancinhas, que morreram à fome, porque os seios, como a terra que pisam, também secaram, e não choram mais, porque as dores e as desventuras estancaram-lhes as lágrimas.

Quem já presenciou, Senhores, aquela cavalgada do desespero e da fome, naturalmente reconhecerá a benemerência da obra que se vem realizando no nordeste e a necessidade imperi-



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

osa de resolver esse magno problema nacional, no mais curto prazo, senão pelos ditames do patriotismo, pelo menos, por esses universais sentimentos de solidariedade humana e de piedade cristã.

Não estou fazendo lirismo: as minhas palavras estão muito aquém da realidade. A seca é uma calamidade de raias espantosas. Assisti, durante os últimos anos, cenas dolorosíssimas, que muito me comoveram. Como é triste aquele emigrar em massa, de mulheres de homens, mulheres e criancinhas, expulsos dos lares, corridos pelo flagelo periódico! Quando desfalecem as últimas esperanças, gastas as energias no afanoso trabalho de saciar a sede e de procurar raízes de pau para matar a fome; quando falham os últimos vaticínios sobre a chuva, essas criaturas abandonam os lares e se vão, em procissões fantásticas, em busca de terras uberosas, de margens de rios perenes. Vão arrastadas por esse potencial estranho, que nos dá forças misteriosas para vencer a destruição.

Mas a verde Canaã, de terras férteis e de águas perenes, é uma continuidade crescente dos seus martírios.

Mal ainda mais terrível assalta aqueles organismos combalidos. A natureza, num sadismo histórico de aniquilamento, infiltra-lhes germens que os abatem e matam em poucas horas, ou os deixam combalidos, enfraquecidos para o resto da existência.

É um nomadismo sem fim e cheio de horrores. Quando as primeiras chuvas acariciam as terras secas, cobrindo de verduras aquelas paragens crestadas, os que resistiram à voragem



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

regressam aos lares abandonados e vão recomeçar a vida chorando os entes queridos que deixaram pelo caminho.

Nesse fluxo e refluxo de misérias e de pobreza, a consciência dos nossos homens públicos só despertava no afã, sem resultado, de medidas paliativas e de recursos tardios, quando já o flagelo estendia suas garras por todo o Nordeste, destruindo vidas e destruindo riqueza. E, em conseqüência desse criminoso abandono, ele se vem repetindo com mais intensidade e com mais horrores.

A seca de 1932, como é chamada, foi uma das mais rigorosas que já tivemos. A de 1915 não teve tamanha intensidade. No entanto, os horrores e os danos materiais, morais e pessoais foram muito maiores. Esta última veio bem comprovar o quanto pode fazer um governo patriótico que encare, com afinco e com discernimento, os problemas nacionais. Não obstante, tudo levava a crer em conseqüências mais desastrosas, dadas às condições precaríssimas que atravessava o nosso País, varrido profundamente na sua vida social, econômica e administrativa.

O Governo Provisório, por intermédio do Ministério da Viação, realizou no Nordeste uma grande obra de salvação pública e, sobretudo, de são patriotismo.

Não venho aqui analisar – tampouco poderia ter tal veleidade, – analisar a administração patriótica do ilustre Ministro da Viação, pois, para tanto, me falta competência. (Não apoiados). Estou certo de que, em momento oportuno, esse titular comparecerá a essa douta Assembléia, para mostrar à Nação o seu trabalho e a sua obra.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Falando, todavia, nas secas do Nordeste, seria clamorosa injustiça não ligar seu nome a este assunto. O seu plano está delineado em bases seguras e em diretrizes definitivas. Lançou-se àquele grande empreendimento nordestino, sem medir a extensão dos sacrifícios e o peso das responsabilidades, e, como bem disse em seu último relatório, sem visar interesses de zonas ou obstáculos que porventura pudessem desviá-lo dos rumos traçados.

Sr. Presidente, com aquele material humano, já gasto pela fome, depauperado pelas canseiras das travessias, iniciou-se no Nordeste uma grande obra definitiva, em bases racionais, a qual, em breve, dará resultados admiráveis.

Quando a seca era mais aguda, o Ministério da Viação executou um vasto plano de assistência distribuindo viveres, roupas e remédios aos flagelados em campos de concentração. E fez mais: disseminou os mais aproveitáveis na execução de obras reprodutivas que, custe o que custar, não podem nem devem ser mais paralisadas. Para não falar em outros, citarei aqui o açude Lima Campos, assim chamado em homenagem ao malogrado engenheiro patricio, desaparecido na Baía no desastre de aviação, quando servia à Pátria e cuja memória, agora, nesta tribuna, reverencio. Aquele açude não é um simples reservatório como o de Quixadá e tantos outros, mas uma grande bacia com sistema perfeito de irrigação, que, em breve, transformará milhares de hectares de terra, improdutivo, em férteis vergéis, onde, amanhã, nutridos rebanhos proliferarão, e, no momento das se-



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

cas, servirá como refrigerio seguro para milhares de famílias sertanejas, que não mais terão de abandonar suas regiões.

Muitas outras obras foram já realizadas nas terras nordestinas: além da açudagem intensiva e extensiva, milhares de quilômetros de estradas de rodagem e centenas de quilômetros de estradas de ferro. Enfim, todos os Estados do Nordeste receberam benefícios inúmeros desta administração fecunda e patriótica.

Não procurou ela resolver o problema das secas com soluções unilaterais, como já foi proposto por um dos mais eminentes brasileiros, que hoje honra esta Casa, como membro da bancada paulista, o Dr. Cincinato Braga. S. Ex lembrou cortar o Nordeste com estradas de ferro, para, no momento das secas, levar as populações flageladas às margens dos rios perenes. Seria condená-las ao eterno nomadismo.

As vias de comunicação, no seu plano, servirão para a circulação da riqueza, transportando os produtos pecuários e agrícolas aos pontos de venda e exportação.

Sr. Presidente, não sei, até, o que seria dos nordestinos, se não fossem o patriotismo e a boa vontade do chefe do Governo provisório em auxiliá-los, nos dias angustiosos das secas.

Todos os Estados foram beneficiados. Até mesmo, aquele que tenho a honra de aqui representar- o Piauí, – que foi dos menos aquinhoados, também recebeu alguns favores.

Dentre as obras já levadas a efeito, lá está a Colônia de David Caldas, construída pelo Governo do Estado, com recursos pecuniários fornecidos pelo Ministério da Viação.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Se outros motivos não tivesse para ocupar a tribuna, se a matéria de que estou tratando, não envolvesse assunto constitucional, aqui estaria pela obrigação de agradecer, em nome daquelas centenas de brasileiros egressos da fome e da miséria, os recursos recebidos do Governo provisório, graças aos quais podem, hoje, viver em habitações sadias e confortáveis, amanhando a terra fértil por processos técnicos, acompanhados de agrônomos, que lhes ensinam o manejo dos instrumentos mecânicos, para o engrandecimento do seu trabalho.

Sr. Presidente, quero, também, deixar aqui consignada minha gratidão e meu louvor aos ilustres membros da Comissão que elaborou o Anteprojeto Constitucional por terem incluído, no seu texto, esse grande problema nacional.

Poderá algum objetar, como já objetou conceituado jornal desta Capital, que um problema transitório não deve constar do Estatuto Constitucional. É transitório, sim, mas desde a derrocada de Pero Coelho vem abatendo brasileiros, sem solução adequada, ou mesmo, relegado ao abandono pelo indiferentismo dos seus governos.

As modernas constituições não devem conter simples bases jurídicas de organização de governo e de relações entre os indivíduos e entre esses e o Estado: deve ir além, traçando, definindo normas administrativas definitivas, que obriguem os governos a resolver os problemas nacionais no espaço e no tempo.

E não se diga que as secas não são problema nacional. Mais de um milhão de quilômetros quadrados, com mais de seis



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

milhões de habitantes, se debatem periodicamente nas garras do flagelo, que os aniquila, abate e empobrece.

É problema tão importante quanto a higiene, quanto a educação e mesmo quanto a defesa nacional; aliás, envolve os três problemas.

Ainda tem dois aspectos: o primeiro, salvar milhões de compatriotas nossos da miséria e da fome; o segundo é fator econômico, restabelecendo o equilíbrio entre as diversas regiões do País.

Ninguém contesta que o fator econômico é a mais poderosa alavanca que descola o eixo de civilização e progresso dos povos.

As regiões sul e centro do País, pelas suas condições geográficas e, sobretudo, pela proteção sempre constante dos governos da União, vêm dia a dia se enriquecendo, enquanto o Norte vai ficando à retaguarda, sem pecuária, sem indústria e sem lavoura.

Não é, absolutamente, à falta de energia, inteligência e vontade de seus filhos que labutam lá: é principalmente, pelo abandono em que os governos os têm deixado – sem recursos para vencer ou corrigir a natureza, que, em algumas partes, os esmaga e aniquila pelo excesso de sua exuberância e, em outras, os atrofia e mata pelo excesso de seus flagelos.

Não estou aqui pregando regionalismo, porque sou desses brasileiros que amam a pátria acima de tudo e vêem em cada recanto uma parcela da pátria estremecida. Mas, como brasileiro que sou que quer este Brasil maior é preciso que todas as regiões



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

se desenvolvam de maneira harmônica, para que o Brasil seja forte na consciência cívica de seus filhos e também forte pelo desenvolvimento harmônico de suas regiões.

Sr. Presidente, integrar o Norte na economia nacional é obra de são patriotismo, é a mais segura medida para manutenção da integridade da Pátria.

O Sr. Xavier de Oliveira – o que já começou a fazer o Governo Provisório, com as medidas tomadas.

O Sr. Agenor Monte – É bem verdade que já se acha consignado no Anteprojeto o problema das secas; mas, como lá está, absolutamente não satisfaz os anseios da Nação, porque o Estado é platônico e somente os governos, que têm consciência de suas verdadeiras finalidades, de suas grandes responsabilidades, é que poderão continuá-lo.

Já vimos no passado o gravíssimo erro de um Presidente da República, suspendendo as obras iniciadas na administração Eptácio Pessoa, causando assim grandes prejuízos à Nação e gravíssimos prejuízos ao Nordeste.

O Sr. Xavier de Oliveira – Mais que isso: extinguindo a caixa de obras contra as secas, criada pelo governo – talvez a medida mais importante por ele executada durante sua vigência.

O Sr. Agenor Monte – Agradeço a informação. Não conhecia esse detalhe.

Assim, estas medidas devem ficar no texto constitucional de maneira coercitiva, permitindo que a Nação possa responsabilizar os presidentes e seus governos que não continuaram os trabalhos até completa solução.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Srs. Constituintes, apelo para todos os colegas para darem, na futura Constituição, medidas definitivas capazes de salvar aqueles milhões de brasileiros que, hoje, tudo esperam do nosso patriotismo e da nossa iniciativa.

E termino, Sr. Presidente, com aquelas lapidares palavras do Dr. José Américo de Almeida, em seu último relatório: Crime maior – nunca é demais repeti-lo – seria abandonar em meio essa vasta organização de trabalho que já custara tantos sacrifícios de dinheiro e de esforço sobre-humanos. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Outros documentos: Requerimento
Resp. Diário do poder Legislativo
Data: 8 de agosto 1935
Fichário: Teresa

REQUERIMENTO **N. 103 – 1935 – (1ª legislatura)**

Requeremos à Mesa da Câmara Federal que seja consultada a Assembléia no sentido da constituição de uma Comissão Especial de onze Deputados, para o fim de dispor o meio e o modo prático da execução dos preceitos da carta de 16 de julho relativos à defesa permanente contra os efeitos da seca no Nordeste.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 1935 – Barbosa Lima Sobrinho. – Humberto Moura. – Adolfo Celso. – Lino Machado. – Arnaldo Bastos. – Osório Borba. – Antonio de Góes. – Artur Cavalcante. – Domingos Teixeira. – Heitor Maia. – Teixeira Leite. – Oswaldo Lima. – Ferreira Lima. – Leôncio G. Araújo. – Monte Arraes. – Pedro Jorge. – Abel dos Santos. – Café Filho. – Luis Vianna.

O Sr. Pereira Lira – peço a palavra.

O Sr. Presidente – Na Forma do Regimento, fica adiada a discussão. (Pausa).

Nomeio o Sr. Samuel Duarte para substituir interinamente o Sr. Odon Bezerra, na Comissão de Legislação Social.

Está finda a hora destinada ao expediente.

Vão-se passar à ordem do dia. (Pausa)



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

G

Srs: Comparecem mais, durante a hora do expediente, os

Caldeira Alvarenga
Claro de Godoy
Ribeiro Junior
Acyliño de Leão
Abguar Bastos
Fenelon Perdigão
Jose Pingarilho
Clementino Lisboa
Magalhães de Almeida
Pires de Goyaso
Demoerito Rocha
Fernandes Távora
Monte Arraes
José de Borba
Figueiredo Rodrigues
Xavier de Oliveira
Alberto Roselli
Gratuliano Brito



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Outros documentos: Requerimento
Resp. Diário do Poder Legislativo (Federal)
Data: 8 de Agosto 1935
Fichário: Teresa

O Sr. Barbosa Lima sobrinho – Sr. presidente, passo às mãos de V. Ex. o requerimento que formulei, com o apoio dos meus ilustres companheiros da bancada pernambucana e de alguns dignos representantes de Estados nordestinos. O requerimento diz o seguinte:

‘Requeiro á Mesa da Câmara Federal que seja consultada a Assembléia no sentido da constituição de uma comissão especial de 11 Deputados, para o fim de dispor meio e modo práticos da execução dos preceitos da carta de 16 de julho, relativo à defesa permanente contra os efeitos da seca no nordeste’.

Na justificação desse requerimento, devo dizer à Câmara que se houvesse eu de penitenciar-me dos erros tão numerosos em que tenho incidido, no decurso da vida, começaria pela recordação da indiferença com que assisti a campanha, para que tivesse entrada na Constituição brasileira o dispositivo sobre as secas no nordeste. É verdade que não o combati; é verdade ainda que, na medida de minhas possibilidades, facilitei a propaganda, encaminhada pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. O



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

dono da idéia, o notável publicista paraibano Dr. Alcides Bezerra, chegou mesmo a declarar no histórico de sua campanha, que o primeiro brado em favor da sugestão aparecera nas colunas do “Jornal do Brasil”.

Bastava que fosse um movimento em benefício do Nordeste, para que eu de modo nenhum o pudesse hostilizar. Mais no íntimo, não estava convencido da razoabilidade daquela proposta. Não obstante a complexidade das constituições modernas, continuava afeiçoada ao modelo clássico da Carta de 24 de Fevereiro, que soubera banir de seu contexto a matéria estranha propriamente à estrutura política do Estado. O combate aos efeitos da seca se me afigurava um dever de ordem administrativa, um compromisso de programas de governo, mas não me convencia que pudesse a idéia ter cabimento entre os preceitos de uma carta constitucional.

Felizmente, o espetáculo da seca de 1932, com os sofrimentos inenarráveis, que fizera destilar diante de todo o País, impedira qualquer resistência ao movimento, que desfraldara uma bandeira resplandecente de solidariedade nacional e de fraternidade humana. Sob o prestígio de argumentos tão nobres, a propaganda vence reservas, que não podiam invocar se não miudezas de teorias estéreis. O número XV do artigo 5 e o artigo 177 se incorporam à constituição da República, consagrados pelo entusiasmo de um salva de palmas, que vinha atestar, na formalidade de votação, a força dos sentimentos profundos que a campanha despertara.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Ainda assim, ficava, dentro de todos nós, um pouco de dúvida invencível, a convicção de que aqueles dispositivos eram apenas conquistas sentimentais, destoantes da rigidez de uma Carta de direitos. Os mais céticos não deixaríamos de sorrir, quando encontrássemos aqueles dois artigos e recordássemos a inspiração que os tornara vitoriosos, numa expansão que nos parecia menos raciocínio e de sabedoria, do que ternura como-vida, quebrando a harmonia severa da Constituição com o devaneio de um poema melancólico...

O PROBLEMA PERMANENTE DO SERTÃO

Um dia, Sr. presidente, pude compreender dos dois artigos sobre a seca. E então fiz justiça à campanha benemerita do Dr. Alcides Bezerra e da Sociedade Amigos de Alberto Torres. O que os argumentos mais seguros e mais brilhantes não haviam conseguido, nesse reduto final das convicções íntimas, o panorama do sertão instantaneamente o obteve. A literatura é sempre uma força precária, no descrever calamidades, que excedem a faculdade da imaginação humana. Diante das descrições dantescas, o espírito vai deixando reservas de quem abre margem ao exagero, ao sentimentalismo, ou à fantasia, em que tantas vezes se apóia o gosto do colorido nas criações literárias.

Ora, se dentro de mim viviam essas dúvidas, porque não existiria a mesma incerteza em vós outros? A minha incompreensão resultava de que eu tinha sempre diante dos olhos, como recordação de minha terra, o panorama de Recife, com o



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

rendilhado caprichoso dos rios e dos canais, que serpenteiam entre os bairros da cidade. Não sei, por isso, como nos poderíamos admirar de que vós outros também não o compreendêsseis, quando não tendes outra imagem, na memória, que a da alegria dos pampas gaúchos, a fertilidade do solo paulista, ou a amenidade de clima dos altiplanos mineiros.

Em verdade, para compreender o sertão do nordeste é preciso ter tido, diante dos olhos, o espetáculo de suas aflições. É preciso ter visto o solo calcinado pela soalheira; é preciso ter contemplado a caatinga cinzenta, seguindo as estradas por léguas e léguas, com a infinita tristeza de sua flora, que evoca, no desespero dos mandacarus agressivos, ou na melancolia das baraúnas quietas, multidões de retirantes súplices, à espera de um socorro impossível. É preciso também haver habituado o espírito com a idéia de um rio importante e ir depois encontra-lo, junto de nossos pés, reduzido a um leito vazio...

Viajei o sertão no mês de outubro, em um ano considerado chovido. E tive impressão tão forte das dificuldades que já encontrando, que a mim mesmo me perguntava o que poderia ser uma grande seca, se aquilo tudo que eu encontrava sucedia numa fase normal.

No trecho entre Pesqueira e Rio Branco, na entrada do sertão pernambucano, fomos surpreendidos por um grande aguaceiro. E nas peças de lama que se haviam formado perto dos povoados, bandos de mulheres se empregavam na lavagem de roupa. Não é só. A água que se encontra para beber, em quase todas as cidades sertanejas é sempre de qualidade inferior,



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

água de açudes quase estagnados, água de cisternas abertas, para apanhar as precipitações pluviais. Por isso, quem se aventura ao sertão não esquece levar provisão e água mineral, no receio de infecções prováveis. E se é assim difícil a água para beber, o que diremos da água para as lavouras? Poucos e pequenos açudes possui o sertão pernambucano, que se alimenta, como todo o nordeste, de cultura de vazante e de uma criação precária e alestota.

Por todos esses aspectos, é evidente que o problema do sertão existe permanentemente. A tragédia do desfile de retirantes, a amargura e a desgraça do êxodo, na fase aguda da crise climatérica, mostra-nos, apenas, a culminância de dificuldades e sofrimentos que são constantes. Mesmo em períodos normais, a vida do sertanejo se pauta por um ritmo de heroísmo que poucos povos suportariam.

Euclides da Cunha, citando a página, em que Buckle assinalava a anomalia de se não afeiçoar o homem às calamidades naturais que o rodeiam, lembrava que nenhum povo tem mais pavor aos terremotos que o povo peruano; “E no peru, escreve o estilista de “os Sertões”, as crianças, ao nascerem, têm o berço embalado pelas vibrações da terra”. O sertanejo brasileiro, acrescenta Euclides, faz exceção à regra. “A seca não o apavora. É um complemento à sua vida tormentosa, emoldurando-a em cenários tremendos”.

A razão dessa resistência excepcional é que os cataclismas surpreendem os outros povos como episódios passageiros, por mais trágicos que sejam e mais ruinosos. A seca, no



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Nordeste, é apenas uma demonstração mais séria e mais grave de um estado de coisas permanente, de uma calamidade constante. Não creio que possa haver, no quadro dos sacrifícios humanos, exemplo mais alto e comovedor de heroísmo que a normalidade da vida sertaneja. Não creio que possa haver modelo mais nobre de renúncia e de bravura que essa existência de todos os dias, em face de uma natureza agressiva, e a cuja aspereza o homem do nordeste corresponde com a facilidade absorvente das paixões invencíveis.

O SENTIDO DO PRECEITO CONSTITUCIONAL

Quando assim consideramos o sertão, na realidade de suas dificuldades permanentes, é que podemos alcançar o sentido e a justiça do preceito constitucional, que assegura assistência constante às populações nordestinas.

O problema, como assinalou o Dr. Alcides Bezerra, não é regional, mas nacional. “Dado o entrelaçamento das relações econômicas, características da economia moderna – o fenômeno aludido não interessa somente à área e população do nordeste Brasileiro; reflete-se em todo o país, de norte a sul. A capacidade produtiva do povo flagelado diminui, baixa, a ínfimo grão, e isto repercute na sua capacidade aquisitiva, e, destarte, o fenômeno se estende e generaliza, interessando a todo o mercado nacional”.

Assim escreve o Dr. Alcides Bezerra. E essa escassa capacidade produtiva e aquisitiva do nordeste não resulta, ape-



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

nas, das grandes secas, que flagelam o sertão periodicamente; contribui mais para essa miséria o que se deve denominar a seca permanente, ou quase permanente, as culturas precárias, os sobressaltos da criação, as próprias dificuldades da vida humana, na luta ou no esforço para se abastecer da água de que precisa.

As levas de retirantes representam, de certo, a face espetacular do drama sertanejo, no seu maior sofrimento; mas não esqueçamos o outro aspecto que, com o ser mais freqüente, acaba preponderando – o aspecto da luta quotidiana para produzir, já não dizemos riquezas, mas elementos que possam prover a subsistência dos núcleos de povoamento.

Salvar o sertanejo dessa angústia de todos os dias, aumentar-lhe o padrão de vida, secundá-lo na peleja contra a natureza hostil é um dever, senhores, já não digo de humanidade, mais se solidariedade nacional; e é um interesse de toda a economia brasileira que sente a mutilação, que para ele representa a impossibilidade de um trabalho útil, na zona do sertão nordestino. Nesse sentido, o problema é nacional, como nesse sentido é, também, problema permanente.

O Sr. Castro, Nunes, que tão brilhantemente contribuiu para os trabalhos da subcomissão constitucional, em carta dirigida ao ilustre Dr. Sabóia Lima, definiu, com a necessária nitidez, o pensamento do dispositivo sobre as secas. “A periodicidade das secas, a sua interação prevista – escreveu S. S – não é um acontecimento eventual. É um fenômeno permanente, ainda que periódico. Tratá-lo somente nas crises agudas é a medicina das mezinhas e paliativos, em que temos vivido. Não se perca de



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

vista que a defesa contra as secas visa modificar o meio físico, fixar o homem do Nordeste no seu habitat, em benefício da obra coletiva da produção. Não pode ser ma providência ocasional, capaz, sem dúvida, de atender as conseqüências do flagelo, mas perdida, porque esporádica, economicamente estéril, porque desarticulada de um plano geral de sistematização de medidas”.

Com a mesma razão escreve brilhantemente o Dr. José Augusto:

“No Brasil, mais do que qualquer outra questão econômica, a do Nordeste reclama intervenção direta e coordenadora do poder público nacional. É que nenhum joga com interesse mais vasto, afetando diretamente a milhões de brasileiros e indiretamente a totalidade da população nacional”.

Essas palavras serão ainda mais verdadeiras dentro da tese que estamos recordando, a de que o sertão apresenta, normalmente, dificuldades formidáveis ao desenvolvimento e à própria existência dos núcleos de povoamento, que nele se radicaram. A assistência permanente é uma necessidade e é um dever, para a alteração e melhoria desse panorama de sofrimento, de incertezas, de sacrifícios, sobretudo se considerarmos a qualidade magnífica, pela resistência e pela tenacidade, dos brasileiros que se votaram à peleja contra o sertão.

PARA A EFETIVIDADE DA CONSTITUIÇÃO

O art. 177 da Carta de 16 de julho dispôs que a defesa contra os efeitos da seca nos Estados do norte obedecerá a um



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FUNG-TUN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

plano sistemático, e seria permanente, sob a superintendência da União, que despenderia, com as obras e serviços de assistência, quantia nunca inferior a quatro por cento de sua receita tributária sem aplicação especial. Dessa importância, três quartas partes destinar-se-iam às obras permanentes. O restante seria depositado em caixa especial, para a ocorrência das grandes secas, no intuito de acudir as populações flageladas. Os Estados e os Municípios compreendidos na área assolada pelas secas ficaram, também, obrigados a empregar quatro por cento de sua receita tributária sem aplicação especial, na assistência econômica à população respectiva.

Como se vê, a Carta de 16 de julho apresenta o esboço geral de um plano de ação. Mas não cuidou, nem devia cuidar, de pormenores, que estão à espera da legislação ordinária, para que a máquina ideada possa mover-se no sentido de tão nobre e necessária finalidade.

Não sabemos, por exemplo, como se deve elaborar o plano geral das obras contra as secas. Será trabalho exclusivo dos técnicos, da inspetoria, sem o exame e sem o voto dos representantes, ou delegados do Estados interessados? Admitirá uma divisão de recursos entre os Estados alcançados pela seca? Inspirar-se-á critério das áreas, ou das populações flageladas, para a distribuição das verbas e dos serviços?

Como se vê, multiplicam-se os problemas de ordem política, sem esquecer ainda as questões técnicas, sobre a conveniência da grande, ou da pequena açudagem, sobre o plano geral das ferrovias e das estradas de rodagem, sobre a perfuração dos



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

poços, ou o reflorestamento das zonas flageladas, e tantas outras, a respeito das quais ainda se não harmonizaram os técnicos. Seria natural que todos esses problemas se decidissem, senão pelo voto, ao menos com o parecer dos delegados, que próprios Estados poderiam escolher entre os seus técnicos.

Mais difícil seria a fórmula para o controle do emprego da parcela orçamentária, que a Constituição exige dos Estados e Municípios compreendidos na área flagelada. Uma comissão legislativa não poderia fiscalizar esse artigo da carta de 16 de julho, pois que a função excederia da competência da Assembléia. Impõe-se que a lei ordinária entenda a complexidade da matéria, com a criação de uma comissão extraparlamentar, em que veja a maneira de incluir a representação dos Estados e Municípios, sem prejuízo da eficiência do mecanismo.

Enfim, Sr. Presidente, o art. 177 da carta de 16 de julho reclama uma lei ordinária, que o regulamente devidamente, proporcionando a fórmula que o torne exequível em todos os seus aspectos e para todas as suas finalidades. Eis porque venho requerer a constituição de uma comissão especial que elabore, senão o código das secas, ao menos a Lei das Secas. Ficará, naturalmente, ao arbítrio da comissão legislativa a solução do problema, pois que os seus poderes devem ser os mais amplos, no sentido de atender, com uma lei ordinária, à execução dos dispositivos constitucionais, concernentes à defesa contra os efeitos das secas.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

PORQUE PERNAMBUCO TOMA A INICIATIVA DA PROPOSTA

Poderia parecer estranho que coubesse a Pernambuco a iniciativa dessa proposta, no sentido da regulamentação do art. 177 da carta de 16 de julho. Durante muito tempo se acredita que não estivesse Pernambuco entre os Estados flagelados pela seca. Pelo menos, só nos chegavam as sobras dos serviços criados, migalhas de verbas. E era voz corrente que não sofríamos a calamidade, ou que, pelo menos, não medra sobre o nosso Estado com a mesma intensidade que se notava nos vizinhos. Confesso que me formei nessa convicção e acompanhei com alguma surpresa o esforço da situação pernambucana, em 1932, para demonstrar que não havia fundamento no otimismo, que nos deixara à margem de todos os programas contra as secas.

Hoje, depois de haver percorrido a região sertaneja de meu Estado, não explico porque insistimos em procurar fugir ao reconhecimento de um fato de tanta certeza. Orgulho?

Um pouco desse “panache” da aristocracia pernambucana, para dissimular as nossas dificuldades, não querendo aparecer aos outros numa realidade de sofrimento?

Não sei dizer. Mas não compreendo e não louvo esse orgulho. Tivéssemos nós outros recursos, para resolver, sem auxílio estranho, o problema do sertão pernambucano e então, sim então justificaria que negássemos a seca, enquanto fôssemos trabalhando para socorrer e amparar os habitantes da região sertaneja. Mas se não temos esses recursos, se não podemos agir



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

isolados nas obras formidáveis que a seca reclama tenhamos a sinceridade de deixar de parte um “panache” de fartura, quando não somos nós que vamos suportar as conseqüências, dessa vaidade pueril, mas o nosso irmão sertanejo, que sabe muito bem que a verdade é outra, e que a seca não distingue os marcos que separam os Estados do nordeste. (muito bem). Sertão do Ceará, sertão do Rio Grande do Norte, sertão da Paraíba, sertão de Pernambuco, tudo é a mesma coisa, o mesmo espetáculo, a mesma miséria, e também o mesmo heroísmo.

Felizmente, já não falta hoje quem reconheça a verdade dos fatos. O Sr. Paulo Pimentel, num estudo excelente, comunicado à Sociedade Amigos de Alberto Torres, escrevia muito bem:

“Os 273 do oeste de Pernambuco, encravados na região das secas entre Bahia, Piauí, Ceará e Paraíba, nada diferem das terras ressequidas desses Estados”.

E acrescentava:

“As possibilidades de chuvas limitam-se apenas aos meses de dezembro a março, raramente até maio. As chuvas têm um caráter predominante torrencial, e tendem a cair muito espaçadamente umas das outras. O solo escassamente revestido de vegetação e com camada



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

superficial de rocha porosa, pouco espessa na generalidade dos casos, salvo os pontos onde se formaram depósitos de aluvião, não oferece obstáculo muito sensível ao rápido escoamento das águas pluviais. Ainda em consequência da falta de proteção vegetal, temos uma evaporação exacerbada pela existência freqüente de ventos secos e rasteiros, o que baixa de muito a umidade relativa do ar”.

Recorramos a uma outra publicação interessante e documentada. Intitula-se “Pernambuco aos rotarianos da Convenção distrital de 1934”, e foi organizada sob os auspícios da Diretoria Geral de Estatística do Estado, em colaboração com alguns ilustres rotarianos. Caracterizando as diversas regiões do Estado, escreve:

...”Começa a zona do sertão, que se estende numa vasta extensão, cobrindo cerca de 68,7% da área do Estado. O solo cobre-se de vegetação, onde predominam as cactáceas, com o elevado coeficiente de quase 90%, e é formado na superfície, em sua quase totalidade, por uma camada de rocha porosa, que dá rápido escoamento às águas das chuvas incertas e pouco abundantes”.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Essas referências à constituição do solo têm a maior importância para o caso. Já o eminente Morize assinalava que os malefícios da seca eram aumentados pela constituição geográfica e topográfica do terreno. E achava que, excetuadas algumas regiões montanhosas, gozando de regime especial, o solo sertanejo era muito delgado e poroso, repousando sobre uma base de rochas impermeáveis, granitos, gneiss schistos, etc. “Resulta (escrevia ele) que as águas meteóricas se infiltram rapidamente até essa base e daí correm os rios, não deixando no terreno uma reserva, que seria considerável em solos mais espessos e absorventes”.

Com dois terços de seu território tomado pelas cactáceas, com um solo que não difere da chapada de rochas cristalinas que integram o sertão. Pernambuco não tem sido incluído nos programas das obras contra as secas.

Esse esquecimento não foi encontrar guarida, entretanto, nos índices pluviométricos relativos à zona sertaneja.

OS ÍNDICES PLUVIOMÉTRICOS

Os mapas pluviométricos do nordeste mostram que é larga a zona recebendo menos de mil milímetros de água por ano, número fraco, se considerarmos, como diz Pierre Denis, a temperatura elevada e a intensidade da evaporação.

Nos estudos feitos sobre o assunto, ninguém levou mais longe a classificação dos dados colhidos do que o Sr. Delgado de Carvalho, no seu notável “Atlas Pluviométrico do Nordeste



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

do Brasil”. Com os elementos de que dispôs, pôde encontrar na região do Nordeste seis zonas diferentes, quanto aos índices pluviométricos que apresentavam. A primeira, com índice superior a 1.200 milímetros, compreendendo uma pequena faixa litorânea nos Estados do Nordeste, da Bahia dos Touros para o Sul, excluído, pois, o Ceará e um trecho do Rio Grande do Norte. A segunda zona, entre 1.000 e 1.200 milímetros de pluviosidade, acompanha a faixa anterior com uma pequena largura, correspondente, mais ou menos, a dez quilômetros. A terceira zona apresenta entre 800 e 1.000 milímetros de chuva, com um traçado irregular em todos os Estados do Nordeste, a começar pelo Ceará. A Paraíba tem um trecho do interior dentro dessa terceira zona, sem falar no oásis da Borborema, de Bananeiras e Areias, com uma pluviosidade equivalente a faixa litorânea. Em Pernambuco, traça-se uma linha curva cujos extremos ficam, no norte, em Bom-Jardim, Limoeiro, Brejo no centro e S. Bento no sul, indo alcançar Alagoas na altura da cachoeira de Paulo Afonso.

A quarta região apresenta entre 600 e 800 milímetros de chuva. Tem uma largura aproximada de oitenta quilômetros no Rio Grande do Norte. Na Paraíba, vai até 150 quilômetros do litoral e em Pernambuco a 200 quilômetros.

A quinta zona, entre 400 e 600 milímetros é considerável, no interior dos Estados do nordeste. Abrange grande parte do Rio Grande do Norte, que é dos Estados mais secas da região, senão o mais seco...



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

O Sr. José Augusto – V. Ex. tem toda a razão. É o mais flagelado de todo.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho – ...a julgar pelos mapas organizados sobre a base do índice pluviométrico. A Paraíba tem uma pequena faixa dentro desse regime, que caracteriza a quinta zona. Pernambuco, entretanto, tem metade de seu território sob o colorido dessa região de 400 a 600 milímetros de chuva, índice excepcional no próprio nordeste.

Ainda há uma sexta zona, com o índice de pluviosidade entre 200 e 400 milímetros. Vê-se no Rio Grande do Norte um pequeno trecho, que apresenta esse mesmo índice. Inclui-se também ali uma região da Paraíba, com Piauí, Soledade, S. João do Cariri, Cabaceiras e Alagoa do Monteiro. Pernambuco não escapa a esse regime em duas pequenas regiões à margem do S. Francisco, perto de Petrolina e de Belém.

Basta considerar esses números, para chegar à evidência de que Pernambuco sofre duramente o flagelo das secas. Metade do seu território está compreendido na zona que recebe menos de 600 milímetros de chuva, índice pluviométrico mais baixo que o de quase todo o Ceará e o de quase toda a Paraíba.

Quanto mais minuciosas se vão tornando as observações sobre o regime de chuvas no nordeste, mais evidente fica a situação de Pernambuco, entre os Estados castigados pela inclemência do clima. Os números colhidos na estação de Cabrobó, nos últimos anos, confirmam as conclusões de Delgado de Carvalho, conclusões que vão vivamente corroboradas com os



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

algarismos apresentados pelos postos meteorológicos, que a Inspetoria tem criado ultimamente no interior de Pernambuco.

Referem-se esses dados recentes a uma fase normal, o ano de 1934. Ainda assim, a média dos números registrados de 61 estações meteorológicas de Pernambuco, é de 426mm aproximadamente. Na Paraíba, por exemplo, a média é muito mais alta, excedendo no dobro à que se encontra em Pernambuco, pois que atinge a 927 milímetros, para um número quase equivalente de estações meteorológicas (55).

As novas estações criadas em território pernambucano podem apresentar o que até hoje nos faltava: a observação da zona mais seca do Estado. E os índices que elas nos trazem impressionam profundamente, pois que deixam ver que, mesmo num ano favorável, tivemos em mais de metade das estações um índice pluviométrico inferior a 500 milímetros, fato que se não registrou, naquele ano, em nenhum outro Estado do Nordeste. O Ceará não tem, no mesmo período, nenhuma estação abaixo daquele algarismo. De 170 estações desse Estado, houve mais de 130 que registraram índice superior a 800 milímetros, sendo que mais da metade excederam o de 1.100 milímetros. O Rio Grande do Norte nos mostra quatro estações abaixo de 500m, todas elas, aliás, acima de 400 milímetros. Na Paraíba vemos oito estações, em que o índice se mantém abaixo daquele limite.

Se descermos um pouco mais esse limite, já poderemos dizer que foram registradas em vinte estações pernambucanas índices pluviométricas abaixo de 200 milímetros. Na Paraíba, houve apenas uma estação nessas condições. E nenhuma outra



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

se encontraria na zona do nordeste nos quatro Estados a que nos estamos referindo, nenhuma outra que tão nitidamente falasse da aridez da região.

Poder-se-ia dizer que o índice pluviométrico não é tudo na indicação dos fatores da seca. Poder-se-ia lembrar, ainda, influência da direção dos ventos, a fraca umidade da região, a péssima distribuição das precipitações pluviais, a temperatura alta do Nordeste. Mas sob qualquer desses aspectos, a situação de Pernambuco é a mesma dos outros Estados que o cercam. É claro, pois, que dentro desse quadro uniforme, o índice pluviométrico deve ser considerado como fator preponderante, na classificação das zonas sertanejas, sob o aspecto da incidência das secas.

A OPINIÃO DO SR. JOSÉ AMÉRICO

Contra essas conclusões já se manifestou, num de seus relatórios, o Sr. José Américo, ao tempo em que exercia a pasta da Viação. Tenho na mais alta conta a competência de S. Ex. na questão das secas, desde que tive oportunidade de ler o livro magistral, que se intitula “A Paraíba e seus problemas”. Acredito, igualmente, na boa fé de Sua Ex. rendendo homenagem à sinceridade, que tantas vezes lhe destacou a atuação de homem público. Dentro desse alto conceito, vou permitir-me analisar as idéias do Sr. José Américo, sem de qualquer forma atribuir a esse exame intuítos pessoais, que destoariam da consideração que acabo de confessar e da elevação em que procuro manter a



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

defesa de meu Estado. Não compreendo mesmo que nos admiremos de que os filhos de outros Estados afirmem que Pernambuco não é das zonas mais flageladas pela seca, se dentro de nossas fronteiras essa impressão era considerada até a pouco, matéria pacífica, que nos permitia fechar os olhos, diante das dificuldades em que se debatiam as populações sertanejas do Estado.

No relatório apresentado em julho de 1933, e intitulado “O Ministério da Viação no Governo Provisório”, quando se referia ao sertão de Pernambuco, S. Ex. escrevia as seguintes palavras (págs. 227 e seguintes):

“Forçoso é notar que o fenômeno climático não apresenta nessa região a mesma inclemência com que flagela as zonas sertanejas do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, porque soprando os ventos dos rumos sul e sudeste, o “sertão é bafejado por brisas suaves e refrescantes” provindas do Rio S. Francisco e mesmo do Atlântico; e mais, o orvalho é, aí, mais freqüente.” “Aspectos da economia rural brasileira” (publicação do Ministério da Agricultura, 1922)”.

Ignoro a autoridade da publicação em que se baseia o Sr. José Américo, e não sei se poderá ter crédito diante de tantas observações relativas ao Nordeste. É verdadeira a referência à direção dos ventos. Segundo a estação meteorológica de Cabrobó, situada na região mais seca de Pernambuco, predominam ali os ventos SE. Mas não nos admiremos de que seja assim, pois as informações de outros pontos do Nordeste revelam a mesma direção dos ventos dominantes.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
COLEÇÃO
MS
SEM

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Não sei, entretanto, onde encontrar apoio para a afirmação de que os ventos do sul e sudeste sejam denominados, como pretende aquela publicação do Ministério da Agricultura, de “brisas suaves e refrescantes”. O conhecido geógrafo alemão, Dr. Otto Quelle, pensa de modo diverso, quando escreve: “De todas as observações meteorológicas feitas durante um período de seca consta, claramente, que em quase todo o tempo o sudeste (a direção do vento predominante no Nordeste do Brasil) sopra com mais força do que de ordinário”. (Revista da Sociedade de Geografia”, tomo XXXV. Pág. 59).

O Sr. Oswaldo Lima – V. Ex. dá licença para um aparte? Nessa questão de brisas suaves e refrescantes foi onde se perdeu, talvez, a boa vontade do Sr. José Américo.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho – Aliás, o Sr. José Américo sempre se fundamentou, certamente de boa fé, numa publicação do Ministério da Agricultura, reputando-a merecedora de crédito.

A mesma coisa escreve outro geógrafo, Pierre Denis, incumbido de elaborar os volumes relativos à América do Sul, na Geografia Universelle, publicada sob a direção dos sábios insignes, que são Vidal de la Blache e D. Gallois. “A costa do Norte está sob a dependência do alísio de sueste. O alísio é aqui, como nos outros lugares, um vento seco; sopra de julho a dezembro e, por vezes, até fevereiro; e enquanto as suas rudes rajadas levantam” as Vegas no litoral inhospitaleiro, permanece o céu impiedosamente sereno “(Amerique do Sud, Vol. I, pág. 96) Já o Sr. Delgado de Carvalho citava, entre as características cli-



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

matológicas do nordeste, a “direção mais ou menos idêntica dos ventos predominantes, todos oriundos de leste, sendo o NE o mais freqüente, o ano inteiro, nas estações do Maranhão, e o SE nas estações de Pernambuco”. E conclui: “São raras as estações que registram ventos de oeste com alguma freqüência. São, pois, os alísios que imperam na região; daí a falta de chuvas suficientes, fora da zona litorânea”. (Atlas pluviométrico do Brasil).

Como se vê, pelo claro ensinamento desses mestres, os alísios não se convertem em “brisas suaves e refrescantes”, na sua passagem sobre o Atlântico, ou o S. Francisco. Se fosse assim, os ventos gerais predominantes do Nordeste modificariam as condições do clima da região, pois que os alísios passam sobre o Atlântico. Mas o sábio Morize já recordava a lição do Professor Davis, de que “quando os alísios sopram numa terra de pequena elevação, eles geralmente reduzem sua superfície a um deserto, pela privação de umidade, porque não é a qualidade da rocha, ou do solo que o despe de vegetação mas simplesmente a aridez (no sentido etimológico de falta d’água)”. E os alísios, como ele próprio define. “São ventos baixos que caminham de altas latitudes para o Equador e embora em contacto com mares de temperatura mais elevada, eles não podem absorver muito vapor, devido à sua pouca temperatura e, chegando num continente mais quente que o mar, eles se aquecem a seu contacto e ficam por isso mais impossibilitados de deixar condensar os vapores que ainda contém”.

Não se limita, entretanto, a essa publicação o Sr. José Américo. Apega-se, também, ao argumento da nebulosidade:



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

“A nebulosidade, que na estação das chuvas varia de 4 a 6 chega a atingir, no período das estiagens, ao valor de 3, o que não se observa na generalidade dos casos, nas zonas secas do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba”.

Nesse passo, invoca S. Ex. duas autoridades. Mesmo assim, não devemos perder de vista que as observações de nebulosidade haviam sido tomadas, em Pernambuco, em duas regiões, Garanhuns e Pesqueira, que não pertencem de modo nenhum, à zona seca do alto sertão . O clima de Garanhuns já era classificado de temperado no relatório do engenheiro Dombre, em 1874. É o melhor clima de todo o Estado, numa altitude de 864 metros, junto da fronteira alagoana. Pesqueira também não está incluída na zona de índice pluviométrico entre 400 e 600 milímetros, zona que cobre mais de metade do território de Pernambuco. Mesmo assim, tomando pesqueira como ponto de referência, vamos encontrar no mês de abril, como média de vários anos de observações, o seguinte índice de nebulosidade, em diversas estações do nordeste:

Quixeramobim.....	6,4
Iguatú.....	6,5
Nova-Cruz	5
Guarabira	5,7
Pesqueira	5,8

Vejamos agora os índices tomados em outro mês, o de outubro:



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Quideramobim.....	3,4
Iguatú.....	4,1
Nova-Cruz.....	2,7
Guarabira.....	4,9
Pesqueira.....	4,7

Na estação de Cabrobó, os números tomados nos últimos anos já nos permitem encontrar, a esse respeito, informação sobre a zona do sertão. Temos, por exemplo, para 1933, os seguintes índices de nebulosidade, segundo o Anuário Estatístico de Pernambuco:

Abril.....	7,2
Outubro.....	3,9

Não sei, diante desses dados como estabelecer diferenças consideráveis entre as zonas sertanejas de Pernambuco e de seus vizinhos.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

A PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO

Argumenta ainda o Sr. José Américo, afirmando que a percentagem da população da zona sertaneja é muito maior nos outros Estados do nordeste do que em Pernambuco. Segundo o quadro que S. Ex. apresenta, baseado no recenseamento de 1920, temos:

Estados	População total	População da região seca	Percentagem da população da região seca sobre o total da população
Pernambuco	2.154.838	804.870	37,3%
Paraíba	961.107	420.878	42,5%
Rio Grande do Norte	537.135	341.148	63,5%
Ceará	1.319.228	989.510	75,0%

“Não obstante a superfície total de Pernambuco, escreve o Sr. José Américo, ser quase o dobro da do Rio Grande do Norte ou da Paraíba, esses dois pequenos Estados têm, respectivamente, 63,3% de suas populações flageladas pelas secas, enquanto naquele, muito maior em área, essa percentagem atinge, apenas a 37, 3% da população total”.

Confesso que não alcanço o sentido desse argumento. O quadro, para ser expressivo, precisaria verificar, inicialmente, se a menor percentagem de Pernambuco não resultaria, ou de maior densidade de povoamento na zona litorânea, ou de dificulda-



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

des maiores para o desenvolvimento da população, dentro da área sertaneja. Poderia ser um de nossos argumentos o demonstrar que Pernambuco tendo, em todo o seu território, maior densidade de povoamento que seus vizinhos do nordeste, não consegue manter esse mesmo nível na zona sertaneja, e não o consegue, justamente, pela aridez da região e pelo desamparado em que tem vivido, diante de todos os programas de obras contra as secas. Não posso deixar de recordar, aqui, o que a esse respeito nos dissera o Sr. Paulo Pimentel:

“Não possuindo o Estado grandes centros no interior, nota-se que a densidade de sua população vai diminuindo, à medida que se afasta do litoral, ou melhor, da capital. A pequena densidade da população no sertão tem fator evidente na falta d’água utilizável, em poços, canais, açudes, etc... tantas vezes lamentada nesta e noutras publicações oficiais e particulares”. Na zona da mata, segundo nos informa esse mesmo autor, a densidade alcança 128,5 por quilômetro quadrado, enquanto no agreste a percentagem não vai adiante de 54,6. “O sertão, onde a fixação da população é coisa ainda incerta e sujeita às migrações causadas pela seca, sobre ser ainda a zona maior do Estado a densidade é mínima, chegando só a 7,9”.

Além de todas essas considerações, o que importa para o problema é a população flagelada, o total de indivíduos que sofrem as estiagens longas. E à luz desse critério decisivo, o próprio quadro apresentado pelo Sr. José Américo vem evidenciar que a população flagelada de Pernambuco excede a soma das populações da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Enquanto



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

na Paraíba vivem na região seca 420 mil brasileiros, enquanto no Rio Grande do norte a aridez do solo martiriza 341 mil criaturas, Pernambuco tem 804 mil habitantes, sob o mais terrível dos castigos e o mais cruel dos desamparos na enorme superfície da zona sertaneja do Estado.

A PERCENTAGEM DA ÁREA CULTIVADA

Insiste o ilustre Sr. José Américo noutro aspecto da questão. E escreve “Com relação às áreas cultivadas nas regiões sujeitas a essas crises do clima, os valores numéricos são os seguintes:

Estados – Superfície total (em km²) – Área das culturas na zona seca (em km²) – Área cultivada na região seca em % da superfície total do Estado:

Pernambuco	99.254	105.187	1,05%
Paraíba	55.920	252.44	0,45%
Rio G. Norte	52.411	152.01	0,29%
Ceará	148.591	1.749.38	1,17%

Desse confronto, ressalta a conclusão de que os Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba estão carecendo, ainda, de algumas obras, que lhes permitam, pela irrigação, elevar o índice do aproveitamento agrícola de suas terras, pois, este, devido às incertezas das estações, não atingiu, sequer, a meio por cento da superfície total do território. O índice de Pernambuco é muito



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

superior ao da Paraíba e Rio Grande do Norte, o que demonstra serem menos danosos os efeitos da estiagem na região seca de Pernambuco, do que na dos três Estados mencionados”.

Se levássemos o argumento a rigor, o Ceará estaria excluído dos programas das obras contra as secas, pois que o índice de aproveitamento do seu território é maior do que em Pernambuco. Se não podemos e não devemos chegar a essa conclusão, que seria iníqua, por que havemos de admiti-la no caso de Pernambuco?

Ainda que ficássemos de acordo com a apresentação do problema, deveríamos mostrar que ele se apóia num equívoco. Para o Sr. José Américo, os números que apresenta revelam que pertence a Pernambuco a maior área aproveitada na zona flagelada, tomando como ponto de referência a superfície total do Estado. Na realidade, aqueles mesmos algarismos revelam justamente o contrario, isto é, que dentro daquelas relações, com aqueles mesmos algarismos, a menor área cultivada é a do sertão pernambucano. Reduzindo os números a metros quadrados, teremos, na ordem decrescente de aproveitamento do solo, o seguinte quadro:

Estados – Superfície total (em m²) – Área cultivada (em m²) – Percentagens

Ceará	148.591.000	1.749.038	1,17%
Paraíba	55.920.000	252.044	0,450
Rio G. Norte	52.411.000	152.001	0,290
Pernambuco	99.254.000	105.187	0,105



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Todavia, mantenho a tese de que esse quadro não é de modo nenhum concludente. Prefiro mostrar o índice do aproveitamento do solo no Nordeste, tomando como referência as populações da zona seca, de acordo com o recenseamento de 1920, de que se utilizou o Sr. José Américo. As percentagens são as seguintes:

Estados – Área cultivada na zona seca (em m²) – População da zona seca – Percentagens

Ceará	1.749.000	989.000	1,76
Paraíba	252.000	420.000	0,60
Rio G. Norte	152.000	341.000	0,44
Pernambuco	105.000	804.000	0,13

Como se vê por esse quadro, em relação à população da zona seca, Pernambuco é o Estado que revela menor percentagem de aproveitamento da área que se acha sujeita ao fenômeno das secas. Acusa sob esse aspecto, diante do Ceará e da Paraíba, surpreendente diferença, que seria motivo bastante para justificar maior interesse nos programas de obras, por essa vastíssima região, que é hoje, por todos esses algarismos e por todas essas considerações, a que mais duramente sofre as conseqüências da aridez do solo.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

O TRISTE CAPÍTULO DA ASSISTÊNCIA

Entretanto, com uma enorme população flagelada, pouco menor que a do Ceará, superior à soma das populações do Rio Grande do Norte e da Paraíba; com uma área sujeita à seca representada pela elevada percentagem de 68,7% da superfície total do Estado; com um coeficiente de aproveitamento da zona seca treze vezes menor que o do Ceará, quatro vezes menor que o da Paraíba, três vezes menor que o do Rio grande do Norte, Pernambuco não tem sido contemplado nos programas das obras contra as secas. Quem o reconhece e quem o proclama é o próprio Sr. José Américo, no relatório que acabamos de considerar. Escreve a esse respeito S. Ex. :

“Pernambuco nunca participou, diretamente, do programa federal de obras contra as secas. O Governo da União cogitou, de preferência, beneficiar os três Estados mais sofredores, e em seguida, parte do Piauí, o nordeste da Bahia e outras regiões menores dos demais Estados do nordeste. É assim que, em um período de dezoito anos, que decorre de 1911 a 1929, foram apenas construídos em Pernambuco três açudes públicos, mas esses mesmos da categoria dos pequenos: “Terra Nova”, “Serra dos Cavalos” e “Malha da Pedra”.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Houve estudos e projetos de outros, cujas obras não chegaram a ser executadas. O trecho ferroviário de 33 quilômetros e 914 metros da linha Limoeiro – Umbuzeiro e, bem assim, os das estradas de rodagem, num total de 152 quilômetros, construídos pela Inspetoria nesse Estado não podem, rigorosamente, ser considerados como obras contra as secas, porque em sua maior parte, aproveitaram a uma zona privilegiada”.

Com restrições quanto ao adjetivo “privilegiada”, pois que essa região é idêntica à zona vizinha da Paraíba, objeto de cuidados minuciosos da Inspetoria. Na mais, o quadro é rigorosamente exato. Os três açudes a que se refere o Sr. José Américo tinham uma capacidade total inferior a dois milhões de metros cúbicos. Para se avaliar o que sejam, basta pensar que o Ceará tem mais de meio bilhão de metros cúbicos represados por meio de barragens construídas pela Inspetoria. As estradas construídas visavam, realmente, a conclusão do plano rodoviário da Paraíba como se poderia ler dos trabalhos executados durante o ano de 1923 (pág. 57). Nas obras de 1919 a 1924 havia 229 açudes construídos, reconstruídos, ou em construção, mas o que cabia a Pernambuco era apenas aquela migalha dos açudes já mencionados, três pequenas barragens de reduzia capacidade.

O relatório deste ano não se mostra emendado dessa velha tendência para a exclusão de Pernambuco. Das 16 obras de



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

açudagem pública que foram continuadas, vemos que assim se reparte a capacidade das represas, em metros cúbicos:

Pernambuco	14.9000.000
Bahia.....	24.6000.000
Rio Grande do Norte	125.870.000
Paraíba	334.600.000
Ceará.....	569.000.000

O Sr. Ademar Rocha – E para o Piauí, que está abrangido nas obras, nem um milhão.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho – Sem falar nos 983 milhões de metros cúbicos dos açudes até agora construídos em todo o Nordeste, sob os auspícios da Inspeção, e nos quais a percentagem de Pernambuco anda, provavelmente, abaixo de dois por cento.

A esse respeito, nada mais instrutivo do que perlongar os olhos pelas comissões dos relatórios oficiais. Em matéria de açudagem, ficava-se sistematicamente nos estudos, dilatando a construção da obra, ou condenando-a sob o argumento de que seria em demasia dispendiosa. Os estudos para o açude “Pedra” eram orçados em 235 contos para uma capacidade de 7000.000 metros cúbicos, “o que não justificava a construção desse açude”, dizia o relatório de 1920. Nesse mesmo relatório eram apresentados como estudos o açude “Flores” e o “Vira-Beijú”.

O relatório imediato continua a falar nos estudos e projetos para a construção desses mesmos açudes e de outros que vão



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
COLEÇÃO
MS
SEM

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

umentando o capítulo das intenções. E adianta alguma coisa a respeito da velha represa Triunfo, que precisava de concertos, devido a infiltrações verificadas, e que haviam aberto na barragem fendas longitudinais que iriam aumentando se não fosse executada obra de segurança. Prospectado o trabalho, verificou-se que o orçamento chegava a duzentos contos de reis. Então escreve o relatório essas palavras inacreditáveis: –

“Não justificando esse custo elevado a execução dos trabalhos, foi o respectivo projeto arquivado”.

O Sr. Gratuliano de Brito – Seria conveniente ficar registrada a data desse relatório. Estimo que V. Ex. o faça.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho – Vou mostrar, entretanto, à Câmara, em relação ao açude do Saco, junto de Vila Bela, e que é uma velha construção, obras de um sertanejo rico, que ali fez uma barragem aproveitando as condições naturais. Estudos realizados posteriormente vieram demonstrar que essa pequena barragem poderia ser elevada em sua capacidade, de um milhão a 35 milhões de metros cúbicos, com obras relativamente fáceis. Mas, Sr. Presidente, outras vezes vamos encontrar essa mesma explicação. A obra era sempre muito dispendiosa, quando se tratava de Pernambuco, por maior que fosse a carência de açudes no interior do Estado. E assim uma por uma foram sendo afastadas as propostas, para o resultado, ao tempo dessas obras, de um açude único em Petrolina com uma capacidade pouco superior a um milhão de metros cúbicos de água, esse mesmo não tendo passado das intenções da Inspeção, depois de se arrastar vários anos na encenação dos relatórios, para efeitos de atividades e de eficiência.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

PASSA A REFERIR-ME AO AÇUDE DO SACO

Para fazer idéia do desamparo em que tem ficado o sertão pernambucano, basta recordar o episódio do açude do Saco, perto da cidade de Vila Bela.

É um manancial apreciável, a 180 metros de altitude, acima do nível do rio Pajeú. As montanhas que se encarregaram de represá-lo, deixando à passagem das águas uma pequena garganta. “Fê-lo no século passado o sertanejo Braz de Magalhães, grande criador naquela região”, segundo nos conta o neto desse sertanejo, Sr. Agamenon Magalhães, na monografia que escreveu sob o título de “O Nordeste Brasileiro”. E informa ainda, a respeito dessa obra rústica: – “Uniu ele, em sua fazenda denominada “Saco”, que fica no vale da serra, dois alcantes da quebrada, com pedra e cal, e um enorme reservatório d’água ficou ali, atestando a tenacidade e o esforço de um honrado filho do sertão. A muralha que o sertanejo ergueu, com a própria rocha da serra e argamassa de cal, tem de cinco a seis metros de largura e tanta confiança depositava o homem rude em sua obra formidável, que não dez sangradouro para a evasão das águas. Nas chuvas abundantes a água extravasa, transborda pela muralha que resiste sem nenhum reparo ou conserto, até hoje, à ação das enxurradas”.

O engenheiro francês Dombre, que esteve em Vila Bela em 1874, quando observou o açude do Saco, fez sentir que bastaria elevar de um metro a muralha de pedras, com que se entulhara o desfiladeiro, para aumentar enormemente a represa quase



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

natural. A despesa seria pequena, a execução fácil, dadas as condições naturais existentes.

Os estudos do engenheiro francês foram ampliados e completados. O Sr. João Pereira Borges, num interessante trabalho, divulgado no Boletim da Agricultura de Pernambuco (tomo 1, págs. 169 e seguintes), mostrou que a barragem atual, de 15 metros de altura, represa 1.176 mil metros cúbicos de água. A barragem assenta sobre rocha viva e tem suas ombreiras em rocha aparente. Bastaria uma simples barragem-peso de pouca altura e pequeno desenvolvimento para que a capacidade do açude passasse de 1 a 35 milhões de metros cúbicos. Obra fácil e não muito dispendiosa, segundo os entendidos.

E que fez até hoje, a Inspetoria, diante desse açude da Vila Bela? Em 1921, já se referia ao açude do Saco o Sr. Arrojado Lisboa, enumerando-o entre os que haviam sido estudados e orçados pela Comissão incumbida de tais trabalhos. Ainda hoje, porém, permanece no que era em meados do século passado. Obras estudadas, ou iniciadas, que se não concluem.

O último relatório da Inspetoria, chegado à Câmara a 4 de julho próximo finda ainda menciona o açude do Saco.

“Durante o ano não houve medição de serviços.

Efetuuou-se a locação do novo eixo da barragem e também escavações na fundação existente”



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Obras de dentistas vagarosos, mudando o algodão e dilatando sempre o prazo para a efetivação do serviço. Obras de Santa Engracta, a padroeira da Inspetoria, em tudo que se refere a Pernambuco...

O Sr. Gratuliano de Brito – Permita-me V. Ex. aparte. Não estou bem lembrando do caso do Açude do Saco mas como tive o prazer de visitar esse açude em companhia do Sr. Ministro José Américo e do Inspetor das Secas, talvez possa ser útil a V. Ex., informando que o aumento dessa barragem havia sido enfrentado pelo Governo do Estado de Pernambuco quando a Inspetoria de Secas resolveu tomar a si a realização da obra. Ocorre, porém, se não me falha a memória, uma circunstância que perturbou um pouco a celeridade dos serviços. Parece que o Governo do Estado, com aquele intuito de construir a barragem havia celebrado um contacto e as delongas da rescisão desse contacto determinaram o retardamento na intensidade da construção.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho – O Deputado João Cleofas era, a essa tempo, Secretário da Agricultura e poderá demonstrar a V. Ex. as dificuldades com que lutou o Governo do Estado para chegar à conclusão dos serviços não por sua culpa. É assunto que V. Ex. poderá abordar para ser esclarecido em outra oportunidade.

O Sr. Oswaldo Lima – A barragem do Saco, como testemunhou o nobre Deputado que acaba de apartear, é um ridículo de barragem, pois não terá talvez vinte metros de extensão.

O Sr. Gratuliano de Brito – Tem muita altura.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

O Sr. Oswaldo Lima – Não tem tanta. Não vai além de cinco metros.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho – No relatório deste ano, na parte concernente a postos agrícolas e reflorestamento, vemos que o próprio encarregado do serviço reconhece, realmente, o descaso com que é tratado Pernambuco. “Não obstante todos os nossos esforços e desejos, diz ele, não conseguimos realizar em Pernambuco trabalho de certo vulto”. Todos os outros Estados já possuem diversos postos agrícolas, no sertão. Pernambuco não tem ainda nenhum. Cogitou-se de aproveitar, para esse fim, a fazenda do Saco, o “Sr. inspetor de Secas resolveu instalar oportunamente à margem do S. Francisco um estabelecimento dessa natureza, no qual será aproveitado todo o material que se destinava ao posto, que se projetava junto daquele açude. Aguardamos, pois, essa oportunidade, a fim de realizar no Estado de Pernambuco um trabalho correspondente ao que a Comissão tem efetuado nos demais Estados do nordeste”.

Sempre e sempre a inferioridade de Pernambuco, naquilo que se refere ao capítulo melancólico da assistência da Inspetoria, que tudo reserva para os outros Estados, negando ao sertanejo de minha terra as obras a que ele tem direito, as obras que lhe são devidas pela Nação brasileira. Que valerá a Constituição na idéia de auxílio permanente contra as secas, se não puder corrigir a iniquidade dessa distribuição de serviço?



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
SEM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

SEM O PENSAMENTO DA EXCLUSIVIDADE

Justificada a necessidade da constituição de uma comissão especial, para regulamentar os dispositivos da Carta de 16 de Julho, concernentes à defesa contra os efeitos da seca, entendi que não devia deixar passar a oportunidade sem insistir na injustiça que se vem fazendo ao sertão de Pernambuco.

Não me anima nenhum intuito de hostilidade, nenhum sentimento de acrimônia. Não viso atacar a Inspetoria. Até mesmo reconheço que de 1932 para cá se vem alterando o que se poderia denominar a obsessão de excluir Pernambuco dos benefícios daquelas obras. Faço inteira justiça neste momento, à perfeita isenção de ânimo e ao espírito de equidade do Ministro Marques dos Reis.

O que eu objetivo, com essas palavras, é apenas combater a tese que nos apresenta Pernambuco fora área das secas, pois que dentro dessa mentalidade todas as obras concedidas ou serão insignificantes, ou serão favores, quando temos direito a reclamar uma assistência, à medida das necessidades e sofrimentos do sertão pernambucano.

E se assim falo Senhores, é que vi de perto o sacrifício de meus conterrâneos. Observei a escassez dos recursos com que contavam, para enfrentar as dificuldades de uma peleja aleatória. Atravessei o leito claro e seco dos rios periódicos. Vai a falta d'água por toda parte; o número reduzido de açudes, todos eles pequenos e precários; vi a cultura de vazante, a criação incerta e difícil, e a pobreza emborcando todos os lares, pois que



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

lhe não é dado vencer aquela natureza, no desamparo em que tem vivido o sertão. E o espetáculo me confrangia tanto, nessa dissolução infinita, que não sei se não se foram cravando no coração, ao longo da viagem melancólica, os espinhos agudos das cactáceas do sertão.

Assumi, desde aquele momento, o dever de bater-me pelo sertão de minha terra. Aqui me encontro, fiel direi apenas a minha palavra, mas ao meu sentimento e à justiça da causa que me defendo.

Não desejo, todavia, que sejam recebidas as minhas palavras como inspiração regional, como atitude de exclusivismo. Ao contrário, quero daqui proclamar que de um a outro extremo, das chapadas do Piauí ao nordeste baiano, o sertão é um só. A sua fronteira é o sofrimento. E a calamidade que levanta em torno dele os marcos sinistros de aflição.

Creio que somente assim, elevando-me acima de preocupações regionais, poderei corresponder à nobreza da causa que ora defendo reivindicando os direitos de todo o sertão sem admitir, entretanto, zonas de fartura e de riqueza ali onde o flagelo aprofundou as suas pegadas indeléveis. Somente sob o prestígio de tão pura bandeira me baterei, embora não possa dissimular na minha voz, Senhores, aquela comoção profunda, que o sofrimento e a bravura do sertão pernambucano deixaram na minha alma, com a epopéia dos heroísmos tranquilos e obscuros. (palmas. O orador é cumprimentado).



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Durante o discurso do Sr. Barbosa Lima Sobrinho, o Sr. Euvaldo Lodi, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pereira Lira, 1º Secretário, e novamente pelo Sr. Euvaldo Lodi, 2º Vice-Presidente.

O Sr. Presidente – Tenho sobre a mesa vários requerimentos, que vão ser lidos.



Banco do Nordeste



O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO FUNGT-UN ROSADO

COLEÇÃO MS MOSSOROENSE



UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Outros documentos: Anais da Câmara dos Deputados
10º Vol.

Assunto: Exploração de terras/ Obras Secas

Data: 3 a 6 de Agosto de 1936

Fichário: Teresa

Passa-se à matéria constante da ordem do dia.

Votação do projeto nº 355–A, de 1935, (primeira legislatura), dispondo sobre a exploração sistemática das terras beneficiadas pelas obras contra as secas; com parecer favorável da Comissão Especial de Estudos das Obras do Nordeste (2ª discussão).

O Sr. Presidente – Vou submeter a votos o projeto.

O Sr. Café Filho – (Para encaminhar a votação) – Sr. Presidente, o projeto cuja votação V. ex. anuncia, dispõe sobre a exploração sistemática das terras beneficiadas pelas obras contra as secas e tem parecer favorável da Comissão Especial de Estudos das Obras do nordeste.

Tenho para mim, Sr. Presidente, que no ano vigente nada podíamos deliberar sobre o serviço de secas, visto que, até hoje, decorrido o primeiro semestre de 1936, ainda não foi cumprida uma disposição constitucional que obriga o Poder Executivo a enviar à Câmara dos Deputados.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO
MS
SEM

MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

O Sr. Mato Lima – Sob pena de responsabilidade.

O Sr. Café Filho – ... sob pena de responsabilidade, como muito bem acentua meu nobre colega, Sr. Mota Lima, o inventário dos serviços realizados no Nordeste.

O Sr. Rui Carneiro – O relatório da Inspeção já veio à Câmara dentro do prazo determinado pela Constituição.

O Sr. Café Filho – V. Ex., com o seu aparte, adiantou as minhas palavras.

Sei, por informação de V. Ex., que os relatórios dos serviços de secas, realizados no Nordeste, já passou pela Câmara dos Deputados.

Acontece, porém, Sr. Presidente, que não temos conhecimento desse relatório, o qual depende de publicação no órgão do Poder Legislativo, onde ainda não apareceu, até hoje, apesar do excelente aparelhamento de que dispõe a Imprensa Oficial.

Continuamos legislando, no presente ano, sem saber, em absoluto, o que a Inspeção de Obras contra as Secas fez no ano de 1935; sem conhecer a aplicação das verbas orçamentárias; sem ter conhecimento do emprego dado pela Inspeção a todos os créditos votados; sem estar inteirados de quais os açudes construídos, de quais as obras continuadas; enfim, de qual plano de obras contra as secas para o ano de 1936.

Encontramo-nos, portanto, Sr. Presidente, em completa ignorância do que se está fazendo no Nordeste, e isso com flagrante desrespeito do dispositivo constitucional.

E porque nos encontramos votando determinação sobre plano de secas, lembrei-me de vir à tribuna renovar o meu “ca-



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

vaco”, acerca de fato que tão de perto fere as boas normas administrativas.

Mas não é somente isso. Sr. Presidente: já que votamos o projeto mandando elaborar plano de obras contra as secas para os Estados alcançados pela calamidade da estiagem, quero, desta tribuna, fazer um protesto, afim de que ele chegue às autoridades administrativas, para que dele tenha conhecimento o Sr. Presidente da República. Tal protesto diz respeito ao que se passa nos Estados do Norte e, particularmente, naquele que represento nesta Casa. É o seguinte: V. Ex. sobe que ao se construir um açude na região determinada pela Inspetoria de Obras contra as Secas, uma vasta zona é ocupada não só pelo reservatório d’água como uma faixa de terreno indicada por aquela Inspetoria. Essa zona, quase sempre é compreendida por terras de particulares; o açude é construindo nessas terras, que pertencem, muitas vezes, a pequenos proprietários.

A Inspetoria indeniza tais terras, no que procede perfeitamente e do que possa dar testemunho, assim como também o podem os meus nobres colegas representantes dos Estados nordestinos. Ocorre, todavia, que, quanto aos proprietários das terras ocupadas pelo açude “Lucrecia”, no município de Martins, no Estado do Rio Grande do Norte, não foram eles ainda indenizados e isso pela simples circunstância de serem proprietários pobres, pequenos proprietários.

O Sr. Martins Veras – V. Ex. poderá acrescentar açude “Morcego”.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO

COLEÇÃO
MS
SEM

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

O Sr. Café Filho – o nobre colega Sr. Martins Veras acrescenta os proprietários de terras ocupadas pelo açude “Morcego”.

Ora, Sr. Presidente, vê V. Ex. que tenho de servir-me da oportunidade para acentuar o fato, levando-o ao conhecimento dos Srs. Ministro da Viação e Presidente da República, afim de que a justiça alcance a todos, de modo a não ficarem prejudicados os proprietários de terras ocupadas pelos açudes “Morcego”, no meu Estado e “Lutecia”, na Paraíba.

O Sr. Ruy Carneiro – O Inspetor de Obras contra as Secas informou-me no ano passado, que a Inspetoria estava tratando de indenizar as terras ocupadas pelos açudes. Essa informação foi-me prestada pelo próprio Inspetor, a propósito de cartas que recebi, da Paraíba, de interessados que reclamam a indenização das suas terras.

O Sr. Café Filho – Registro com satisfação o aparte do nobre colega, com os meus votos, afim de que se concretize a ação da Inspetoria.

Vou concluir, Sr. Presidente, até porque o tempo não me permite demorar em considerações.

Há, porém, outro fato de certa gravidade a tratar, e que se passa nos Estados nordestinos, particularmente no meu.

A Inspetoria de Obras contra as Secas, realizando os seus trabalhos, costuma emitir vales a comerciantes fornecedores dos operários e empregados da Inspetoria. Esses vales estão correndo, no meu Estado, sem resgate.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Desejava eu examinar o inventário de serviços da Inspetoria e positivar qual o saldo dessa repartição, para certificarme se há verba para pagamento desses vales, ou se ficarão no desembolso dessas quantias aqueles que, por sua economia privada, estão concorrendo para a realização de serviços públicos.

O Sr. Mota Lima – É mais uma emissão sem fundo.

O Sr. Café Filho – É como acentua o nobre colega, emissão sem fundo, irregularíssima, que só se justificaria pelo retardamento da distribuição de créditos à Inspetoria.

Não sou intransigente no combate a essa Inspetoria e levo em conta as dificuldades das repartições distribuidoras de créditos a emergência da emissão de vales aos fornecedores.

Já agora, porém, o que nada justifica é que, passado o exercício, continuem sem resgate pequenas papeletas, pequenos retalhos de papel, que só valem para a Inspetoria

Estão empregadas nisso, talvez, centenas de contos de réis, à custa e por conta do serviço de secas. Devemos estar lembrados, Sr. Presidente, particularmente eu, que represento um pequeno Estado da Federação, que aqui votamos, se me não engano, o ano passado, verbas vultosas que pesaram consideravelmente no orçamento da República, para atender a emissões semelhantes a essas, feitas não em razão de serviços públicos mas de guerra civil, nos Estados de S. Paulo e Rio Grande do Sul.

Quero para minha terra, para Estados nordestinos, no resgate de vales, a mesma presteza com que foram liquidados os



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

emitidos durante os movimentos revolucionários de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O Sr. Diniz Junior (Para encaminhar a votação) – Sr. Presidente, foi justamente quando se discutia este projeto que tive oportunidade de tratar da economia algodoeira.

A atitude por mim então tomada, os nobres colegas bem a conhecem. Relativamente a ela, recebi, ontem, o seguinte telegrama, assinado pelo Dr. Orlando Prado, que representa, na questão, exatamente, a economia algodoeira:

“A V. Ex.. cujo patriotismo e invulgar coragem cívica os brasileiros muito admiram”..

Grato a S. Ex.

“... o Sindicato de Usineiros Paulista, o Sindicato dos Beneficiadores de Algodão e o Centro de Exportadores de Algodão de São Paulo apresentam efusivos agradecimentos e aplausos pela atitude de defesa dos interesses algodoeiros periclitantes. Saudações cordiais. – Orlando Prado”.

Nesta altura, Sr. Presidente, não querendo gabar-me da presteza com que procuro atender aos assuntos sérios nesta Casa, precisamente os que condizem com os reais interesses do meu País, valeira a pena aludir àquelas duas espécies de política



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

a que se reporta Jules Simon – uma que, recusando-se às transações, às medidas, vai diretamente ao seu objetivo, jusqu’au bout; a outra, apelidando-se a si mesma de “sabiá”, que se envaidece de fazer, a propósito, todas as concessões convenientes. À primeira vez deve chamar-se uma “doutrina”, à segunda, quando muito, se poderá dar o nome de “habilidade”.

Sr. Presidente, estou com a primeira dessas políticas. (Muito bem; muito bem).

Em seguida são aprovados, sucessivamente, os seguintes artigos do

PROJETO

N. 355-A – 1935

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a organizar um plano de exploração sistemática das terras servidas pela irrigação de açudes públicos na zona assolada pelas secas, compreendendo:

- a) a fundação de cooperativas agrícolas de produção entre os proprietários, ou arrendatários de terrenos sitos na bacia de irrigação;
- b) a prestação, na forma das leis em vigor, de assistência técnica e financeira a essas cooperativas;



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE
EM

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

- c) a aplicação de métodos de irrigação de cultura que concorram para a conservação da fertilidade das terras.

Art 2º Os proprietários de açudes particulares construídos ou não com auxílio da União poderão gozar das vantagens concedidas nesta lei, desde que se submetam às normas adotadas pelas cooperativas.

Art. 3º O Poder Executivo poderá entrar em entendimentos com as administrações estaduais para organização e fiscalização das cooperativas a que se refere a presente lei.

Art. 4º Revogam-se disposições em contrário.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
MS
MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

Outros documentos: Anais Câmara dos Deputados –
13 Vol.

Assunto: construção do Açude Piranhas- Pb

Data: Sessão de 21 a 27

Fichário: Teresa

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 6 – 1936

Aprova o contrato celebrado entre a Inspeção Federal de obras contra as Secas e o engenheiro Sylvio Aderne, para dirigir os trabalhos de construção do açude público “Piranhas”, no Estado da Paraíba.

(T. Contrás, 25 de 1936)

O Tribunal de Contas recusa registro ao contacto celebrado peal Inspeção Federal de Obras contra as Secas, com o engenheiro Sylvio Aderne, para dirigir os trabalhos de construção do açude público os trabalhos de construção de açude público “Piranhas”, no Estado da Paraíba.

Na cláusula quarta do contato estabelece-a a remuneração de dois contos e quatrocentos mil réis mensais e concede-se o direito a diárias de trinta mil réis, despesas de passagens e transporte de bagagens, quando o contratante em objeto de serviço se ausentar de sua sede.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

O Tribunal de Contas recusa registro ao contrato por impugnação a esta cláusula que não ressalva a possibilidade de ser excedido o máximo de três contos considerados como limite de honorários para contratados; de conformidade com o decreto número 19.726, de 20 de Fevereiro de 1931, art. 41.

A Comissão da Tomada de Contas interpreta diversamente do Tribunal este art. 41, considerando como: “honorários” exclusivamente os vencimentos ou estipêndios que correspondem ao desempenho de determinado serviço. Podem, em verdade, os honorários não se cingir a um vencimento mensal prefixado, como sucede com a parte variável do subsídio dos Deputados, o que se poderá supor estar em causa, no presente contrato. De fato, o contratante vai exercer função técnica e os seus honorários poderiam estar sujeitos a uma tabela diferencial de remuneração diária, de acordo com a importância dos serviços que prestasse. Mas, no caso vem expressamente designada a palavra “diárias”, com a explicação devida e precisa, de corresponder a afastamento do contrato de sua sede, em objeto de serviço, e não há como fugir ao art. 396 do Reg. do Código de Contabilidade.

Ai se prescreve que “as diárias se destinam, em geral, a indenizar as despesas extraordinárias de alimentação e pousada que o funcionário é obrigado a fazer nos dias em que se desloca para lugar afastado da sua sede permanente”, etc.

É precisamente o caso atual, na forma consignada pela cláusula 4ª, não vendo a Comissão de tomada de Contas que se



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

não possa estender a contratados o que o Código de Contabilidade define, em termos gerais, para os funcionários públicos.

Por outro lado, expressamente se declara na cláusula 2ª, que o contratante terá sede na região do serviço, o que importa dizer que as diárias não são uma forma disfarçada de vencimentos. Nesse sentido e para maior segurança do suposto, a Comissão de Tomada de Contas requisitou do Ministério competente, a determinação precisa da sede em cidade, vila ou localidade, conforme requer o Código de contabilidade e teve em resposta que a mesma é fixada no próprio local do açude no município de São João de Piranhas, no Estado da Paraíba. Pelo que a Comissão considera o contrato de acordo com os preceitos legais, e propõe o seguinte projeto de resolução:

Art 1. 1ª Fica aprovado o contrato celebrado entre a Inspetoria Federal de Obras contra as Secas e o engenheiro Sylvio Aderne, na data de 5 de Marco do corrente ano, para dirigir os trabalhos de construção do açude público de Piranhas, cumprindo ao Tribunal de contas fazer o competente registro. – Morais Paiva, Presidente. – Aldo Sampaio, Relator. – Moacyr Barbosa Soares. – Arnaldo Bastos. – Frederico Wolffenbuttel. – Francisco Gonçalves. – Damas Ortiz, com restrição – Ubaldo Ramalhete.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Outros documentos: Anais de Câmara dos
Deputados – 13º vol.

Assunto: Regulamento IFOCS construção do Açude
Piranhas

Data: Sessão de 21 a 27 de agosto de 1936

Fichário: Teresa

LEGISLAÇÃO CITADA

Decreto n. 19.726, de 20 de Fevereiro de 1931

Aprova o regulamento da Inspetoria Federal de
Obras Contra as Secas

Art. 42 do Regulamento citado – Para os serviços que exigem aptidões especiais, o ministro poderá contratar técnicos, por tempo não superior a quatro anos, com os honorários máximos de três contos de réis (3.000\$000).

ANEXO

Inspetoria Federal de Obras contra as Secas - Secção Central

– Termo de contrato celebrado entre o
Governo Federal da República dos Estados
Unidos do Brasil e o engenheiro Sylvio Aderne,
para dirigir os trabalhos de construção do



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FRANCISCO JOSÉ DA COSTA BARROS**
**MS
SEM**

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

açude público “Piranhas” no Estado da Paraíba.

Aos cinco dias do mês de Março de mil novecentos e trinta e seis, presentes, na secção central da Inspeção Federal de Obras contra as Secas, á Avenida Barão de Teffé número sete, Distrito Federal, o respectivo encarregado do Expediente, engenheiro Francisco José da Costa Barros, por parte do Governo Federal da República dos Estados Unidos do Brasil, devidamente autorizados pelo Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, conforme consta do ofício número seiscentos e cinquenta e oito da Diretoria Geral de Contabilidade, comissão de Estatística, datado de vinte e um de Fevereiro do corrente ano, e o engenheiro Sylvio Aderne, representado pelo seu procurador Jair da Costa e Silva, do comércio, brasileiro, solteiro, residente à rua Lavradio número cento e oitenta e oito, nesta cidade, conforme procuração arquivada nesta secção, acordaram, tendo em vista a minuta deste contrato previamente aprovada pelo mesmo Sr. Ministro, o seguinte:

Cláusula primeira – A Inspeção Federal de Obras contra as Secas, em face do que estabelece o artigo quarenta e um do regulamento aprovado pelo decreto número dezenove mil setecentos e vinte e seis, de vinte de Fevereiro de mil novecentos e trinta e um, contrata o engenheiro Sylvio Aderne, que, em seguida, será denominado – contratante – para dirigir os trabalhos de construção do açude público “Piranhas” no Estado da Paraíba.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Cláusula segunda – O contratante, que terá sede na região do serviço e domicílio legal no Distrito Federal, ficará sujeito ao regulamento citado na cláusula primeira, em todas as disposições que lhe forem aplicáveis, a juízo do inspetor federal de Obras contra as Secas, ao qual fica diretamente subordinado e obriga-se a dirigir os trabalhos de construção do açude público “Piranhas”, no Estado da Paraíba.

Cláusula terceira – O contratante ficará responsável, na forma de legislação em vigor, pela guarda e conservação do material que receber para o desempenho de suas atribuições, indenizando a Inspeção pelo que se inutilizar ou extraviar, por culpa sua durante a vigência deste contrato.

Cláusula quarta – o Contratante receberá, como remuneração de seus serviços, a mensalidade de dois contos e quatrocentos mil reais (2:400\$000), a partir da data do registro deste contrato pelo Tribunal de Contas, e terá direito à diária de trinta mil reais (30\$000), além de passagem e transporte de sua bagagem, quando se ausentar de sua sede em objeto de serviço, por ordem do inspetor, e, também, gozará férias e licenças, de conformidade com as concedidas aos funcionários públicos federais.

Cláusula quinta – o presente contrato terá duração desde a data do registro, a que se refere a cláusula quarta, até o dia trinta e um de dezembro do corrente ano, não se responsabilizando o Governo por indenização alguma, se o registro for denegado.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Cláusula sexta – Este contrato poderá ser rescindido, em qualquer época, por iniciativa do Governo, sem direito a qualquer reclamação ou indenização caso se tornem desnecessários os serviços do contratante, ou se, por sua deliberação este não quiser continuar com o serviço.

Cláusula sétima – A despesa prevista na cláusula quarta correrá por conta da verba oitava – Defesa contra os efeitos das secas dos Estados do Nordeste: a) Inspetoria de Obras Contra as Secas – Consignação I – Sub-consignação dois, alínea b, do Orçamento Geral da despesa do Ministério da Viação e Obras Públicas para o exercício de mil novecentos e trinta e seis, já tendo sido feito o respectivo empenho na escrituração da Tesouraria desta repartição.

Cláusula oitava – Durante a vigência deste contrato não poderá o contratante exercer outra função remunerada pelos cofres públicos federais, estaduais ou municipais, sob pena de ser este imediatamente rescindido.

Cláusula nona – O presente termo está isento de pagamento do selo proporcional, cobrando-se apenas a taxa de duzentos réis por linha, de acordo com o vigente regulamento do selo. E firmeza e validade do que acima fica estipulado lavou-se em livro especialmente destinado a este fim e que contém as formalidades exigidas no artigo setecentos e oitenta e três do Regulamento Geral de Contabilidade da União, este termo, que, lido, conferido e achado conforme, segue assinado pelas partes contratantes já mencionadas, pelas testemunhas, Nilo Magalhães de Sousa Martins e Francisco Guimarães Ferreira, funcionários



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

desta inspetoria, e por mim Edgard Dias de Moura, que o escrevi, digo, desenhista de segunda classe da mesma inspetoria, que o escrevi e assino. Rio de Janeiro, cinco de Março de mil novecentos e trinta e seis. – Francisco José da Costa Barros. – P.p., João da Costa e Silva. Como testemunhas: Nilo Magalhães de Sousa Martins, 1º escriturário. – Francisco Guimarães Ferreira, 2º escriturário. – Edgard Dias de Moura, desenhista de 2º classe. Está conforme. – Edgard Dias de Moura, desenhista de 2º classe. Visto. – Cl. Figueira, secretário da Inspetoria.

(Do Diário Oficial, de 6 de Março de 1936, pág. 4.867).

Termos de contrato – Ministério da viação e Obras Públicas – Inspetoria Federal de obras contra as Secas – Secção central – Retificação da parte final do contrato publico do Diário Oficial, de 7 do corrente, página número 4.867:

Cláusula nona – O presente termo está isento de pagamento do selo proporcional, cobrando-se apenas a taxa de duzentos réis por linha, de acordo com o vigente regulamento do selo. E, para firmeza e validade do que acima fica estipulado lavrou-se, em livro especialmente destinado a este fim e que contém as formalidades exigidas no artigo setecentos e oitenta e três do Regulamento Geral de Contabilidade da União, este termo, que, lido conferido e achado conforme, segue assinado pelas partes contratantes já mencionadas, pelas testemunhas, Nilo Magalhães de Sousa Martins e Francisco Guimarães Ferreira, funcionários desta inspetoria, e por min. Edgard Dias de Moura,



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

desenhista de segunda classe da mesma Inspetoria, quer o escrevi e assino. – Rio de Janeiro, cinco de Março de mil novecentos e trinta e seis. – Francisco José da Costa Barros, Jair da Costa e Silva. Como testemunhas: Nilo Magalhães de Sousa Martins, primeiro escriturário. Francisco Guimarães Ferreira, segundo escriturário. Edgard Dias de Moura, desenhista de segunda classe. Estavam coladas e devidamente inutilizadas, estampilhas federais no valor total de vinte e três mil e seiscentos réis (23\$600), bem como um selo educação e saúde do valor de duzentos réis (\$200). Está conforme. – Edgard Dias de Moura, desenhista de segunda classe. Visto. – Cl. Figueira, secretário da Inspetoria.

Vai a imprimir o seguinte



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Outros documentos: Anais da Câmara dos Deputados
– 12º Vol.

Assunto: Sessões

Data: 13 a 20 de agosto de 1936

Fichário: Teresa

O Sr. Presidente – Tem a palavra o Sr. Deputado Xavier de Oliveira.

O Sr. Xavier do Oliveira – Sr. Presidente, a civilização do café, substituindo a velha e tradicional civilização brasileira – a da cana de açúcar – arrastou para este lado do País a hegemonia da Nação.

Como resultante natural, simples fenômeno de geopolítica, de política da terra, de política econômica, para cá, igualmente, se deslocou o primado político do País, fato razoabilíssimo, que sucede com os Estados federados da União Brasileira, como poderia suceder, naturalmente, com Estados independentes em suas relações econômicas uns com os outros.

Lateralmente a essa observação, fácil de ser percebida por quem quer que estudo o fenômeno em sua simplicidade palpável, nem mesmo o caso da borracha, acidental, nos primeiros tempos da República, pode obstar, de qualquer forma, a marcha natural, de norte a sul, do que chamei hegemonia econômica e, correlativamente, a hegemonia política do País. Cedo, o inglês, inteligente e prático, nos arrancou o primado da produção da preciosa hevea e, assim, ela quase não influiu na evolução econômica do norte ou do País.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Sr. Presidente, a essa situação de fato, que no último quartel do Império se verificou no norte da Republica, pode bem ser adicionado aquilo a que chamarei o fenômeno nordestino, no sentido climático, com a ausência ou diminuição das chuvas, ocasionando as crises periódicas que, como uma fatalidade biológica, tem, de séculos, atingido aquela parte do território nacional. Direi que a este fenômeno da decadência econômica evidente do Norte em relação ao Sul, ou mais precisamente, a São Paulo, se pode ajuntar o fenômeno nordestino, no sentido climático da expressão, a periodicidade das crises de estiagem, a ausência ou diminuição das chuvas naquele trecho do País.

O fenômeno é alarmante – doloroso mesmo, melhor poderia dizê-lo. E um grande homem de Estado, “doublé” do homem de alta cultura, o ex-Presidente da Republica, Sr. Epitácio Pessoa, o qualificou de crime nacional.

Realmente, Sr. Presidente, esse crime se verificou e se projetou através da história, durante longos anos, sem que nenhuma medida fosse tomada, no intuito de atenuar os seus efeitos, assim no terreno político e econômico como no terreno eugênico, social e moral, quiçá de conseqüências desastrosas mais profundas. Esse crime se veio praticando pela historia além, durante séculos, sem que nenhuma medida eficiente de governo se houvera tomado, para diminuir as suas conseqüências dolorosas, até 1909, até o governo do saudoso estadista Sr. Nilo Peçanha, tendo então, como Ministro da Viação, esse outro grande espírito brasileiro, eminente homem de Estado, o pranteado Dr.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Francisco Sá, cuja obra política e administrativa ainda não foi suficientemente louvada nesta Casa.

Objetivada uma clareira na pública administração, pelo espírito daquele grande vulto de político e de estadista, que foi, inegavelmente, Francisco Sá, se fez uma realidade, imediatamente, a Inspeção Federal de Obras contra as Secas.

Infelizmente, os governos que se sucederam ao de Nilo Peçanha, puseram o problema um pouco de lado, não apreendendo, de imediato, a grandeza, os aspectos diversificados que nele se consubstanciavam e este fato se observou até o advento do governo do Sr. Epitácio Pessoa que, com patriotismo elevado e com sabedoria – digamos assim – ajudado pelo seu Ministro da Viação, Dr. Pires do Rio, grande técnico e grande conhecedor do assunto, lançou o problema em bases estáveis e lançou-o com felicidade, naquela hora, perante a opinião pública nacional, que então, o aceitou de bem grado.

Portador do pensamento do governo do eminente Sr. Epitácio Pessoa, no Congresso Federal, foi o preclaro Dr. Sampaio Correa, que, desde antes, já conhecia o assunto, de visu e de observação, por ter prestado bons serviços no Nordeste Brasileiro, aí por 1904. S. Ex. que era, então – como continua a ser ainda agora – nordestino de coração, apresentou, no solo do Congresso Nacional, um trabalho importantíssimo a respeito, trabalho sobre o qual, até certo ponto, repousam ainda, neste momento, as linhas gerais, as diretrizes principais da obra grandiosa que ora ali se vai realizando.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Entretanto, Sr. Presidente, os governos que se seguiram ao do Sr. Epitácio Pessoa não dispensaram ao problema a mesma atenção. Em relação ao imediato, o do eminente Sr. Arthur Bernardes – este principalmente – o que se verifica é que, infelizmente, desgraçadamente, ao eminente homem público que então presidia os destinos do Brasil não lhe doeu a consciência nem tão pouco tremeu a mão, ao assinar o decreto que acabou o organismo destinado a redimir o Brasil daquele “crime nacional”, na expressão do Sr. Epitácio Pessoa, ao extinguir aquilo que, no governo anterior, tinha sido chamado - nome que ainda hoje conserva na própria Constituição brasileira – “Caixa das Obras contra as Secas”.

O governo que sucedeu ao do Sr. Arthur Bernardes – o do Sr. Washington Luiz – não trouxe mudança notável na orientação seguida pelo seu antecessor. De maneira que, Presidente, em 1930, com o advento da ditadura, a Nação encontrou o problema das obras contra as secas inteiramente desmoralizado perante a opinião pública.

Desmoralizado – é bem a expressão, porque, tanto no juízo geral do povo, senão também nos dos próprios homens do governo aquela repartição tinha descido de tal forma nos processos de administrar e era tão grande o descaso que por ela manifestavam os governos ao do Sr. Epitácio Pessoa que, pode-se dizer, a Inspeção de Obras Contra as Secas constituía como que um órgão desprezado e repudiado pela opinião sensata de toda a nação brasileira.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

O Sr. Demócrito Rocha – V. Ex. dá licença para um aparte? Não tive a felicidade de ouvir as primeiras palavras proferidas por V. Ex., quanto ao problema das secas. Presumo, porém, que V. Ex. tenha apontado, como um dos fatores primordiais da desmoralização daqueles serviços, a entrega dos mesmos a empresas de engenharia estrangeiras, notadamente às firmas Dwyght & P. Robinson e Horthon Griffiths, que consumiram somas fabulosas e nos apontaram – a nós nordestinos – aos olhos da nação como um sorvedouro de dinheiros públicos que nada produziam.

O Sr. Xavier de Oliveira – V. Ex. diz, analiticamente, aquilo que eu pretendia deixar subentendido, porque penso não nos sobra mais tempo para desenterrar mortos. O organismo que então existia morreu e não devemos ressuscitá-lo nesta hora.

Sr. Presidente, feita esta exposição, preliminar e falha de debate, que a hora não me permite abordar, quero dizer que considero o maior milagre do Governo ditatorial, iniciado em 1930, a obra realizada pelo grande Ministro da Revolução, o Sr. José Américo – a reabilitação da Inspetoria de Obras Contra as Secas perante a opinião pública nacional.

Quero acentuar bem, Sr. Presidente, que somente o espírito de um homem que tem o dom – posso assim dizer – intrínseco em sua própria personalidade, de acertar, com o patriotismo que lhe é inato, e que o tornou, afinal um grande benfeitor destes Pais, pelos serviços relevantes que lhe tem prestado, somente um homem em que sobejam qualidades tais poderia, naquela oportunidade, fazer dissipar a desconfiança que pesava sobre



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

aquele organismo da pública administração, e reacreditar perante a consciência nacional tudo aquilo que se convencionou chamar o “problema do nordeste”.

Quero, ainda, assinalar que, completando sua obra humana e brasileira, S. Ex. deu o segundo passo do governo ditatorial daquela emergência difícil, enfrentando o problema da assistência integral – e quero que esta expressão – “assistência integral” – seja tomado no mais estrito sentido que possa ter – a centenas de milhares de brasileiros, durante as crises climáticas prementes e dolorosas que se assolaram aquela parte da Federação durante os anos de 1931, 1932 e 1933.

O prodígio da sua administração, nesse particular, foi a ponto de não ter o serviço de emergência, que S. Ex. foi obrigado a criar, com fins de assistências propriamente ditos, danificado a obras de conjunto que se propusera realizar, no terreno econômico, desde os primeiros dias da sua investidura na pasta que, em boa hora, lhe confiou o Sr. Getúlio Vargas, a quem, realmente, em verdade verdadeira, o nordeste deve quase tudo o que ali se vem fazendo para a sua redenção. Sabem disso quase todos os Deputados nordestinos, que aqui me dão o honra de ouvir-me.

De tal jeito, Sr. Presidente – e ainda agora o reafirmo com desvanecimento – que nem foi desviada a atenção do grande administrador do plano de conjunto que se traçara desde os primórdios da suas gestões, relativamente aos grandes sistemas de açudagem que devia realizar, os quais ainda hoje são pedras angulares dos trabalhos executados desde 1931. São eles consti-



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

tuídos pelos sistemas do Acaraú e do Jaguaribe, no Ceará; pelo do Alto Piranhas, na Paraíba; e pelo do baixo Piranhas ou Açu, na Paraíba e no Rio Grande do Norte.

Tampouco foram esquecidos os outros Estados, que até então se haviam mantido quase totalmente à margem da ação da Inspetoria. Assim, estudos preliminares e serviços de emergência começaram a ser realizados no Piauí, em Pernambuco, em Alagoas, Sergipe e Bahia.

Por tudo isso, Sr. Presidente, é que julgo correr-me o dever de afirmar que a maior obra do Governo da Revolução, e do atual Governo da República, é, sem contestação possível, a que ora se vai realizando no nordeste. Afirmo-o como brasileiro e como nordestino, perante esta Câmara e perante a opinião pública nacional. Seus reflexos inevitáveis, no seio da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, trouxeram até um sentido novo da unidade da Pátria, de brasilidade bem compreendida e de nacionalidade bem orientado, irmanando em torno de um mesmo ideal todos os que tivéramos a honra de fazer parte da grande e notável Assembléia política.

Foi um momento histórico aquele em que o Brasil inteiro, de Norte a Sul e de Leste a Oeste e pelos seus mais lídimos representantes, consagrou, numa unanimidade tocante – e por que não dizer? – comovente, para nós, os nordestinos que ali estávamos, no pacto político que votávamos e que, hoje, dirige, fundamentalmente, os destinos do País, o início constitucional que veio, realmente, redimir a Nação do crime secular que praticava contra o Nordeste.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Sr. Presidente, nessas três etapas principais se resumem os trabalhos ali realizados pelo atual Governo e que eu, nordestino sincero e apaixonado do meu rincão natal, pela primeira vez, nesta Casa, estou a recordar, a fim de mostrar bem a importância real da obra gigantesca que ali se vai efetuando.

Dou meu testemunho pessoal, consequência de reiteradas observações, de que todos aqueles serviços ali marcharam com inteira e absoluta regularidade; serviços delineados no plano geral, concebido pelo primeiro Ministro da Viação do Governo ditatorial e sistematizados em dez itens que passo a expor, ou sejam: “as grandes barragens, a media açudagem, a pequena açudagem por cooperação, os poços tubulares, os canais de irrigação, os campos experimentais de policultura, o sistema rodoviário, o estudo do problema nos demais Estados nordestinos, as obras de emergência com fins assistenciais e a piscicultura, que vai sendo extensiva a todos os grandes açudes até agora construídos.”

Referir-me-ei ao primeiro e mais importante dos aspectos da questão – os açudes públicos, chamados “as grandes barragens do nordeste”. Fá-lo-ei em detalhe, porque assim o exige o assunto, e eu quero ser objetivo e realista. É assim que, até Dezembro de 1930, existiam no nordeste, construídos pelos Governos anteriores à revolução, 91 açudes, com capacidade para acumular 620.662.000 metros cúbicos de água. Hoje, existem, ali, 119 açudes, podendo recolher 1.832.136.000 metros cúbicos.

Chamo a atenção dos ilustres colegas que me ouvem, pois os algarismos são bem expressivos. Assim é que o atual



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
FINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Governo de 1931 até este momento, construiu barragens para acumular duas vezes mais água do que o poderiam fazer as existentes de 1930, ou seja 1.211.000.000 de metros cúbicos mais do que água acumulada até aquela data.

São algarismos expressivos, para os quais peço a atenção da Câmara, afim de que se veja a magnitude da obra que ali se vai desenvolvendo e que merece ser devidamente considerada pelos homens de responsabilidade na administração da coisa pública.

Outro aspecto interessantíssimo, sem esquecer a média açudagem, é o que se relaciona com os pequenos açudes por cooperação. Em 1930, havia apenas 36 desses açudes, com capacidade para 30.292.000 metros cúbicos de água; atualmente existem 115 deles com capacidade para acumular 120.155.000 metros cúbicos de água.

Quer dizer: de 1931 até a presente data, a Inspetoria construiu mais 79 pequenos açudes, por cooperação, com capacidade para 89.000.000 de metros cúbicos de água – grosso modo. São, exatamente 89.720.000 metros cúbicos; digamos, pois, mais 90.000.000 de metros cúbicos de água.

Isto significa que a Inspetoria, sob a eficiente direção desse moço e já notável engenheiro, Sr. Luiz Vieira, construiu três vezes mais açudes particulares do que os encontrou em 1930.

Repetindo: encontrou ele, naquela data, 36 açudes e tem atualmente 115 deles, com capacidade para 120.155.392 metros cúbicos de água, conforme já assinalai.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Esse o volume, ora verificado nas barragens por cooperação, e que hoje já estão entregues à exploração de particulares. São, digamos, mais 90.000.000 de metros cúbicos de água dados aos proprietários de pequenas fazendas, e que lá estão cultivando a terra e fazendo o progresso do Brasil, em igualdade de condições que em outros Estados da Federação.

Sr. Presidente, outro ponto importante do assunto de que trato é o que diz respeito ao sistema de rodovias do nordeste. Não há cifra exata da quilometragem delas encontrada em 1930, mas é certo que a Inspetoria construiu estradas tão boas, no dizer de alguns entendidos, quanto às melhores existentes em São Paulo, num total de 1.929 quilômetros de linhas tronco e de 700 quilômetros de rodovias chamadas ramais. O total da rede de rodovias do nordeste sendo calculado em 1.350 quilômetros de linhas tronco e de 1.113 quilômetros de ramais, segue-se daí que restam a construir, para completá-lo, apenas 2.421 quilômetros de linhas tronco e 413 quilômetros de ramais.

Eu poderia, Sr. Presidente, com meu testemunho pessoal, pela observação reiterada daquelas obras, dizer que também mereceram iguais cuidados os poços tubulares, desenvolvidos em quantidade regular, os canais de irrigação, os campos experimentais de policultura e, bem, assim, o estudo das obras de emergência para anos escassos como o atual, sem esquecer, sequer, a piscicultura, já começada na quase totalidade dos grandes açudes construídos até este momento, a qual, sem dúvida, terá notável desenvolvimento, como já tive oportunidade de acentuar. Entre esses açudes, poderei citar, como modelares,



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

assim para a irrigação, como pelos campos de policulturas, o “São Gonçalo”, na Paraíba, e o “Lima Campos”, no Ceará.

Devo dizer ainda que as obras, nos campos de policultura, são relativamente recentes, porque datam apenas de dois anos; e que os canais de irrigação deveriam, certamente, ter tido um desenvolvimento maior.

É crítica que faço como leigo, é verdade, mas também como homem que há cinco ou seis anos vive observando aquelas obras, com o alto sentido de patriotismo que devemos ter a respeito delas todos nós, nordestinos.

Esse aspecto do problema, entretanto, Sr. Presidente, vem realmente transformar a economia nordestina, porque as obras que ali estão sendo realizadas têm um sentido predeterminado e os recursos que sem dúvida nos dará o Tesouro, durante esses dez primeiros anos de reconstitucionalização do País, serão suficientes para que o Governo conclua o plano gigantesco delineado. Essa finalidade será obtida com serviços que já começaram a ser feitos, principalmente, com a conclusão do sistema de açudagem da Paraíba, que será completado com a barragem do Corema e do Mãe D’água, que poderão recolher um bilhão e trezentos milhões de metros cúbicos d’água e que, por assim dizer, vêm resolver, de vez, o problema de irrigação em quase todo aquele Estado. A barragem do Jaguaribe, no boqueirão do Orós, é porém, a obra ciclópica da Inspetoria, e cujo ataque não deve ser retardado por mais tempo. É ele que virá transformar a economia do Nordeste e resolver, de vez, o problema de irrigação do Ceará.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO

COLEÇÃO
MS
SEM

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

O Sr. Mota Lima – V. Ex. permite? Sabe informar-me se o plano dessas obras de acumulação de água envolve a sua necessária distribuição imediata?

O Sr. Xavier de Oliveira – Perfeitamente. Assim está sendo feito com o sistema do São Gonçalo, na Paraíba, e do Jaguaribe, no Ceará, neste por via do açude “Lima Campos”. O primeiro tem capacidade para mais ou menos 50 milhões de metros cúbicos, sendo servido, também, pelo boqueirão do Piranhas, que acumulara 255 milhões de metros cúbicos e pelo sistema – Mãe d’Água - Corema – que, como já disse, terá capacidade para 1.300 milhões de metros cúbicos.

Sr. Presidente, devo declarar que, tendo observado, por cinco vezes, o andamento dessas obras, notei logo a falta de alguma coisa de fundamental nelas. Estimaria que o sistema de irrigação estivesse mais adiantado do que se encontra. O plano das grandes barragens, no entanto, como o “Boqueirão do Piranhas” e o “General Sampaio”, tinha naturalmente, precedência sobre tudo o mais.

O Sr. Correia da Costa – permite um aparte? Uma crítica que se faz correntemente às obras nordestinas é a de que a esse trabalho vultoso de armazenamento d’água não se segue o aproveitamento sistemático das terras para a irrigação e agricultura.

O Sr. Xavier de Oliveira – Repito a explicação que acabei de dar ao Sr. Mota Lima, isto é, que a mim, leigo, ocorreu logo a observação de que atualmente ainda eram poucos os



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

canais de irrigação; mas preciso dizer que as obras, até 1933, tinham caráter assistencial; o Governo precisava atender as centenas de milhares de trabalhadores necessitados, que viviam mais ou menos à custa daqueles serviços de modo que sistema de irrigação só veio posteriormente, datado apenas de 2 ou 3 anos.

Afirmo, porém, que no sistema do “São Gonçalo”, o canal norte tem 10 quilômetros de extensão; o canal central de “Lima Campos” tem 3 quilômetros e os subsidiários atingem a 6 quilômetros. Já é alguma coisa.

Já se deu início à preparação dos campos experimentais de policultura e diante do orçamento votado pela Câmara com verbas especificadas, é lógico, é crucial que o administrador não pode atender logo a esta face do problema porque teria de, primeiramente, procurar barrar a água, que é o principal.

O Sr. Demócrito Rocha – Permite-me V. Ex. um aparte, para ampliar as informações que acaba de prestar ao ilustre colega Sr. Correia da Costa?

O Sr. Xavier de Oliveira – Com muito prazer.

O Sr. Demócrito Rocha – O propósito de V. Ex., como seria o meu também, consistiria na defesa das obras contra as secas do período revolucionário para cá. Antigamente, na velha República, construíam-se açudes sem se estudar as condições do solo a que aquela água poderia beneficiar. Há um açude importante, no Ceará, cujos canais de irrigação a Inspetoria não mais cogitou de levar a efeito, porque as terras que seriam beneficiadas são antieconômicas, terras improdutivas. Devo, porém,



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

acentuar a V. Ex. que apenas um açude existe no Ceará com a sua competente bacia de irrigação: é o do Cedro, construído no tempo da monarquia. De 1930 para cá, apenas se constroem com lentidão os canais de irrigação do açude “Lima Campos”, e essa não pode ser acelerada, porque esse açude está compreendido no sistema do de Orós, do qual é subsidiário. Os canais não podem avançar, porque poderão ser perturbados pelo curso do Rio Jaguaribe.

O Sr. Xavier de Oliveira – É uma explicação valiosa a que acaba de ser dada, com conhecimento de causa, pelo ilustre Deputado Sr. Demócrito Rocha.

Continuarei dizendo, Sr. Presidente, que a transformação econômica do Nordeste, em função do aproveitamento integral das terras beneficiadas, terras que terão custado à Nação cerca de um milhão de contos, é condição indispensável para que se tire delas o rendimento natural e lógico, de acordo com a despesa avultada ali efetuada.

Esse rendimento já começou a ser verificado, não só quanto ao algodão como quanto às demais culturas nordestinas, os cereais à frente de todas elas. Neste passo, digo que o algodão e o óleo de oiticica, independente das obras ali realizadas, constituem uma nova modalidade da civilização econômica nordestina. O primeiro é a sua tradicional riqueza, como o é, igualmente, de todos os Estados que o produzem; a outra é o tung brasileiro ou americano, para substituir o asiático, de que o mundo industrial tem fome e compra por todo o preço.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
COLEÇÃO
MS
SEM

COLEÇÃO
MS
SEM

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Dizia ainda, Sr. Presidente, que uma conseqüência razoável e lógica do serviço até agora ali realizado, temos na prosperidade atual dos Estados nordestinos.

O Sr. José Augusto – V. Ex. permite um aparte, apenas indagativo? V. Ex. liga o desenvolvimento da indústria do óleo de oiticica à irrigação ainda em esboço.

O Sr. Xavier de Oliveira – Não, absolutamente, fiz sentir isto mesmo, através de minhas palavras. A Nação, como dizia, está vendo a prosperidade atual dos Estados nordestinos. Basta observar a produção algodoeira, que é a riqueza clássica daqueles Estados. Não ligo o desenvolvimento da indústria do óleo de oiticica à irrigação, porque ela não está em função da água. É, porém, uma nova modalidade do incremento da riqueza econômica do Nordeste. Incidentemente, falei no óleo de oiticica, mas quando menciono as barragens propriamente, refiro-me ao que se virá a ter, de futuro, principalmente, com a produção de cereais. V. Ex. sabe que poderemos ter duas safras: a safra normal, de inverno, e a que nos virá em virtude da irrigação. Assinalava eu, porém, que o progresso agora verificado dos Estados nordestinos já era uma conseqüência dessa assistência imediata e constante do atual Governo da República para com o Nordeste, desde 1930.

O Sr. José Augusto – Não se esqueça V. Ex. de dizer que isso vem de muito tempo. A preocupação com esse problema é antiga. Data do Governo de Rodrigues Alves com os Srs. Lauro Muller e Sampaio Correia. A obra da Revolução em matéria de secas e com referência ao Nordeste é benemérita, mas



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

não vamos por isso negar a obra do passado, porque seria negarmos à justiça histórica.

O Sr. Renato Barbosa – V. Ex. permite? A assistência que o Governo ditatorial, ou revolucionário, deu e continua a dar ao Nordeste tem para nós, os brasileiros do sul, o significado de uma realização a mais eloqüente, a mais clara e a mais segura, no sentido da unidade nacional. (Muito bem).

O Sr. Xavier de Oliveira – V. Ex. traduz, perfeitamente, o sentir da Nação inteira, debaixo desse ponto de vista.

Quero porém, Sr. Presidente, imediatamente, respondendo ao aparte do meu nobre colega, o Sr. José Augusto, dizer a S. Ex. que de início me referi à obra dos Governos passados, acrescentando, porém, que, em 1930, tinha o atual Governo encontrado desmoralizado o problema, em virtude do procedimento que tiveram os Governos Bernardes e Washington Luis, os quais não deram às obras a necessária continuidade em relação ao que foi deixado pelo Governo do Sr. Epitácio pessoa.

O Sr. Figueiredo Rodrigues – V. Ex. permite? Sou insuspeito, porque não votei no Sr. Getúlio Vargas para Presidente da República, mas o Ceará reconhece em S. Ex., sob esse ponto de vista, grande benemerência, graças à autoridade que deu aos Srs. José Américo e Carneiro de Mendonça, para realizarem a obra que o ilustre orador acaba de enaltecer de modo tão eloqüente.

O Sr. Xavier de Oliveira – De pleno acordo com V. Ex. mas, continuando a responder ao Sr. José Augusto, digo-lhe que não fui injusto. De modo nenhum: fui imparcial e exato. Fiz



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

justiça. Especifiquei, que em 1930, já o Governo atual encontrou 630 milhões de metros cúbicos d'água acumulados e algumas estradas de rodagem construídas. Não encontrou, porém, a sistematização e por assim dizer a compreensão exata do problema no sentido nacional que ele tem realmente.

Quero acentuar, porém, Sr. Presidente, que o surto do progresso nordestino é devido, em muito, à assistência cuidada e constante do atual Governo nos problemas daquela zona.

Assim é que antigamente, quando se verificavam as crises climáticas, observava-se no nordeste o êxodo de centenas de milhares de brasileiros que iam procurar os meios de vida em outros Estados. De 1931 a 1933, entretanto, essa assistência foi integral, quer nos serviços públicos do governo, quer nos campos de concentração, impedindo-se, assim, o afastamento do homem do seu meio. Daí resultou que, fixados os Nordestinos no seu habitat, bastou virem as chuvas, em 1934 e 1935 (desgraçadamente, não continuadas este ano) para que eles voltassem nos seus trabalhos normais de lavoura e pecuária, e é isto o que explica o surto de progresso a que ora me refiro.

O Sr. José Augusto – Peço licença para reafirmar o que disse: a obra do Governo revolucionário, em matéria de secas, foi sistemática e benemérita. Isto, entretanto, não quer dizer que deixemos de reconhecer o passado.

O Sr. Demetrio Xavier – Ninguém o está negando; estamos reconhecendo um fato.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

O Sr. Xavier de Oliveira – Sr. Presidente, também reafirmo, mais uma vez, que foi útil a ação do Governo, este particular da assistência, porque tomando por exemplo, apenas, o meu Estado, devo declarar que nele, em virtude dessa assistência, em virtude desse fato singular e único na história das calamidades nordestinas, pôde o Governo fixar no habitat natural os sertanejos, resultando daí que, vindo as chuvas, pudessem eles tomar da enxada e das sementeiras e voltar, imediatamente, ao cultivo de suas lavouras.

Quero acentuar que o esforço desenvolvido pelo Governo não foi inútil e a prosperidade atual dos Estados nordestinos diz mais alto que qualquer comentário que pudesse expender.

Tomando para exemplo o meu Estado natal – O Ceará, direi que este, em 1932, exportou, apenas, 24 mil contos – e chamo para estes números a atenção da Câmara – enquanto que em 1935 a sua exportação atingiu a 115 mil contos.

Quer dizer que, globalmente, o meu Estado ocupa o 6º lugar na Federação quanto ao comércio de exportação de todos os seus Estados.

Vou um pouco adiante, para dizer que, quanto propriamente ao saldo ouro de sua balança comercial, ocupa ele o 4º lugar.

Quanto ao saldo da balança comercial dos Estados, lerei á Câmara o seguinte quadro:

Saldo da balança comercial de 1935:



**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO

COLEÇÃO
MS
SEM



www.colecaomossoroense.org.br

São Paulo:

Exportação..... 2.071.234:000\$000
Importação..... 1.540.502:000\$000
Saldo..... 530.732:000\$000
ou sejam..... 5.593.402 libras

Bahia:

Exportação..... 294.295:000\$000
Importação..... 91.633:000\$000
Saldo..... 202.662.000\$000
ou sejam..... 1.687.665 libras

Espírito Santo:

Exportação..... 161.088.000\$000
Importação..... 5.696:000\$000
Saldo..... 155.392:000\$000
ou sejam..... 1.262.171 libras

Ceará:

Exportação..... 155.498:000\$000
Importação..... 41.837: 000\$000
Saldo..... 113.661:000\$000
Ou sejam..... 987.929 libras

Neste passo, devo referir que deixaram de ser exportados, ainda, além de outros produtos, 6 milhões de quilos de al-



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

godão, que ali estão acumulados nos armazéns de Fortaleza e representam nada menos de 18.000 contos.

Assim, na realidade, o saldo ouro do comércio de exportação, do Ceará, em 1935, equivale a mais de um milhão de libras esterlinas.

Isto refiro para dizer que a Nação não está gastando inutilmente como se faz sentir por aí afora, nas grandes obras que ali realiza. Aqueles números que li à Câmara dizem mais alto que qualquer outra expressão que acaso quisesse usar neste instante.

Tenho ainda outro argumento para provar a grandeza dessas obras. É que, antes delas serem descobertas pelo Brasileiro de responsabilidade na administração do País, já o foram pelo capitalismo internacional; já o foram na grandeza da sua realização atual e, sobretudo, pela projeção que terão no futuro; já foram descobertas pelo capitalismo internacional, representado por Anderson Clayton, Sombra e Dreyfuss, justamente, pela certeza que têm de empregar o seu dinheiro, bem remunerado, para explorar a indústria do algodão.

Até este momento, só Anderson Clayton tem 15 usinas de descarçar e de beneficiar o algodão ali.

Cito este argumento, ainda, como prova cabal de realização patriótica do empreendimento que ali se está levando a efeito. Bem sabemos que o capital está todo nas mãos de grandes sindicatos internacionais, entre os quais Anderson Clayton ocupa um lugar de destaque. Eles, no entanto, já não se arrecea-



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

ram de empregar o seu rico dinheiro na exportação do comércio de algodão no nordeste.

O Sr. Diniz Junior – Aí, há equívoco de V. Ex. Não é questão de ter ou não receio. Resta saber a que se reduz a ação de Anderson Clayton nesse problema.

O Sr. Xavier de Oliveira – Reduz-se a substituir ao Governo nas medidas precípuas que a este cumpria executar e não o faz ou não pode ainda fazer: o crédito agrícola.

Vem açambarcar o comércio de algodão e matar a indústria explorada pelo Nordestino e pelos demais Brasileiros, inclusive os de São Paulo.

São Paulo que tome bem nota do que vai acontecer com ele daqui a pouco, se não tomar medidas sérias a respeito.

Não sou xenófobo, em relação ao capital internacional: não seria um inconsciente, de modo a querer refugar o capital internacional que nos procura.

Sou, antes, de tudo, Brasileiro, para chamar a atenção, não nesta oportunidade, mas noutra ocasião, dos poderes públicos, a fim de dizer-lhe que Anderson Clayton e Samba, naturalmente, estão substituindo o poder público no crédito que este, por circunstâncias que não vêm ao caso, não pôde dar aos produtores de algodão, neste momento.

O Sr. Diniz Junior – Permite V. Ex. um aparte? Ainda há outro equívoco. Anderson Clayton e Samba não estão lidando com capital trazido. Instalaram-se aqui com a economia brasileira, adquirindo congelados americano-brasileiros, com trinta e trinta e cinco por cento de redução.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

O Sr. Xavier de Oliveira – É um detalhe elucidativo, o que V. Ex. traz ao meu discurso.

O Sr. Severino Mariz – Peço permissão para interromper V. Ex. Estou ouvindo com a maior atenção a exposição do nobre Orador, a respeito dos grupos estrangeiros que estão operando no comércio algodoeiro do Brasil. E posso dizer, a V. Ex. que, se o Governo não tomar medidas que possam pôr termo a essa situação, dentro de cinco anos não haverá no país um nacional que seja beneficiador ou exportador de algodão. E, então, uma riqueza que começou a emergir no Brasil passará a ser alienada. (Muito bem).

O Sr. Xavier do Oliveira – O aparte de V. Ex. traduz, perfeitamente, o meu pensamento. Não quero insistir nele, porque quero voltar ao assunto em outro ensejo, sugerindo, então, medidas objetivas que possam induzir o Governo a fazer, no Nordeste e em todo o País, aquilo que, neste momento, Anderson Clayton e Samba estão fazendo. Eles têm o cadastro de todos os produtores de algodão no Nordeste, todos fichados em seu arquivo, sabendo quanto devem emprestar a cada um, porque sabem, também, a capacidade de pagar de cada produtor. Têm o que não temos: uma organização e têm o que o Governo ainda não nos pôde dar: crédito.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que, neste momento, como sempre, jamais teria a inconsciência de ser contrário ao capital que nos procura. Tanto mais que dou o meu testemunho de que esse capital a que me refiro não tem sido dado a juros caros aos nossos produtores.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Tenho, porém, o direito de solicitar do Governo medidas que venham naturalmente colocar em boa situação os Brasileiros no Nordeste, e os produtores de algodão de todo o país. É o que vou fazer. Não esqueça S. Paulo que Anderson Clayton também tem voltadas as suas visitas para o ouro branco dos Paulistas.

Os brasileiros, em geral, não estão em condições de fazer concorrência a esses capitalistas internacionais que estão premeditando açambarcar a economia algodoeira do Brasil.

Sei de casos graves, em que os seus prepostos, encontrando resistência por parte de beneficiadores de algodão, em Municípios do Nordeste, dão dinheiro sem juro algum, desde que queiram os seus tomadores produzir para eles. É fato gravíssimo, para a vida de muitos Brasileiros, este que acabo de trazer ao conhecimento da Câmara. Voltarei, breve, ao assunto.

Concluindo, Sr. Presidente, não posso deixar, como Brasileiro e como nordestino, e, sobretudo, lembrando que o reconhecimento, como disse um autor, é a memória do coração - de tecer o epinício que faço, de consciência e premeditadamente, ao atual Governo da Republica no particular da obra ciclópica, que vem realizando no Nordeste. Sistematizando os serviços que ali se estavam realizando sem ordem, sem um plano pré-estabelecido e, sobretudo, sem recursos monetários suficientes, fez o Sr. Getúlio Vargas uma grande obra de Governo e uma grande obra de Brasilidade.

Sou insuspeito para fazer essa declaração de público. Não fui revolucionário e não me arrependo de não o ter sido.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

O Sr. Oswaldo Lima – Pois fez mal não ter sido revolucionário.

O Sr. Xavier de Oliveira – Ainda não o sou, porque não sei se a Revolução hoje está com o meu querido amigo Sr. Deputado Oswaldo Lima, ou se com o distinto colega Sr. Deputado Acurcio Torres, ali na extrema esquerda, sentado ao lado do eminente Sr. João Neves.

O Sr. Diniz Junior – A revolução é essa mesma que V. Ex. vem fazendo da Tribuna.

O Sr. Xavier de Oliveira – Obrigado a V. Ex.

De modo que, sem premeditação, faço aqui apenas o relato de minhas observações, reiteradas por cinco ou seis vezes, em relação àquelas obras, que deveriam ser vistas, repito, com “olhos de vê”, por todos os Brasileiros que têm responsabilidade neste país. E não trago somente o meu testemunho, Sr. Presidente. É assim que quero constem do meu discurso palavras há poucos dias proferidas por um homem imparcial, no caso, e desapaixonado, porque não é nordestino, ao par de ser um vulto eminente da administração, no momento, com a responsabilidade de dirigir o nosso maior estabelecimento de crédito, o Banco do Brasil: o Sr. Leonardo Truda. Em companhia de S. Ex., há cerca de 15 dias, percorri mais uma vez todas aquelas obras, do Recife a Fortaleza, eis o que, a respeito delas, diz S. Ex.:

“Outro espetáculo, ainda, que a despeito de tudo quanto dele sabíamos, foi também uma surpresa e uma revelação, nos deparou a vossa terra,



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

para imensa satisfação do nosso orgulho patriótico. Em pleno sertão, após percorrer longas paisagens, que a soalheira desola, e onde a pedra negra das montanhas descalvadas se apresenta como uma negação de todas as esperanças, ofereceram-me os oásis que a mão do homem vai criando. Vimos a água que o céu inclemente tantas vezes tem negado, armazenada, aprisionada, destinada a crescer, avolumar-se, cada vez mais, nos invernos, para que o castigo das secas se humanize, ou extinga. Vimos, nos açudes imensos, a mais patriótica das obras que o Governo surgido da Revolução já realizou, como o homem, mais uma vez, em duelo tremendo com a natureza, se empenha por dominá-la, por vergá-la ao seu querer e pô-la ao seu serviço, afim de transformar a desolação do passado em promessas de redenção no futuro, convertendo regiões em que a miséria tantas vezes fez domínio próprio em terras de promessa, onde nenhuma fome ficará sem ser saciada e onde as árvores oferecerão em abundância todos os frutos. E essa obra de atiantes, de cuja própria existência se chega a duvidar; essas realizações ciclópicas, em face das quais há ainda espíritos pequeninos, que não sabendo admirar a imensidão da muralha que ante ele se ergue, se empenham em procurar a frincha que na sua su-



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

perfície se possa abrir, para nela instalar o veneno da descrença, da maledicência e de derrotismo; essas construções titânicas que bastariam para redimir, nas mais poderosas das nações, os Governos que as houvessem realizado, das piores culpas que pudessem carregá-los, essas construções, para regozijo do nosso mais legítimo orgulho patriótico, são obra exclusiva, obra pensada e executada tão somente por brasileiros nos seus planos e nas suas realizações, pela mente e pela ação”.

Sr. Presidente, tenho que a Câmara e a Nação bem precisavam ouvir estas palavras, proferidas por um homem de responsabilidade sobre as obras do Nordeste.

Para terminar, com a franqueza que me caracteriza, quero fazer uma confissão à Câmara: tão desmoralizadas estavam as obras contra as secas, em 1930, que, ao receber o convite para novamente visitá-las, em 1935, fui de má vontade, prevenido contra elas, com o desejo firme de descobrir nelas o que houvesse de mau. Rendo-me porém, à evidência e de público confesso o meu engano. Os meus próprios olhos me provaram que o Sr. José Américo, realmente, reabilitou-as perante a Nação, e realizou assim, o maior milagre do Governo da Revolução. Ainda mais: S. Ex. reabilitou, igualmente, aqueles serviços perante a Assembléia Nacional Constituinte, porque, sem esse preparo prévio, feito pela administração que S. Ex., não teria



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

sido possível ter ela se incluído em nosso pacto fundamental com o espírito de brasilidade e de unidade pátrio, que presidiram aquele ato da grande Assembléia de 34.

Por conseguinte, Sr. Presidente, termino com a convicção de que terei deixado patente aos olhos da Câmara e da Nação, corroborado pela palavra de um homem imparcial, de um banqueiro, um homem de Estado disfarçado de homem de negócios, – O Sr. Leonardo Truda, que as obras gigantescas já ali realizadas bastarão para redimir o Sr. Getulio Vargas dos erros que, acaso, haja praticado, e perante a historia acreditarão o seu Governo como o mais benemérito que o Brasil tem tido para o Nordeste, na Colônia, no Império e na República. (Muito bem: palmas. O orador é cumprimentado).



Banco do Nordeste



O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO

COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE



UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Outros documentos: Anais da Câmara dos Deputados
– 20º Vol.

Assunto: Obras Nordeste (destino/seca e inundações –
Págs. 12 a 17)

Data: Sessão de 28 set. a 3 out. 1936

Fichário: Teresa

É a seguinte a petição: (Lê)

O Sr. Abelardo Marinho (Pela ordem) – Sr. Presidente, o Sr. Deputado Café Filho, por meu intermédio, vem justificar perante V. Ex.e a Câmara a sua ausência na sessão de hoje, por motivo de enfermidade.

O Sr. Humberto de Andrade – Sr. Presidente, Srs. Deputados: as chamadas Obras do Nordeste destinam-se não somente a combater os malefícios das secas intensas, como também, diminuir os prejuízos causados pelas enchentes impetuosas.

Possui a região nordestina regime de chuvas torrenciais, cujos danos se tornam, às vezes, consideráveis. Elevadas precipitações verificam-se freqüentemente, por ocasião da estação pluvial: 50, 100 milímetros, subindo, mesmo, o pluviômetro a 200. verdadeiras catadupas! Fácil é, Srs. Deputados imaginar-se as conseqüências decorrentes dessas elevadas precipitações tendo-se conta que os terrenos são despidos de florestas, mais ou menos acidentadas e de solo raso. Formam-se enxurradas; extravasam ravinas e riachos. Rios, vazios, transmudam-se de um



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

dia para outro, arrasando os terrenos marginais, destruindo as culturas que, geralmente, se localizam nas proximidades dos mananciais, inundando cidades e vilas ribeirinhas.

As obras de açudagem, barrando as torrentes, regularizam as cheias, fazendo com que as águas se escoem demorada, lentamente.

Como se vê, é aspecto muito interessante das obras, esse da regularização dos cursos d' água.

O poder Público, por mais de uma vez, tem ido ao encontro das vítimas das inundações. Ainda há pouco, aprovamos aqui, crédito solicitado para reparar danos causados pelas enchentes na região nordestina.

Não é, porém, sob esse aspecto de regularizador das enchentes de que me preocupo neste momento. Deter-me-ei, em minhas considerações, no segundo caso – o principal, isto é, do combate aos efeitos das secas.

Todos nós sabemos, seja pela observação direta, seja através de literatura já volumosa, posto que levada frequentemente de ficções – todos sabemos que o Nordeste possui capacidade produtiva, graças a um conjunto de fatores propícios – salubridade do clima, fertilidade do solo e, – por que não dizer também? – qualidades físicas e psíquicas da gente que o habita.

O Nordeste, porém, de momento para outro, vê-se perturbado em suas atividades normais, vê conturbado o seu ritmo natural, em consequência das prolongadas estiagens, que duram dezoito, trinta e mais meses.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Aquela situação de extrema calamidade, que outrora provocavam as secas, hoje se encontra atenuada, graças, principalmente, aos meios rápidos de comunicação. O autocaminhão põe em direto contacto o sertão, as populações sertanejas, com o litoral.

Os Constituintes de 16 de julho, redimindo uma falha da antiga República, elevaram o combate às secas a dever constitucional.

Alcançada que foi essa vitória, que sintetiza igual justiça, nós os nordestinos, queremos que as obras do Nordeste sejam encaradas sob ponto de vista econômico, como trabalhos que podem e devem retribuir os capitais lá investidos, que podem e devem corresponder a esse sentimento de solidariedade que nossos compatriotas do sul tiveram para conosco.

E é sob o ponto de vista econômico das obras que desenvolverei as minhas considerações.

Ao meu ver, Srs. Deputados – e comigo pensa muita gente – as obras contra as secas marcham por via errônea, ou poderiam, em melhor das hipóteses, ser mais eficazmente encaminhadas.

Expressando-me desta maneira categórica e franca, eu me sinto ungido de absoluta sinceridade; nem se poderia compreender outro modo de proceder de minha parte, quando trato dos interesses vitais de uma região onde fica meu Estado, a terra onde nasci, onde tenho desenvolvido minha atividade e a que consagro o maior fervor patriótico.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Se me coloco nesta atitude de crítico, incômoda aliás, é porque reconheço falhas e desejo corrigi-las.

Dizia-se, outrora, que a Inspetoria de Secas armazenava água inutilmente. Clamava-se pelos canais. Era este o erro número 1 da Inspetoria antiga, isto é, da Inspetoria de antes da revolução.

Hoje, Srs. Deputados, essa repartição incerta na mesma falta, com a agravante de cometê-la em maior escala, pode-se mesmo dizer em escala gigantesca, tomando em consideração o vulto das obras atualmente.

E essa acusação era procedente, porque se construía açudes e deixavam-nos sem os respectivos canais de distribuição do líquido represado.

Esta falha, repito, ora se verifica em grau majorado.

Segundo os dados que se encontram no relatório do Sr. Inspetor de Secas, existiam, em 1930, precisamente, até 31 de Dezembro de 1930, 620.662.000 metros cúbicos d'água armazenados. Isso quanto aos açudes públicos. Essa capacidade foi elevada, segundo dados do mesmo Inspetor, a 1.306.136.000 metros cúbicos.

Ora, Srs. Deputados, considero isso, em vez de uma recomendação para aquela repartição, uma acusação, justamente porque o volume encontrado, já enorme, se achava inutilizado no bojo dos açudes. Devia, em primeiro lugar, movimentar o líquido armazenado e transformá-lo em riqueza comercial, representada pelas safras colhidas nos terrenos irrigados. Mas, ao contrário, duplicou, multiplicou aquele volume deixando-o da



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

mesma forma improdutivo, e é aqui que está a acusação feita à Inspetoria de Secas. Ninguém contesta que se combate a seca com a agricultura irrigada. O objetivo colimado é a lavoura irrigada. açudes, canais, são meios para se conseguir tal fim. Parece, entretanto, não julgar assim a Inspetoria.

Açudes no nordeste, em vez de constituírem uma fonte de riqueza, de prosperidade, de progresso, de civilização mesmo, servem, contrariamente, de foco de vadiagem, de vida fácil.

Constroem-se os açudes públicos e entregam-nos ao instinto rotineiro do nativo que, deixando a lavoura, o roçado, passa a ser pescador e com o produto da pesca satisfaz às suas pequenas exigências.

Por isso acontece frequentemente, segundo observações insuspeitas, que, quando se constrói um açude público, diminui a capacidade produtora da localidade.

Não se alegue que o canal é coisa secundária, motivo por que se dê preferência aos açudes, não. O canal é primordial, sem ele não é possível a distribuição da água. Demais a sua construção é dispendiosa, superior à de barragem.

Vejam alguns dados que se encontram no relatório do Sr. Inspetor de Secas, referentes à construção de açude e canais no ano de 1935, ano de condições normais no nordeste, em que a Inspetoria já se encontrava em sua atividade absolutamente regularizada.

Gastaram-se em números redondos, 15.783:000\$000, e nesse período o dispêndio com a irrigação foi apenas de 378:610\$000. Vê-se o contraste. Enquanto se gastam perto de



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

16.000 contos com açudagem pública para aumentar o volume d' água armazenada, dispendem-se menos de 400 contos com canais. Justo é que se invertessem as cifras.

Isso, na açudagem pública.

Na açudagem particular ou por cooperação, como é chamada, o contraste ainda é mais chocante. Foram gastos 1.852:632\$800, mas com canais nem um real! Entretanto, ninguém pode justificar a falta de cooperação da Inspeção em relação aos canais das obras particulares.

Todos sabemos que o canal requer, para sua execução, conhecimentos técnicos e dispêndio não de pequeno vulto. Nesse passo, porém, convém registrar que os açudes particulares, mesmo sem os canais regularmente construídos, são os que dão proventos. É que o proprietário rasga, como entende e pode, os canais que molham suas terras agricultáveis.

É uma alegação corrente entre os que justificam e aplaudem a orientação da Inspeção de Secas, dizer-se que as obras, até 1933, tinham caráter de assistência, eram obras de emergência e socorro. Por isso, principalmente, se faziam açudes. Tal porém, não passa de mais um pretexto para não se construírem os canais, porque estes, melhor que barragens, se prestam à localização de grande número de trabalhadores.

As considerações que estou fazendo sob o ponto de vista econômico, do qual não me afastarei, têm, como verifica a Câmara, absoluta procedência.

Reservas, ou melhor e mais precisamente, graves censuras já foram feitas em relação à parte técnica.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Um nosso colega, que dispõe de conhecimentos especializados sobre o assunto, apontou falhas de natureza técnica nas obras do nordeste. Refiro-me ao Sr. Plínio Pompeu, da Comissão de Estatutos de Obras do Nordeste, presidida pelo eminente Sr. Sampaio Corrêa.

As conseqüências desses erros, Sr. Presidente, são patentes.

Numerosos açudes públicos, construídos há dezenas de anos, ainda se encontram sem os respectivos canais de irrigação. Isso quer dizer que estão improdutivos e não correspondem aos gastos neles efetuados.

Poderei citar como exemplo, os seguintes:

Acaraú-Mirim, Várzea da Votal, Riachão, Riacho do Sangue, Salão Baú, Aracape, Sobral e muitos outros, represando um volume considerável, suficiente para irrigar vasta área.

Além dos prejuízos que causa aos donos de terras que não são irrigados, representa essa falta de canais prejuízo também para o Governo, que não arrecada a taxa de irrigação que cobraria aos proprietários de terras que recebessem água, taxa essa, que, salvo engano, é de 20\$000 por hectare.

As conseqüências desses erros, como dizia, são patentes. Mal se manifesta uma irregularidade climática, pronuncia-se a calamidade no nordeste. Este ano, verificou-se apenas uma seca parcial. Levas e levaras de trabalhadores rurais de lá emigraram para as lavouras paulistas, em demanda dos algodoais da terra bandeirante, em vez de acorrerem para a cultura irrigada naquela região. Para o Ceará não entra imigrante. Temos de con-



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

tar portanto, unicamente com o braço do nativo. Esses braços que emigram fazem falta, logo que se normaliza a estação.

Encontra-se no Senado um projeto, pedindo crédito especial para socorrer as vítimas das secas no meu Estado. Como já disse, foi uma seca parcial, verificada, exatamente, do Ceará. Pediria, mesmo, o testemunho do nobre colega, Sr. Plínio Pompeu, sobre se é ou não a zona norte daquele Estado, em, que se manifestou a seca, onde existem mais açudes públicos.

O Sr. Plínio Pompeu – O nobre orador tem razão. A zona norte do Estado possui diversos açudes, entre os quais o Aracaú-Mirim, construído há mais de 20 anos; o Tucunduba, há mais de 15 anos; o Várzea da Volta, São Vicente, o Sobral, o Parazinho – todos construídos há muitos anos. Nenhum desses açudes tem canais de irrigação. Apenas, quanto à importância a que V. Ex. se referiu, de cerca de quatrocentos contos com canais, tenho a acrescentar que a sua maior parte foi gasta no açude Estreito, hoje Lima Campos. A área abrangida, será de 10.000 hectares, concluído o Orós, que, por enquanto, está em projeto. Será para o futuro.

O Sr. Humberto de Andrade – Agradeço ao meu nobre colega a confirmação do que acabo de asseverar.

É interessante essa previsão da Inspetoria de Secas, quanto aos canais do “Lima Campos”, verdadeiro contraste com a sua imprevisão habitual, de estar abrindo canais de irrigação para um açude que ainda vai ser construído. Não foi isso que o prezado colega disse?



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS SEM MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

O Sr. Plínio Pompeu – O açude Lima Campos só pode dominar uma área de 500 hectares, mas a Inspetoria já está abrindo canais, conforme relatório, para 10.000.

O Sr. Humberto de Andrade – Enquanto isso, deixa sem seus canais açudes feitos há dezenas de anos.

O Sr. Plínio Pompeu – É o que consta do relatório.

O Sr. Humberto de Andrade – Repito à Câmara e à Nação: as obras do nordeste marcham por via errônea. Com o volume d'água armazenado já poderíamos ter uma área considerável de terras irrigadas, delas colhendo vultosas safras, perfeitamente capazes de satisfazer às necessidades das populações. Com esse volume d'água, poderíamos irrigar, cálculo pessimista e aceitando que o período de seca se prolongue por dois anos, 40 a 50.000 hectares, área considerável! Qualquer um de nós pode avaliar a importância das safras colhidas nessa área, que atingirá, suponho, a 40 a 50.000 contos.

Mas senhores, ao invés de cuidar-se de mobilizar a água armazenada, procura-se aumentar o seu volume. É como que uma orgia de gastos. Parece que se deseja desmoralizar as próprias obras ou colocar mal a região nordestina, por não corresponder aos gastos nela invertidos e ao esforço dispendido por toda a Nação.

Em vez de irrigar-se uma área já considerável, repito, a Inspetoria de Secas, deslumbrada com as suas obras de engenharia, com os seus planos de açudagem, aumenta o volume de água, improdutivamente.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
COLEÇÃO
MS
SEM

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Assim, Sr. Presidente, ao invés de possuímos quarenta ou cinquenta mil hectares já irrigados, temos apenas quinhentos, talvez nem isso.

E a maior parte desta área se encontra nas terras servidas pelo açude Cedro, no Município de Quixadá, e por sinal essa irrigação é tão mal feita que tem inutilizado as terras.

Antes de terminar minhas considerações, Sr. Presidente, quero focalizar um ponto que julgo da maior importância: se as obras do nordeste não corresponderem ao objetivo visado – o combate às secas, por meio da agricultura irrigada, a culpa não caberá à região, mas à Inspeção de Secas, que não está empregando como devia os dinheiros destinados àquelas obras.

O Sr. Xavier de Oliveira – Na opinião quase isolada de v. Ex.

O Sr. Humberto de Andrade – Isolada, por que? Se V. Ex. aqui se encontrasse desde o início de minha oração.

O Sr. Xavier de Oliveira – Respondo à parte final do discurso de V. Ex., que acabo de ouvir.

O Sr. Humberto de Andrade – ...saberia que comigo está grande parcela da opinião do meu Estado. Não sou, absolutamente, como julga o nobre colega, uma opinião isolada, e se V. Ex. assim se expressa é porque é um admirador incondicional dos serviços realizados no nordeste, serviços esses que não conhece.

O Sr. Xavier de Oliveira – Não conheço, eu, que os visitei quatro ou cinco vezes? Pergunto a V. Ex. se acaso viu a



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

obra de engenharia, levada a efeito no nordeste, neste momento – o açude de Piranhas.

O Sr. Humberto de Andrade – A maior obra de engenharia! Desejaria, antes, que V. Ex. me perguntasse se conhecia a maior obra agrícola do nordeste, porque o açude a que V. Ex. se refere não possui canais de irrigação, e um lago artificial improdutivo.

O Sr. Xavier de Oliveira – Baseado na opinião da quase unanimidade de engenheiros que examinaram esse trabalho, digo, que realmente, o açude de Piranhas não podia ter canais de irrigação, pois que ele representa apenas um açude coletor de águas, para enviá-las ao açude por excelência distribuidor – São Gonçalo. Os engenheiros que lá estiveram – repito – declararam que o açude de Piranhas é, realmente, uma obra notável.

O Sr. Humberto de Andrade – Se é notável, com V. Ex. afirma, justificando, também, o fato de não possuir canais de irrigação, como V. Ex. explica que açudes construídos há dezenas de anos, não para esse fim a que V. Ex. se refere, permaneçam ainda sem canais de irrigação?

O Sr. Plínio Pompeu – Perguntaria ao nobre Deputado, Sr. Xavier de Oliveira, qual a capacidade dessa maior obra de engenharia do nordeste.

O Sr. Xavier de Oliveira – É a maior obra construída, na opinião dos engenheiros. A sua capacidade é de 250 milhões de metros cúbicos. (Trocam-se outros apartes entre os Srs. Plínio Pompeu e Xavier de Oliveira).



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

O Sr. Presidente – Atenção! Restam poucos minutos para o término da hora do expediente.

O Sr. João Cleophas – Posto que possamos ter reservas quanto a certos pontos da crítica do nobre orador, reconhecemos os seus intuítos patrióticos.

O Sr. Humberto de Andrade – É um conforto moral, para mim, o que declara V. Ex. O que é preciso fazer são obras econômicas, das quais não se está cogitando.

Infelizmente a hora está terminada. Mas antes de concluir minhas considerações, quero afirmar à Câmara que a minha crítica não é destrutiva, como julga o Sr. Deputado Xavier de Oliveira.

O Sr. Xavier de Oliveira – Através, das palavras de V. Ex.

O Sr. Humberto de Andrade – A minha crítica é construtiva e verdadeira, até que se prove o contrário, o que duvido seja feito. (Muito bem; muito bem. O orador é cumprimentado).



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Outros documentos: Anais de Câmara dos Deputados
– 20º Vol.

Assunto: Secas do Nordeste

Data: Sessões de 28 set. a 2 out. de 1936, pág. 357/360

PROJETO N. 94 – 1935

Cria uma caixa de assistência econômica e social à população das áreas assoladas pelas secas

A Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco:

Decreta:

“Art. 1º Fica criada uma caixa especial de assistência econômica e social à população das áreas assoladas pelas secas a qual, movimentada pela Secretaria da Viação e Obras Públicas por intermédio da Secretaria da Fazenda, será constituída”:

- a) pela importância de 4% da arrecadação tributária conforme determina o artigo 41 da Constituição do Estado;
- b) pela importância de 4% da arrecadação tributária dos municípios compreendidos na área assolada pelas secas, fixadas pela legislação federal em vigor,



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

conforme determina o artigo 177, parágrafo 3º da Constituição Federal.

Art. 2º. O recolhimento das percentagens dos municípios, à Caixa Especial, será realizado mensalmente por intermédio das coletorias estaduais.

Art. 3º Da arrecadação tributária do Estado será diariamente a percentagem de 4% a fim de ser recolhida à Caixa Especial de Secas, devendo constar do Boletim diário de Receita do Tesouro a discriminação das respectivas quantias.

Art. 4º A importância referida no item a, do art. 1º, terá a seguinte aplicação:

- 1) Assistência técnica e econômica ao estabelecimento da pequena açudagem;
- 2) Perfuração de poços e abertura de galerias de captação;
- 3) Construção e renovação de estradas de rodagem não incluídas no plano rodoviárias do Nordeste organizado pela I.F.O.C.S.

Parágrafo único. Os recursos acima serão assim distribuídos:

- a) 20% para os serviços mencionados na alínea 1.
- b) 20% para os serviços mencionados na alínea 2.
- c) 60% para os serviços mencionados na alínea 3.



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO

COLEÇÃO **MS** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Art. 5º A importância relativa ao item b, do artigo 1º, será aplicada na construção de silos para cereais ou forragens, ensaio e fenação e ensilagem de plantas forrageiras na zona seca.

Art. 6º As leis do orçamento incluirão na despesa as importâncias estabelecidas na presente lei, e subordinadas ao título geral – Obras e Serviços prescritos no art. 177 da Constituição Federal e no art. 41 da Constituição do Estado – dividido em 4 subtítulos, de acordo com as percentagens fixadas nos artigos anteriores.

Art. 7º Essas verbas terão aplicação exclusiva nas zonas localizadas dentro dos limites fixados pela legislação federal vigente.

1– Serão preferentemente construídas, conservadas ou restauradas as estradas de acesso aos açudes e poços de utilização pública.

2 – Depois de atendidas as estradas de que trata a alínea anterior, deverão ser estabelecidas as que virão a constituir escoadouro ou acesso aos centros de produção ou de consumo não servidos pelas estradas previstas no plano rodoviário da I.F.O.C.S.

Art. 8º. Na impossibilidade do Estado estender, dentro de um único exercício financeiro, a assistência a toda a região assolada, fará temático, de execução progressiva, atendendo, na ordem da enumeração e para cada alínea aos seguintes serviços:



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE



www.colecaomossoroense.org.br

- a) pequena açudagem para utilização pública, nos vales do Moxotó, Pajeú, Brigada e seus afluentes;
- b) perfuração de poços nos Municípios não banhados pelos sistemas fluviais citados, na alínea anterior.
- c) Construção das seguintes estradas:
 - 1 – Algodões-Geritacó-Floresta, com 162 quilômetros.
 - 2 – Floresta-Conceição-Barra do Silva- Salgueiro, com 113 quilômetros.
 - 3 – Novo Exu-Bodocó-Leopoldina-Salgueiro, com 164 quilômetros.
 - 4 – Floresta–São Francisco–Vila Bela-Triunfo, com 113 quilômetros.
 - 5 – São Gonçalo–Ouricuri–Leopoldina., (visando o prolongamento da Estrada tronco – central por esse itinerário), com 112 quilômetros.
 - 6 – Rio Branco–Pedra-Boa Sorte–Santo Antônio do Tará, com 50 quilômetros.
- d) restauração das seguintes estradas:
 - 1 – Rio Branco-Moxotó-Espírito Santo–Jatobá, com 187 quilômetros.
 - 2 – Triunfo-Flores-Sítio, com 53 quilômetros.
 - 3 – Rio Banco-Buique-Moxotó, com 84 quilômetros.
 - 4 – Novo Exu, limites do Estado, na direção do Crato, cerca de com 18 quilômetros.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

e) conservação das seguintes estradas:

1 – Jatobá-Floresta, com 70 quilômetros.

2 – Floresta-Belém, como 54 quilômetros.

3 – Belém-Cabrobó, com 54 quilômetros.

4 – Belmonte-Bom nome, com 24 quilômetros.

5 – Triunfo-Flores–Sitio, com 53 quilômetros.

6 – Rio Branco-Alagoa de Baixo, com, 54 quilômetros.

7 – Alagoa de Baixo-Afogados de Ingazeiro, com 83 quilômetros.

8 – Alagoa de Baixo-São José do Egito, com 105 quilômetros.

Art. 9º A assistência técnica aos serviços constantes das alíneas 1 e 2 do artigo 1º, consistirá no estudo, projeto e orçamento conduzidos e organizados pela Diretoria do Saneamento do Interior.

Art. 10 A assistência econômica às obras da alínea 1 e 2 do artigo 1º será prestada mediante a concessão de prêmios e auxílios de acordo com o decreto n. 1.521 de Novembro de 1931.

Parágrafo único. Os prêmios não poderão exceder a 50:000\$000 nem serão superiores a 50% do custo das obras executadas.

Art. 11 Fica o poder Executivo autorizado a assinar acordos com a I.F.O.C.S para realizar obras de cooperação previstas na legislação federal.

Art. 12 Revogam-se as disposições em contrário.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
EM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

Sala das Sessões, em 6 de Dezembro de 1935. – José Bandeira de Oliveira. – Rui Belo. – Malaquias da Rocha. – Felix de Sá. – Persivo Cunha. – Alfredo de Medeiros. – Lins Petit. – Antonio Cardoso da Fonte. – José Vieira. – Paulo Alves. – Pio Guerra. – Matheus Vaz. – Padre Gonzaga de Lyra. – Ellyseu Cavalcante.”

Agora, Sr. Presidente, atendendo a observação de V.Ex, para concluir quero ler um telegrama do Sr. Deputado Barbosa Lima Sobrinho e, aliás, já confirmado pelo Sr. Deputado Domingos Vieira, telegrama datado de 22 de Agosto e enviado ao Governo de Pernambuco, nos seguintes termos:

“Governador de Pernambuco – Recife. De Rio – Toda a bancada compareceu hoje a audiência do presidente da República para manifestar agradecimentos pela deliberação de intensificação das obras do sertão pernambucano. Presidente encarregara o Ministério da Viação do preparo de um plano de ação que já foi organizado e aprovado, devendo entrar em execução no próximo mês, com aproveitamento elementos sertanejos. Disse-nos o presidente que estava empenhado em reparar a injustiça cometida contra Pernambuco, sempre esquecido nas obras do nordeste, não obstante a extensão da área flagelada do Estado. Ficamos de levar a S. Ex. um memorial justificando a construção da rodovia de Salgueiro a Petrolina, para a qual existe no orçamento em vigor uma



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS
MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

dotação de quatro mil contos. Acreditamos que o interesse mostrado pelo presidente assegurou consideráveis benefícios ao nosso Estado, atendendo necessidades da população sertaneja. Abraços cordiais. – Barbosa Lima Sobrinho”.

Mais uma vez, Sr. Presidente, quero louvar a iniciativa do ilustre Deputado Sr. Barbosa Lima, bem como da bancada de Pernambuco.

É de estranhar, porém, que a bancada do meu Estado queira organizar um novo plano de intensificação de obras, despercebida de que o governo pernambucano executa uma lei orçamentária elaborada com a exclusão da quota estadual indispensável para reafirmar o concurso material de Pernambuco em qualquer plano da União.

Se eu pudesse erguer minha voz até junto ao Sr. Presidente da República, apelaria para que S. Ex. o Sr. Getulio Vargas, na audiência de Sexta-feira, em que vai novamente receber, incorporada, a bancada de Pernambuco, solicitasse dos seus ilustres componentes para que, por sua vez, interviessem junto ao governador do Estado no sentido de que S. Ex. tomasse inicialmente a deliberação de cumprir o seu dever.

O Sr. Presidente – Devo advertir o nobre Deputado que a hora do expediente está finda.



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**
**MS
SEM**

COLEÇÃO MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

O Sr. João Cleophas – Vou terminar, Sr. Presidente. Fá-lo-ei com uma justa homenagem ao Deputado Barbosa Lima, lendo o trecho final do seu discurso de 1935:

“Salvar o sertanejo dessa angústia de todos os dias, aumentar-lhe o padrão de vida, secundá-lo na peleja contra a natureza hostil é um dever, senhores, já não digo de humanidade, mas de solidariedade nacional; e é um interesse de toda a economia brasileira, que sente a mutilação, que para ela representa a impossibilidade de um trabalho útil, na zona do sertão nordestino. Nesse sentido, o problema é nacional, como nesse sentido é também, problema permanente.

E se assim falo, senhores, é que vi de perto o sacrifício de meus conterrâneos. Observei a escassez dos recursos com que contavam para enfrentar as dificuldades de uma peleja aleatória. Atravessei o leito claro e seco dos rios periódicos. Vi a falta de água por toda parte; o número reduzido de açudes, todos eles pequenos e precários; vi a cultura de vazante, a criação incerta e difícil, e a pobreza senhoreando todos os lares, pois que lhes não é dado vencer aquela natureza, no desamparo em que tem vivido o sertão. E o espetáculo me confrangia tanto, nessa desolação infinita, que não sei se não se foram cravando no co-



Banco do Nordeste
O nosso negócio é o desenvolvimento



FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
COLEÇÃO MS MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

ração, ao longo da viagem melancólica, os espinhos aguados das cactáceas do sertão”.

São estas as palavras que transcrevo do discurso do Sr. Deputado Barbosa Lima, as quais tão bem definem o panorama de sofrimentos e de sacrifícios dos sertanejos do nosso Estado.

Se ao Sr. Deputado Barbosa Lima tanto impressionou a situação dos nossos conterrâneos na única viagem feita por S. Ex. ao Sertão pernambucano, cabe, também a mim, a vez de não ocultar a minha emoção, nesse instante em que evoco aqueles quadros de dissolução permanente que me foi dado presenciar quando, tantas vezes, viajei por aquelas zonas calcinadas.

Não posso, por isso, Sr. Presidente, compreender o procedimento, não direi inconstitucional, mas absolutamente desalmado, do Governo de Pernambuco, a quem a bravura, a resistência e o padecimento do sertanejo capazes de comover a toda gente não chegaram, sequer, a impressionar. (Muito bem: muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

O Sr. Acurcio Torres (Pela ordem) Sr. Presidente, pedi a palavra para levar ao conhecimento de V. Ex. que o Sr. Deputado Levi Carneiro deixa de comparecer à sessão de hoje, por motivo imperioso.

O Sr. João Cleophas (pela ordem) – Sr. Presidente, vou encaminhar a V. Ex., afim de ser remetida ao Senado Federal, a representação que eu e os demais companheiros da minoria da bancada de Pernambuco endereçamos àquela Casa, a respeito da violação constitucional que motivou o meu discurso. Remete-



**Banco do
Nordeste**
O nosso negócio é o desenvolvimento



**FUNDAÇÃO
VINGT-UN ROSADO**

COLEÇÃO **MS
EM** MOSSOROENSE

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.colecaomossoroense.org.br

rei, também, juntamente com essa representação, o orçamento do Estado, para que o Senado verifique nele não existir cumprimento expresso da obrigação constitucional.